**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

RAFAEL QUINTANILHA

**Quando a religião não é (não pode ser) mais unânime: uma etnografia das práticas
discursivas dos ateístas no Brasil**

Versão Corrigida

São Paulo

2018

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Quando a religião não é (não pode ser) mais unânime: uma etnografia das práticas
discursivas dos ateístas no Brasil**

Rafael Quintanilha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências (Antropologia Social).

Orientadora: Profa. Dra. Paula Montero

Versão Corrigida

São Paulo

2018

Dissertação de autoria de Rafael Quintanilha, sob o título “**Quando a religião não é (não pode ser) mais unânime: uma etnografia das práticas discursivas dos ateístas no Brasil**”, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia da Religião, aprovada em _____ de _____ de _____ pela comissão julgadora constituída pelos doutores:

Profa. Dra. Paula Montero
Universidade de São Paulo
(Presidente)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Dullo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Joanildo Burity
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ricardo Mariano
Universidade de São Paulo

Agradecimentos

Agradeço à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por seu financiamento, ele garantiu a realização desta pesquisa.

Agradeço a todos que caminharam junto comigo durante esse período de grande aprendizado. É muito difícil nomear a todos, e com certeza não farei jus aos diferentes apoios que recebi.

À minha família. Meus pais, Gerson Quintanilha e Fátima Maria Jardim Quintanilha, e a minha irmã, Bruna Quintanilha, pelo apoio cotidiano.

À minha orientadora, Paula Montero. Suas reflexões sempre me serviram de inspiração. Agradeço muito a paciência e a dedicação na minha orientação. Este trabalho não seria possível sem esta parceria.

À banca examinadora. Carlos Eduardo Dullo, Joanildo Burity e Ricardo Mariano, obrigado por aceitarem arguir sobre o meu trabalho.

Aos meus amigos do grupo de pesquisa “Religião, Direito e Secularismo: A reconfiguração do repertório cívico no Brasil contemporâneo”. Participar das discussões presentes nesse grupo garantiu qualquer qualidade que esse trabalho venha a ter. Em especial, minha amiga Jacqueline Teixeira Moraes, que sempre esteve de prontidão para me ajudar em todos os momentos que precisei.

Aos meus amigos e colegas do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (USP). Suas lutas diárias sempre me serviram de inspiração. Em especial aos meus amigos Aline Löw, Diogo Barbosa Maciel, Gabriela Freire, Igor Costa e Paula Alegria, obrigado por me aturarem.

E aos amores. Essas rimas breves que colorem essa música que é viver.

*Se partires um dia rumo à Ítaca
Faz votos de que o caminho seja longo
repleto de aventuras, repleto de saber
- Constantino Kavfis*

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a crítica ateísta à religião no Brasil, mobilizando metodologicamente a discussão de Daniel Cefaï sobre dinâmicas coletivas em torno de problemas públicos. Assim, procuramos demonstrar a regularidade discursiva presente na formulação ateísta brasileira ao identificar seus usos em diferentes arenas. Utilizamos como material empírico, de um lado, os memes produzidos por essa comunidade e depoimentos destinados a ela, que narram a ruptura com um pertencimento religioso; e, de outro, a atuação da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos, seu “ativismo jurídico” engajado nas discussões a respeito da constitucionalidade da natureza confessional do ensino religioso público. Defendemos a existência de uma sensibilidade ateísta transversal a todas essas arenas, que se adapta por razões pragmáticas.

Palavras-chaves: antropologia da religião, problema público, dinâmica coletiva, ateísmo, práticas discursivas

Abstract

This research has as its objective to analyse the atheist criticism to religion in Brazil, by resorting to Daniel Cefaï's methodological discussions on collective dynamics surrounding public problems. Thereby, we intended to show the discursive regularity in the Brazilian atheist formulation when identifying its usages in different arenas. As empirical material, we used, in one hand, memes produced by this community and depositions directed to it as well, narrating the rupture with certain religious belonging; on the other hand, the proceedings of the Brazilian Association for Atheists, it's "juridical activism", engaged in the discussion about the constitutionality of the confessional nature of the teaching of religion in public institutions. In addition, we advocate for the existence of a transversal atheist sensibility in all arenas, that adapts itself for pragmatic reasons.

Key words: anthropology of religion, public problem, collective dynamic, atheism, discursive practices

Lista de ilustrações

Figura 1 – Bíblia e ditadores.....	27
Figura 2 – Bíblia e Silas Malafaia.....	29
Figura 3 – Bolsonaro e nazismo.....	30
Figura 4 – Pastor e abuso.....	32
Figura 5 – Crivella e SUS.....	33
Figura 6 – Igreja Católica e a pobreza.....	35
Figura 7 – Igreja Católica e a fome no mundo.....	35
Figura 8 – Pastores ricos, dizimistas pobres.....	36
Figura 9 – Pastor de ovelhas.....	37
Figura 10 – Sabin e Cristo.....	39
Figura 11 - Louis Pasteur.....	40
Figura 12 – Reza e remédios.....	41
Figura 13 – Papa, morte e camisinha.....	42
Figura 14 – Pessoas ajudam pessoas.....	43
Figura 15 – Orações ou ações.....	44
Figura 16 – Rezar no desespero.....	45

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1 - Religião como problema.....	17
1.1 Os quatro cavaleiros contra a religião	18
1.2 A crítica à religião nos <i>memes</i>	25
1.3 O modo ateísta de ver a religião.....	46
Capítulo 2 – O campo de experiência ateísta	49
2.1 Como Giovanni se tornou ateu	51
2.2 A religião como um momento anterior	58
2.3 Ruptura como resultado do “questionar”	63
2.4 O ateísmo como liberdade	68
2.5 A crítica ateísta e a possibilidade de ruptura	77
Capítulo 3 – ATEA e o ativismo jurídico	80
3.1 Sottomaior e a ATEA: atuação e alianças.	81
3.2 Ativismo jurídico: ações, representações e denúncias.	90
Capítulo 4 – O ateísmo e o ensino religioso como problema público	95
4.1 Visão geral da controvérsia	98
4.2 O Acordo Brasil-Santa Sé e o problema da isonomia	113
4.3 A audiência pública e a natureza do ensino religioso	121
4.4 O Supremo Tribunal Federal e o valor da religião.....	130
4.5 As maiorias religiosas e o ateu	136
Considerações finais	138
Referências Bibliográficas	141
ANEXOS	152

Introdução

A pergunta "o que é ateísmo?" parece ser de fácil resposta. Bastaria, por exemplo, um olhar para a estrutura etimológica da palavra e logo chegaríamos a sua origem grega *atheos*, sendo o prefixo *a-* a negação da palavra *theos*, que poderíamos traduzir por deus/deuses. O problema se inicia quando passamos a pensar o que essa negação *a-* significa. Georges Minois, em seu livro *História do Ateísmo* (2012), chama nossa atenção para o fato de que essa palavra, no contexto grego, "designa o adversário dos deuses tradicionais, mas pode muito bem referir-se a um fiel de outra religião, ou simplesmente a um espírito supersticioso" (p.35). Isto significa que nem sempre ela designa a total negação da existência de deus(es), mas também, muitas vezes, pode ser utilizada como forma de acusação a alguém que não compartilha da mesma crença. O autor, por exemplo, acrescenta à "não crença" os "ateus, panteístas, céticos, agnósticos, mas também os deístas, sendo infinitas as nuances entre tais categorias. [Todos eles] creem apenas na existência dos homens" (p.7).

A palavra "ateísmo", em seu sentido etimológico, embora referira-se a uma relação negativa com o(s) deus(es), não determina um modo de se "negar o(s) deus(es)". Stephen Bullivant (2013) enumera, por exemplo, cinco definições para o ateísmo que interpretam esse prefixo de maneiras diferentes: (1) como uma crença sobre a inexistência de Deus; (2) como a ausência de qualquer crença em Deus; (3) como uma posição negativa com relação a Sua existência; (4) ou a negação da existência do Deus que os teístas louvam; (5) ou ainda "a palavra que sempre é entendida pelo seu significado – um princípio e uma decisão informada que rejeita a crença em deus" (BULLIVANT & RUSE, 2013, p.23). A definição do ateísmo como a negação de algo, torna difícil recortá-lo empiricamente uma vez que a esse "algo" é atribuído diversas leituras.

Assim, a primeira dificuldade encontrada para o estudo sobre o ateísmo é a sua localização enquanto objeto empírico. Nesta introdução, teremos como objetivo buscar na literatura um meio metodológico para superar essa dificuldade.

Retomando o ambicioso projeto de Georges Minois (2012) em reconstituir a história do ateísmo no mundo, vemos o esforço do autor para sistematizar todos os tipos de crenças e não crença. Para compreender o ateísmo, o autor propõe uma distinção entre "ateísmo prático" e "ateísmo teórico" (p.27-28). O autor considera "ateísmo prático" toda ação que não seja motivada por uma crença em deus(es), isto é, ações cotidianas domésticas – como acordar,

arrumar a casa, tomar banho, cozinhar etc. –, ou laborais – como plantar e colher, escrever e ler, construir e reformar etc. Esse tipo de ateísmo dificilmente pode ser analisado, segundo o autor, pois “sem culto, sem ritos, sem templos, sem textos litúrgicos ou dogmáticos que vestígios o ateu comum poderia deixar de sua ausência de fé religiosa? Com frequência, sua existência é atestada apenas por seus adversários, os crentes, que o amaldiçoam” (MINOIS, 2012, p.31). Talvez não fosse preciso chamar essas ações de "ateístas", mas para o autor isso ajuda a ressaltar o fato de que nem todas as ações são motivadas por uma crença e nem todas as pessoas vivem, ou viveram, em função dela.

Já o "ateísmo teórico" seria uma ação orientada para a explicação do mundo. Para o autor, essa explicação seria motivada por uma crença “no homem, na matéria, na razão” e não apenas "uma atitude de recusa" da religião ou uma não relação com o(s) deus(es) (ibid, p.28). Embora nosso trabalho trate o ateísmo como discurso e não como crença, a proposição do autor é inspiradora e nos ajuda a observar a visão específica do autor sobre o mundo e sobre si. Stephen Bullivant (2012) se refere a este ateísmo como sendo o "ateísmo autoconsciente", isto é, um ateísmo que procura se auto definir, se criar-se como uma coletividade, como uma visão de mundo com práticas próprias e não apenas ser *atheos*, isto é, simplesmente opor-se à religião.

Em a “Cidade dos Brights” (2011), o antropólogo Flávio Gordon também defende essa proposição de compreender o ateísmo como uma coletividade constituída por uma visão de mundo ateu. Em seu trabalho, o autor busca “investigar [...] as relações de continuidade e as transformações entre o ateísmo de outrora e o movimento neoateísta atual, tendo como base não suas ideias ou expressões manifestas, mas o estado de espírito latente que animou ambos” (GORDON, 2011, p.13). A reflexão é extensa e o autor analisa a oposição à religião desde as produções filosóficas iluministas até os *bestsellers* da atualidade. O autor defende a tese de que a revolta contra a transcendência no ateísmo atual funciona como uma religião substituta. Ao propor a ruptura com o pensamento e o cotidiano religiosos, os ateístas utilizam estratégias similares a dos alvos de suas críticas: pregação, propaganda e proselitismo (ibid, p.361), para divulgar valores substitutivos aos religiosos. “Razão”, “igualdade” e “vontade geral” são os valores que Gordon identifica como semelhantes aos valores transcendentais propostos para uma espécie de religião civil tal como proposta por alguns filósofos franceses do século 18 (ibid, p.361).

O filósofo Paulo Jonas de Lima Piva, em sua tese de doutorado *Ateísmo e revolta: os manuscritos do padre Jean Meslier*, traz um excelente levantamento sobre o modo como o

ateísmo foi, por muito tempo, utilizado, em contextos de desavença, por leigos e clérigos, como uma categoria de acusação que vinha acompanhada de adjetivos como “charlatão, beberrão, glutão, parasita, cínico e até pederasta” (p.49), com o fim de ofender e denegrir a pessoa acusada. Além dessa informação, o autor faz uma diferenciação entre “revoltado” e “revolucionário”: enquanto este propõe uma radical mudança de uma determinada estrutura, o primeiro, expressa uma insatisfação – revolta –, sem a necessidade de proposição de mudança. Seria sob esse estado de insatisfação que o ateísmo agiria, confrontando o religioso em todos os seus aspectos. Assim, para o autor são os revoltosos que entendem a religião como algo negativo.

A coletânea *The New Visibility of Atheism in Europe* (2012) traz inúmeros trabalhos que, a partir de diferentes abordagens metodológicas, também contribuem para circunscrever o problema do ateísmo. Sua ênfase está no exame do contexto e das disputas locais em que o ateísmo se envolve. Destaquemos aqui dois trabalhos: o *Contrasting irreligious orientations: atheism and secularity in the USA and Scandinavia*, de Phil Zuckerman; e o *Radical atheism and religious power: new atheist politics*, de Stuart McAnulla.

Phil Zuckerman (2012) demonstra, na sua comparação entre a Escandinávia e os Estados Unidos da América, que a disposição das pessoas com relação ao ateísmo e a religião muda conforme o contexto social, cultural e religioso local. O autor analisa as narrativas das pessoas que deixaram de ser religiosas e passaram a se identificar como ateístas. Em suas entrevistas, o autor tenta explorar como essas pessoas falam sobre deixar a religião e o que elas entendem por religião. A narrativa dos escandinavos que deixaram de fazer parte de uma religião raramente é extensa. Segundo o autor as narrativas são geralmente curtas e parecem não representar grandes experiências em suas vidas, como se a religião fosse “casualmente deixada de lado”, não há momentos dramáticos narrados durante essa passagem, há sempre pouco a explicar (p.10). Já as narrativas norte-americanas, ao contrário, são intensas, envolvendo uma verdadeira luta pessoal (p.10), e contendo sempre longas explicações de como se deu sua rejeição da religião (p.11).

Essas diferenças de narrativas também aparecem quando são questionados sobre suas opiniões a respeito da religião. Os escandinavos são brandos, enquanto os norte-americanos são bastante negativos e críticos. Os escandinavos falam que a religião é “inofensiva, inocente, que até faz um pouco de bem para o agora e o futuro” (p.12); enquanto para os norte-americanos “a

religião prejudica o mundo espalhando falsas crenças delirantes. Para outros [americanos], ela tem muito poder no processo político, ou retarda o sistema educacional” (p.12).

O autor defende que essa diferença se dá pelo fato de que nos EUA a religião é muito mais difundida e persuasiva do que na Escandinávia:

“In the United States, religion is constantly broadcast on the television and radio; politicians wear their religion on their sleeves, fundamentalism is alive and well, Biblical literalism is prevalent, sports events begin with prayers, children must recite a prayer-like declaration which includes a reference to God every morning in every public school, the military is heavily Christianised,” (ZUCKERMAN, 2012, p.18).

A secularidade escandinava “não é reativa, e, portanto, bastante gentil, agnóstica e mundana” (p.19). A secularidade americana ao contrário é, segundo o autor, “contra” a religião, em razão do poder que esta desfruta na sociedade. Essa interpretação do ateísmo enquanto reação à presença da religião no espaço comum, nos pareceu bastante frutífera para nosso trabalho, permitindo-nos toma-la como índice identificador desse tipo de ação.

Stuart McAnulla (2012) também aborda, nesse volume, o ateísmo como uma forma de contestação. Segundo ele, o “ateísmo primeiramente procura contestar o que é considerado ser um poder injustificado do papel da religião através de um multifacetado desafio para as crenças, práticas e instituições religiosas” (p.87). O autor defende que o ateísmo desafia quatro “dimensões” do poder religioso: a influência na (i) tomada de decisões públicas e (ii) dos grupos religiosos sobre as agendas políticas; o poder (iii) de criar preferências que contrariam os interesses individuais e (iv) o poder sobre a formação de subjetividades. O ateísmo agiria, pois, nesses quatro campos de atuação em todas as sociedades. Nesse sentido ele deve ser pensado muito mais como uma posição política do que religiosa/ideológica que questiona o “injustificado” papel privilegiado da religião sobre a vida pública e privada (p.87).

A diferenciação acima entre “ateísmo prático” e “teórico” nos encaminha para o tipo de ateísmo que iremos observar neste trabalho. Ao nosso ver, seria importante acrescentar à proposição de Minois o fato de que essa visão de mundo e de si está frequentemente marcada por uma orientação de oposição à religião e até mesmo de luta contra ela. Embora seja possível identificar algumas proposições na fala de nossos atores, nossa hipótese é que a ação que eles promovem se configura menos como uma crença substituta e mais como uma revolta. A diferenciação de Zuckerman e a agenda que McNulla enfatiza, nos ajudaram, assim, a desenharmos o escopo de nossa análise. Outra contribuição importante é a distinção que Peter

Lüchau (2010) faz entre o “ateísmo”, entendido como uma preocupação *com o problema da religião* que tem por objetivo eliminar sua capacidade de influência, e “sem religião” que significaria uma indiferença com relação ao tema da religião ou de deus.

Como bem observaram esses autores, as justificativas para designar certas crenças ou descrenças como ateístas variam historicamente conforme os diferentes contextos, dependendo do desenvolvimento histórico local da questão religiosa, da conjuntura de forças envolvida nas questões do espaço público e da forma como as disputas aparecem e engajam pessoas e instituições. Privilegiaremos nesta dissertação os discursos dos atores que se dizem ateístas de modo a compreender as formas particulares desse uso da noção de ateísmo no contexto do pluralismo brasileiro contemporâneo. Propomos analisar estes discursos em ação ao investigarmos como esses atores se revoltam contra a religião ou, mais precisamente, como falando em nome do ateísmo formulam a religião como um problema público.

Em diálogo com o pragmatismo de John Dewey, Daniel Cefaï (2008 e 2017) propõe examinar situações problemáticas, oriundas de distúrbios, para analisar dinâmicas coletivas. O autor define distúrbio como sendo “de ordem afetiva, sensível e normativa” necessitando de uma articulação que crie uma “linguagem descritiva e conceitual, [para não ser] vivido no modo da inquietação, da agitação ou da confusão, da angústia ou da obsessão” (2017, p.191). Essa linguagem apareceria durante a formulação desse distúrbio enquanto um problema coletivo. Nesse momento, as pessoas passariam, então, a se organizar em torno de “um campo de experiência coletiva com modos de ver, dizer e fazer de sentido comum” (2017, p.192). Cefaï propõe que a pesquisa descreva “hábitos de cooperação e de conflito [...]” de modo a fornecer “[...] os parâmetros de experiência cognitiva e normativa” (2008, p.19).

À luz das formulações de Cefaï, propomos examinar o ateísmo enquanto dinâmica coletiva, que formula a religião enquanto um problema, e se mobiliza para resolvê-lo. Trabalhamos com a hipótese de que essa abordagem nos permitiria chegar à identificação de uma gramática ateísta. Ela teria como ponto de partida um modo específico de formular a religião como um distúrbio. Para contemplarmos os objetivos propostos, dividimos o trabalho em quatro capítulos com objetivos e materiais próprios, mas interligados.

Os capítulos um e dois objetivam circunscrever e descrever as dinâmicas coletivas que formulam problemas por meio de julgamentos e mobilizações. No primeiro, analisaremos a religião formulada como problema perguntando-nos quais de seus aspectos são criticados, sob

quais argumentações e quem é responsabilizado pelas questões que ela suscita. O conjunto do material utilizado para esta análise é constituído por dois gêneros distintos: obras de alguns expoentes internacionais do ateísmo e *memes* compartilhados nas redes sociais brasileiras. Seleccionamos alguns trechos das principais obras que deram origem a este modo específico de ver a religião no mundo para esquadrinhar as categorias mobilizadas por essa crítica. Privilegiamos, em nossa análise, as obras de Sam Harris, Richard Dawkins, Daniel Dennet e Christopher Hitchens, conhecidos como “Os quatro cavaleiros do Ateísmo”, que foram um grande sucesso de público e vendas nos Estados Unidos da América e Reino Unido. Esses autores denunciam a religião como uma grave ameaça para a sociedade partindo da premissa que ela teria sido a responsável pelos ataques terroristas ao *World Trade Center* em 2001. O outro conjunto de material analisado, os *memes*, é composto por imagens divulgadas e compartilhadas em redes sociais brasileiras. Estas se caracterizam pela denúncia e pelo olhar crítico de suas leituras sobre a religião. Veremos que muitas ideias e proposições presentes nas obras citadas servem de chave de leitura e interpretação do fenômeno religioso para os autores desses memes. Elas orientam as decisões sobre o quê, como e para que criticar a religião.

No segundo capítulo, abordaremos outro aspecto dessa dinâmica: suas trocas interacionais. Se no capítulo anterior olhamos para a formulação da religião como problema, neste descreveremos como a audiência dessa problematização reage e interage. Seria possível descrever uma linguagem comum a esses atores? Para essa descrição analisaremos um conjunto de histórias de vida que narram experiências de ruptura com um pertencimento religioso. São depoimentos enviados à Associação brasileira de Ateu e Agnósticos (ATEA) com a finalidade de compartilhar experiências pessoais com a religião e contar como se chegou ao ateísmo. Seleccionando uma das narrativas como fio condutor, interpretar o conjunto descrevendo as definições e distinções mobilizadas para justificar e legitimar essas rupturas.

O terceiro e o quarto capítulos compõem um outro momento da reflexão. Nele investigaremos como as associações ateístas – a Liga humanista Secular do Brasil e a ATEA – apresentam suas perspectivas em relação à presença da religião no espaço público. Com o objetivo de introduzir a seção seguinte, o terceiro capítulo descreve uma variedade de formas de inserção da ATEA no espaço público brasileiro, explorando as inúmeras atividades de seus membros e seu “ativismo jurídico”. Reportagens, programas televisivos, campanhas e processos jurídicos nos ajudarão a ter uma visão geral sobre a associação e suas justificativas para seu ativismo. Procuraremos compreender porque ele privilegia a estratégia de endereçar as demandas para a esfera do Poder Judiciário. Trata-se de uma documentação bastante

heterogênea, mas que nos permitiu observar o modo de apresentação pública e atuação da associação e de seu presidente, Daniel Sottomaior, assim como, compreender seu principal repertório e suas alianças na luta pela laicidade do Estado bem como seus modos de apresentar a crítica ateuista na sociedade brasileira.

No capítulo final, examinaremos as disputas em torno do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras, um longo processo político no qual diversos atores e instituições se engajaram disputando se este ensino deveria ser ou não de natureza confessional. Com o objetivo de analisar a participação das associações ateuistas neste processo, optamos por observar três arenas distintas: as reações ao Acordo Brasil-Santa Sé de 2008; e as disputas em torno da Ação direta de Inconstitucionalidade (4439), divididas em duas arenas – Audiência Pública, convocada pelo relator ministro Luís Roberto Barroso, em 2015, e o julgamento do Supremo Tribunal Federal, em 2017. Para reconstituir essas fases analisaremos as categorias presentes nos discursos das partes – em 2008, as categorias presentes na oposição ao acordo brasileiro; em 2015 e 2017, as mobilizadas pelas partes contrárias e pelas a favor do ensino religioso confessional. Por meio de um exercício comparativo, descreveremos as diferenças entre as sensibilidades presentes no processo político ao denunciarem os interesses das partes contrárias a essas sensibilidades.

Capítulo 1 - Religião como problema

A leitura de Luiz Bernardo Leite Araújo sobre a obra de Habermas, *Fé e saber*, parece-nos um bom ponto inicial para a presente reflexão:

“O diagnóstico de Habermas tem como mira principal o tempo nascente de um novo milênio cuja situação cultural exibiria duas tendências contrárias: de um lado, a propagação de imagens de mundo naturalistas; e, de outro, a revitalização inesperada de comunidades de fé e tradições religiosas e sua politização em escala mundial” (ARAÚJO in HABERMAS, 2012[2001]).

Essa leitura do filósofo brasileiro sobre a obra do alemão nos apresenta um contexto bastante caro para essa seção: a dinâmica coletiva que identifica a religião como um problema frente à expectativa de seu lugar. Sabemos que a literatura sobre o secularismo se fortaleceu bastante nas últimas décadas, principalmente, pela percepção de que a religião não se estacionara no âmbito privado, mas passou a disputar espaço, em diversas arenas, com visões de mundo tidas como secularizadas – por exemplo, a política e a ciência.

Neste capítulo, teremos o objetivo de analisar o modo de formulação da religião enquanto um problema por atores que se identificam como ateístas, isto é, um modo singular de denunciar e criticar a presença da religião no espaço público. Daniel Cefai observa que a partir de situações problemáticas:

“pessoas, grupos, organizações e instituições se mobilizam, em lugares e momentos diversos, e tentam reconhecer, *cada um a partir de sua perspectiva*, em que consiste esse distúrbio e, se necessário, tentam identificá-lo e defini-lo, atribuir-lhe causas e razões, determiná-lo como um problema. Examinam seus diferentes aspectos, tendo em vista sair do nevoeiro da indeterminação, *tentam delimitar “o que está errado”*, formulam hipóteses ou conjecturas, *propõem explicações e interpretações*. Fazem uma investigação. Essa investigação tem necessariamente uma dimensão normativa: trata-se simultaneamente de imputar responsabilidades, denunciar negligências ou infrações, eventualmente designar vítimas e culpados, em suma, *fazer julgamentos de ordem estética, moral, legal ou política a fim de reparar os danos ou punir os erros*”. (2017, p. 189, grifos meus)

Entenderemos aqui o ateísmo como uma destas mobilizações que se organizam, com uma perspectiva singular, a partir da identificação de certos acontecimentos como um problema. Demonstraremos, aqui, a perspectiva ateísta sobre a presença da religião no espaço público (e no mundo), como o ateísmo se torna “um processo de experiência coletiva” (CEFAI, 2017, p. 194). A partir da identificação do “que está errado”, atores “propõem explicações e

interpretações” a fatos, acontecimentos e processos, culpabilizando a religião – o pensamento religioso, as organizações religiosas, a relação com a religião – e se organizam sob uma “bandeira” ateísta, compartilhando “julgamentos de ordem estética, moral, legal [e] política a fim de reparar os danos [e] punir os erros”.

1.1 Os quatro cavaleiros contra a religião

O século XXI inicia-se propondo um novo problema para as sociedades ocidentais. O atentado terrorista ao *World Trade Center* não só propôs o enfrentamento de um novo paradigma para as relações internacionais e conflitos armados – baseado antes na relação entre Estado-nações, e agora, na relação entre nações e grupos descentralizados –, mas também colocou em evidência o fortalecimento das comunidades religiosas “como se o estonteante atentado fizesse vibrar uma corda religiosa no mais íntimo da sociedade secular, as sinagogas, as igrejas e as mesquitas se viram subitamente lotadas em toda parte” (HABERMAS, 2012[2001], p.2). É consenso, entre a literatura que se debruçou sobre o fenômeno do ateísmo em tempos recentes¹, que o atentado às torres gêmeas impulsionou uma série de reflexões auto identificadas como ateístas sobre o fortalecimento político das religiões em todos o mundo (BULLIVANT, 2012; DO VALLE BARBOSA; DE SEIXAS ANDRADE, 2014; GORDON, 2010; MCANULLA, 2012).

Stephen Bullivant (2012) relaciona a crescente visibilidade da religião com o crescimento do interesse pelo ateísmo, reconhecendo a influência do atentado. Stuart McAnulla (2012) diz que os atentados foram um “fator chave” para Sam Harris, Richard Dawkins e Christopher Hitchens – três dos quatro pilares do repertório ateísta, como apresentarei mais a frente – passarem a desafiar mais diretamente a religião. Wilmar do Valle Barbosa e Roney de Seixas Andrade, embora também identifiquem o onze de setembro como um estopim, atribuem à emergência do ateísmo

“uma resposta ao ressurgimento político-cultural do fundamentalismo cristão e sua reinserção no espaço público nos EUA a partir de 1970 anos, quando se assiste à emergência de importantes movimentos e organizações políticas cristãs tais como a Coalizão Cristã e a Maioria Moral. Tais movimentos representaram os primeiros passos

¹ A literatura parece sempre identificar três momentos distintos para o ateísmo: o presente nos discursos iluministas do século XVIII, o nas políticas de Estado dos países comunistas no século XX, e, o presente momento, de um discurso ateísta reativo aos atentados terroristas ao World Trade Center, nos EUA.

dados a nível nacional, em direção a atual presença cultural e político-partidária da nova direita cristã nos EUA, após o processo Scopes², ocorrido em 1925” (2014, p.139).

Desses autores, Flávio Gordon (2010) é o que mais se ocupa em analisar as influências do 11 de setembro, em sua tese *Cidade dos Brights*. Para o interesse de nossa dissertação, é significativo o ponto de partida de Gordon para abordar o que o autor considera ser o “manifesto original do neo-atéismo”, o livro *The End of Faith: Religion, Terror and the Future of Reason* (2004) de Sam Harris. O antropólogo brasileiro parte da reação dos filósofos Noam Chomsky (p.160) e Jean Baudrillard (p.162) ao 11/09 apontando como ambos identificam os “verdadeiros culpados” nas vítimas do ataque, uma vez que, para eles, o atentado é tido como uma reação conjectural a despeito da política externa dos EUA: “Chomsky e Baudrillard identificam o problema do terror na suposta opressão americano-israelense sobre o mundo islâmico. O desamparo, a miséria e o sofrimento dos muçulmanos oprimidos seriam a principal causa de reações radicais e desesperadas como os atos terroristas” (2010, P.170). Para nós, esta síntese é importante, pois exemplifica o objetivo dessa nossa seção: que é demonstrar a particularidade da leitura ateuista sobre o mundo. Estes filósofos leem o ataque terrorista como uma reação fundamentada na política, ao contrário de Sam Harris que, como Gordon demonstra, lê o atentado como fundamentado num extremismo religioso, que o permitirá generalizar a religião:

"Mas sua crítica não se dirige apenas a esta religião. Os atentados ao WTC serviram de motivação para que ele expressasse uma visão geral sobre a religião, em especial sobre as religiões abraâmicas. Em seu livro, o autor ataca, além do Islam, o Cristianismo e o Judaísmo, condenando de forma abrangente o que ele chama de —influência lunática da crença religiosa (cf. Harris 2004: 234). Segundo Harris, todos os homens e mulheres dotados de razão possuem, necessariamente, um inimigo comum: a fé (ibid. p. 131)." (GORDON, 2010, p.174)

A partir do livro de Harris, outros três foram publicados e, assim como o primeiro, foram um sucesso de vendas. Estes quatro livros levaram para o grande público as ideias que fundamentam até hoje a crítica ateuista à religião e a forma como a religião é denunciada. Os quatro são³: o já citado *The End of Faith: Religion, Terror and the Future of Reason* (2004), do

² Este processo ocorreu em 1925 e consistiu no julgamento do professor John T. Scopes acusado de ensinar a teoria da evolução para seus alunos, na cidade de Dayton, Tennessee (EUA). Flávio Gordon (2010) analisa este caso em sua tese (p.192) e sua influência sobre o repertório ateuista.

³ Sam Harris inaugura sua carreira como escritor a partir dessa obra, publicando livros sobre moralidade, liberdade e espiritualidade secular. Os três seguintes possuem uma produção literária mais extensa. Christopher Hitchens, além do tema religião, possui diversos livros com teor político e histórico. Os outros, Daniel Dennet e Richard Dawkins, possuem uma carreira literária de divulgação científica, traduzindo para o grande público temas como genética e evolução – além de lecionarem em universidades, Universidade de Tufts e Universidade de Oxford, respectivamente.

neurocientista Sam Harris; *Breaking the Spell: Religion as a Natural Phenomenon* (2006), do filósofo Daniel Dennet; *The God delusion* (2006), de biólogo Richard Dawkins; e por fim, *God is not Great: how religion poisons everything* (2007), do jornalista e escritor Christopher Hitchens. Não teremos como objetivo analisar por completo essas obras, isso demandaria cruzar a biografia dos autores com o vasto conjunto de suas obras. Aqui, propomos uma leitura superficial que nos permitirá enumerar algumas das principais formulações da crítica e utilizá-la como guia para a análise da crítica ateuísta brasileira na seção seguinte.

Dawkins (2006) e Dennet (2006) procuram, nas obras mencionadas, desmistificar a religião apresentando uma visão evolucionista do desenvolvimento da religião tanto na história como parte de um elemento cognitivo humano. Harris (2004) e Hitchens (2006), são mais incisivos em suas críticas, sua estratégia textual é apresentar a religião como um obstáculo para o desenvolvimento da ciência e da sociedade, demonstrando que ela alimenta guerras e conflitos. Ao longo de suas obras, os quatro autores baseiam seus argumentos, por exemplo, abordando assuntos como: a relação do nazismo com a religião (HARRIS, 2004, 79; DAWKINS, 2006, p.272)⁴; as falas de agentes religiosos sobre homossexualidade (DAWKINS, 2006, p.289; HITCHENS, 2007, p.34), embriões (HARRIS, 2004, p.165), aborto (DAWKINS, 2006, p.295), uso de preservativos e vacinas (HITCHENS, 2007, p.45-46) e AIDS (HARRIS, 2004, p.149; HITCHENS, 2007, p.46); e, também, a questão do abuso infantil (DENNET, 2006, p.323; DAWKINS, 2006, p. 309). De certa maneira, poder-se-ia pensar que os autores criticam exemplarmente apenas os extremismos e fundamentalismos religiosos, mas todos fazem questão de dizer que o pensamento religioso “moderado”, e até mesmo, o pensamento secular, são responsáveis também. Sam Harris escreveu:

“The problem that religious moderation poses for all of us is that it does not permit anything very critical to be said about religious literalism. We cannot say that fundamentalists are crazy, because they are merely practicing their *freedom of belief*; we cannot even say that they are mistaken in religious terms, because their knowledge of scripture is generally unrivaled”. (2004, p.20, grifos meus)

o autor diz explicitamente que um dos pilares da democracia moderna, a liberdade de crença, é uma retórica que permite o desenvolvimento desses extremismos. Mais a frente em sua obra, ele diz:

⁴ Os assuntos aparecem mais de uma vez em cada obra, e até mesmo nas não referenciadas. Indico as páginas que possam ajudar, a um leitor interessado, encontrar exemplarmente como os temas são abordados por esses autores.

“SECULARISTS tend to argue that the role of Islam, or religion in general, is secondary to that of politics in determining the character of a society. On this account, people are motivated by their political interests first and find a religious rationale to suit the occasion. No doubt there are numerous examples of political leaders' invoking religion for purely pragmatic, and even cynical, reasons (the tenure of Pakistan's Zia ul-Haq seems a good example). But we should not draw the wrong lesson here. A lever works only if it is attached to something. Someone, after all, must believe in God, for talk of God to be politically efficacious. And I take it to be more or less selfevident that whenever large numbers of people begin turning themselves into bombs, or volunteer their children for use in the clearing of minefields (as was widespread in the Iran-Iraq war), the rationale behind their actions has ceased to be merely political”. (ibid, p.137)

Para Harris, a visão dos filósofos acima citados – Chomsky e Baudrillard – estaria equivocada, pois apesar da identificação de motivações políticas, o fundamento da ação teria sido religioso, dado que somente a religião seria capaz de convencer a alguém a tirar a própria vida transformando-se numa arma. E mesmo a possibilidade de entender a ação desses atores como extremismos particulares, o autor enfatiza que os moderados também agem contra o desenvolvimento:

“even the most docile forms of Christianity currently present insuperable obstacles to AIDS prevention and family planning in the developing world, to medical research, and to the development of a rational drug policy—and these contributions to human misery alone constitute some of the most appalling failures of reasonableness in any age” (ibid, p.149-150).

A pesquisa científica sempre é colocada como um contraponto ao pensamento religioso. A religião, nessa crítica, passa a ter como principal antagonista a ciência – e todos os aspectos relacionados a ela: lógica, pesquisa e formação. Richard Dawkins também aciona essa oposição para atribuir a responsabilidade de uma religião fundamentalista aos não-fundamentalistas:

“Fundamentalist religion is hell-bent on ruining the scientific education of countless thousands of innocent, well-meaning, eager young minds. Non-fundamentalist, 'sensible' religion may not be doing that. But it is making the world safe for fundamentalism by teaching children, from their earliest years, that unquestioning faith is a virtue”. (2006, p.286)

Esta cumplicidade com a religião, com o pensamento religioso, constituir-se-ia num empasse para o desenvolvimento científico, colocado como um interesse social comum, mas também permitiria, segundo estes autores, as maiores atrocidades cometidas em nome da religião. Para eles, o consenso sobre a positividade da religião, e a impossibilidade de questioná-la, criaria

uma espécie de “feitiço” na mente das pessoas, nas palavras de Daniel Dennet (2006). “Feitiço” este, que apesar do dilema shakespeariano – to break or not to break (DENNET, 2006, p.12) –, deveria ser quebrado, pois evitaria tragédias:

“The problem is that there are good spells and then there are bad spells. If only some timely phone call could have interrupted the proceedings at Jonestown in Guyana in 1978, when the lunatic Jim Jones was ordering his hundreds of spellbound followers to commit suicide! If only we could have broken the spell that enticed the Japanese cult Aum Shinrikyo to release sarin gas in a Tokyo subway, killing a dozen people and injuring thousands more! If only we could figure out some way today to break the spell that lures thousands of poor young Muslim boys into fanatical madrassahs there they are prepared for a life of murderous martyrdom instead of being taught about the modern world, about democracy and history and science! If only we could break the spell that convinces some of our fellow citizens that they are commanded by God to bomb abortion clinics!” (ibid, p.13)

Christopher Hitchens (2007) escreve que a religião é imoral, principalmente, por se proclamar um exemplo para práticas e crenças (p.52). O autor conta sua experiência como jornalista em cidades como Belfast, Beirute, Bombaim, Belgrado, Belém e Bagdá⁵, vítimas de conflitos protagonizados por divergências religiosas (p.12), e mesmo quando havia algum agente religioso não beligerante, suas qualidades não derivavam do pensamento religioso:

“In all the cases I have mentioned, there were those who protested in the name of religion and who tried to stand athwart the rising tide of fanaticism and the cult of death. I can think of a handful of priests and bishops and rabbis and imams who have put humanity ahead of their own sect or creed. History gives us many other such examples, which I am going to discuss later on. *But this is a compliment to humanism, not to religion*”. (2007, p.27, grifos meus)

O “humanismo” seria o verdadeiro responsável por tudo que se possa elogiar das ações de agentes religiosos, pois sua filiação devocional, ao contrário, deve muito à humanidade: “VIOLENT, IRRATIONAL, INTOLERANT, allied to racism and tribalism and bigotry, invested in ignorance and hostile to free inquiry, contemptuous of women and coercive toward children: organized religion ought to have a great deal on its conscience”. (ibid, p.56).

⁵ Não é uma coincidência que todas as cidades citadas comecem com a letra B, o contexto dessa enumeração é a de uma entrevista em que Hitchens é provocado a responder uma pergunta de “yes” ou “no”, sobre o que ele faria se um grande grupo de homens religiosos se aproximasse dele. A resposta seria a letra B – cidades da Irlanda do Norte, Líbano, Índia, Sérvia, Palestina (Cisjordânia), Iraque, respectivamente – para ilustrar o perigo que essa aproximação representaria (HITCHENS, 2007, p.18).

A naturalização da religião enquanto boa torna para esses autores o que Gordon chama de “senso de inadiabilidade” (2010, p.160). O objetivo dos autores seria criar um senso de urgência coletivo, alarmando sobre os riscos que o pensamento religioso traria para toda a sociedade. Mas a impetuosidade de suas críticas fez com que seus opositores os qualificassem como fundamentalistas, até mesmo entre alguns ateus (MARTINSON, 2012). A análise dos antropólogos Paula Montero e Eduardo Dullo (2014) demonstra que até mesmo no contexto brasileiro, quando a associação de ateus reproduz a crítica ateísta à religião e a forma como a religião é denunciada, o ateísmo é lido como fundamentalista.

Em 2007, a convite da *Richard Dawkins Foundation for Reason and Science*⁶, os quatro autores citados foram reunidos para debaterem os pensamentos – e sua repercussão – contidos em suas obras. Sob o título de *The Four Horsemen* (2007) – alusão aos quatro cavaleiros do apocalipse –, os autores dos *best-sellers* se reuniram pela primeira vez, e iniciaram sua conversa exatamente pelo ponto levantado acima: a crítica à tenacidade de suas palavras. Daniel Dennet responde à acusação de arrogância e acidez dizendo que “as religiões têm feito com que seja impossível discordar delas criticamente, sem ser ofensivo [...] Eles usam o artifício dos sentimentos feridos [...]” (THE FOUR, 2007). E isto justificaria o título do seu livro “Breaking a Spell”, pois haveria a necessidade de poder criticar a religião para não se repetir os fatos históricos acima citados.

Christopher Hitchens e Sam Harris tentam inverter a acusação ao afirmar que, no final, é a religião que apresenta argumento incontestáveis, enquanto a ciência sempre se demonstra apta a refletir sobre suas alegações. Fazendo uma alusão à Inquisição, Christopher Hitchens fala: “Não podemos lhes permitir que se esqueçam do que costumavam dizer quando eram suficientemente fortes para se livrar disso, que é: ‘Isto é verdade. Até o último detalhe. E se não acreditar, te mataremos’.” (Op. cit)

As quatro obras são extensas e valeriam uma análise mais profunda de suas construções argumentativas. Porém, nosso presente objetivo é de apresentá-las como fundamentos de uma perspectiva, um modo de “delimitar ‘o que está errado’” e de propor “explicações e interpretações” a um problema – retomando as palavras de Daniel Cefai (op. Cit). Aqui procuramos demonstrar também que essa problematização esbarra exatamente na crítica dos próprios autores denunciadores: a “blindagem” da religião faz com que seus julgamentos a

⁶ A *Richard Dawkins Foundation* foi fundada em 2006, pelo biólogo e autor ateu Richard Dawkins, com a “missão de realizar a visão de Richard de remover a influência da religião na educação da ciência e das políticas públicas, e eliminar o estigma que rodeia os ateus e não-crentes” (<https://www.richarddawkins.net/>)

respeito dela passem a ser interpretados como fundamentalistas. Retomando rapidamente o trabalho de Paula Montero e Eduardo Dullo, podemos verificar a influência desses livros na forma da crítica brasileira à religião.

Os antropólogos no artigo *Ateísmo no Brasil: da invisibilidade à crença fundamentalista* (2014) se propuseram a analisar a tentativa de uma campanha ateísta nos transportes públicos promovida pela Associação brasileira de Ateus e Agnósticos (ATEA), no ano de 2010. A campanha é impedida de ser veiculadas nos ônibus das cidades pretendidas devido uma legislação que impede a promoção de mensagens de teor religioso. As imagens pretendidas, e posteriormente utilizadas em *outdoors* na cidade de Porto Alegre/RGS, continham os seguintes dizeres: “Somos todos ateus: com os deuses dos outros”, com a imagem de Krishina, Hórus e Jesus; “A fé não dá respostas. Só impede perguntas”, com a imagem de mãos segurando uma bíblia através de grades de prisão; “Se Deus existe, tudo é permitido”, com a imagem do avião indo de encontro ao *World Trade Center*; e “Religião não define caráter”, a que causou mais polêmica e discussões, com a imagem de Hitler, com a legenda “religioso” e Charles Chaplin, “ateu”.

É notável a influência dos quatro autores no conteúdo dessas imagens. São exatamente os mesmos temas abordados e elementos presentes nas obras analisadas. Neles encontramos o argumento de que a crença na religião é algo parcial, ao induzir a descrença nas demais (THE FOUR, 2007) e, ela é um fenômeno cognitivo (DENNET, 2006, p.24) e, por isso, as similaridades nas narrativas de Hórus, Jesus e Krishina (HITCHENS, 2007, p.23); e não consegue ser criticada, pois impediria as perguntas (DAWKINS, 2006, p.92) e, isto, geraria inconsequentes extremismos: o terrorismo e o regime nazifascista (como demonstrados na citações acima). A questão não é afirmar que o discurso das imagens foi retirado dos livros, mas que os argumentos mobilizados por elas se basearam numa forma de ver o fenômeno religioso, popularizados, ou até mesmo, de certa forma, inaugurado por esses autores. É um discurso delimitado por uma forma de “fazer julgamentos”.

Poderíamos, também, afirmar que essas similaridades entre a campanha brasileira e a produção literária do hemisfério norte se dão por uma questão temporal. Pela proximidade dos lançamentos e do calor da discussão americana⁷ e a fundação da Associação brasileira, ambas

⁷ Em uma rápida busca do *trends.google.com*, site que mensura as buscas por termos no *Google*, podemos observar que 2008 foi, no período (2004-2018), o ano em que o termo *Atheism* foi o mais pesquisado, nos EUA. Um dos motivos é que esse é o ano da *British bus campaign*, campanha que questionava a presença de dizeres religiosos nos ônibus britânicos e promoveu os dizeres “There is probably no god. Now stop worrying and enjoy your life”, também nos transportes públicos, e apoiada por Richard Dawkins.

em 2008. Mas procuraremos demonstrar, a seguir, a continuidade da forma de problematizar a religião as analisamos dez, quinze anos depois. Para isso, analisaremos diversos *memes*⁸ que circulam pela internet – criados ou apropriados pelos ateístas.

1.2 A crítica à religião nos *memes*

Seguindo a citada reflexão de Daniel Cefaï, é preciso identificar como os críticos da religião “inventam, na teoria e na prática, dispositivos de intervenção cuja operacionalização requer convencer outras pessoas, em privado e em público, sobre a legitimidade de seus diagnósticos. É preciso *sensibilizá-las, envolvê-las e talvez mobilizá-las*” (2017, p. 189–190, grifos meus). Podemos identificar a “teoria” nas obras dos quatro autores acima citados, que criam um modo específico de identificar a religião como um problema público – ao articularem a legitimação da ciência com uma depreciação do religioso. Já a “prática”, poderíamos encontrar na própria publicação dos livros e na justificação presente no documentário. Porém, gostaríamos de analisar a dinâmica coletiva que se forma a partir da popularização desses enunciados. Aqui⁹, como diferentes pessoas se apropriam dessa forma e a moldam para criar suas próprias críticas. Para isso, analisaremos como a religião é denunciada nos *memes*. Essas imagens, ao nosso ver, são potencialmente a prática ateísta que mais circula entre outros públicos obtendo uma maior capacidade de “sensibilizar”, “envolver” e “mobilizar” a eles, além do próprio público ateísta.

O principal recurso retórico utilizado por esses *memes* é o humor. No texto *A sensibilidade secular na política brasileira*, trabalhei, juntamente com o antropólogo Eduardo Dullo (2015), como o humor foi utilizado durante as campanhas da eleição de 2014 para criticar a candidata Marina Silva (PSB). Na ocasião, defendemos a ideia de que “o humor permite ao pesquisador compreender os sentidos implícitos compartilhados por uma determinada comunidade moral” (p.175). Neste trabalho, a análise do humor nos permitirá identificar os julgamentos morais, estéticos e políticos presentes na forma de caracterização da religião pela crítica ateísta.

⁸ *Memés* são ideias, imagens, comportamentos que se espalham de pessoa a pessoa, rapidamente como um vírus. Coincidentemente, este termo foi cunhado por Richard Dawkins em seu livro *Gene egoísta* (1976). Na internet, o termo é utilizado para se referenciar a imagens e vídeos que são criados e, rapidamente, espalhados pelos usuários, sempre carregando uma forma de humor que dialoga com acontecimentos cotidianos ou, até mesmo, com outros *memes*.

⁹ No capítulo seguinte, analisaremos outros aspectos dessa mesma dinâmica: o ateísmo enquanto público. Como as pessoas incorporam o modo ateísta quando narram suas próprias experiências de vida.

Com a massificação das redes sociais, há a necessidade de se pensar cada vez menos nos aparelhos analógicos – jornais e revistas impressos, *outdoors*, panfletos etc. – quando o objetivo é divulgação, uma vez que, pode-se atingir centenas de milhares de pessoas com poucos *clicks*. Além dos jovens estarem aderindo às redes sociais em detrimento do “jornalismo tradicional” (MARCHI, 2012). Uma das consequências dessa adesão, por exemplo, é a utilização da internet para a divulgação de *fakenews* (SHAO *et al.*, [S.d.]) e seu impacto nas eleições do EUA, em 2016 (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017). Não queremos aproximar o discurso ateu das *fakenews*, utilizamos o exemplo apenas para demonstrar como as imagens – e os *memes* e as rede sociais – têm se tornado protagonistas da utilização como fonte de informação e divulgação, inclusive gerando efeitos reais – aqui como oposição ao virtual –, impactando eleições, mas também, motivando ações das pessoas, como o trágico caso de uma moça brutalmente assassinada, na cidade de Guarujá/SP¹⁰.

As redes sociais, portanto, são, por excelência, o principal meio de propagação de informação e *memes*. É precisamente da página oficial da Associação brasileira de Ateus e Agnósticos (ATEA), no Facebook, que retiramos as seguintes imagens. Atualmente, esta página possui cerca de 700 mil seguidores, e publica diariamente dezenas de postagens que criticam a religião e/ou exaltam o ateísmo. A página funciona como uma espécie de agregador de fatos, informações e imagens ateístas, compartilhando não somente imagens de sua própria autoria, mas também as que são enviadas a eles ou colhidas em outros sites¹¹. De certa maneira, ao publicarem em sua página oficial, a associação e a comunidade em seu entorno legitimam as imagens como pertencentes ou correlatas a uma perspectiva ateu. Um exemplo disso foi a seguinte postagem:

¹⁰ Na cidade de Guarujá, em São Paulo, uma mulher foi espancada até a morte após ser confundida com uma bruxa que sequestrava crianças, denunciada por um boato na rede social *facebook* (

¹¹ Podemos identificar diversas autorias nas imagens, além da própria ATEA. As principais assinaturas são: Fantasmas em depressão, Ateus nível hard, 1 real a hora, Cão parabólico, paulopes, Sociedade dos ateus, Na trincheira sem deus, Palavra da salvação, Mamãe passou a bíblia em mim, Amantes do universo, Geradormemes, Jesus cristo wins, Blasfemadores unidos, Dia no real, Recadox, Sensacionalista, Ateísmo da depressão, Don Ateu, Roda-se maionedo, Palavras de genesio, Capina factory meme, Funeradepressao, O herege, Papo de primata, Cura pela ciência, Um filme me disse e Ateu inteligente. Além de tiras em quadrinhos de diversos autores e mensagens pessoais enviadas via *whatsapp*, *messenger*, *twitter*.

FIGURA 1 – Bíblia e ditadores

Fonte: galeria de fotos ATEA¹²

Esta figura associa a passagem bíblica presente no livro de Romano, versículo 13, à legitimação e obediência a Benito Mussolini, Adolf Hitler e Augusto Pinochet – ditadores fascistas da Itália e Alemanha, e o ditador Chileno – e os coloca como “autorizados por deus” e aprovando esta autorização: “mama mia, ma che bello”, “Ja!” e “Me Gusta!”. Como visto acima – tanto nas citadas obras quanto na FIGURA 4 – a associação entre religião e o autoritarismo é uma forma utilizada pelo discurso ateuista para deslegitimá-la, denunciando seus “feitiços”¹³, mas esta figura também nos mostra como a comunidade influencia nas postagens da associação.

¹² Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498.43552.172083906155533/2077541488943089/>>. Acesso em set.2018

¹³ Optamos por escolher a palavra “feitiço” para acionar o repertório ateuista. O termo neste contexto foi popularizado por Daniel Dennet (2006), o escolhemos dentre as outras qualidades possíveis atribuídas à relação entre o pensamento religioso e o “fiel”, em detrimento de palavras como “*brainwashing*” ou “*ignorance*”, por ser mais ameno e representar melhor outras qualidades atribuídas a essa relação, como, por exemplo, a “fé cega” e o agir “irracional”.

Antes dessa figura, a mesma passagem bíblica fora associada aos ditadores da URSS e da China, Joseph Stalin e Mao Tsé-Tung, mas, no mesmo instante, foi questionada pela comunidade, que não viu como coerente ao discurso ateu associar a legitimidade de ditadores de Estados ateus – comunistas – às palavras bíblicas. A mensagem original foi, então, apagada após os protestos e a de cima publicada com os seguintes dizeres: “Para quem teve dificuldades para entender nossa postagem de ontem às 17h, apresentamos outra versão”. Assim, apesar da seleção das postagens ser feita pela ATEA, o que num primeiro olhar poderia implicar que estas representariam apenas a crítica da própria associação, por passarem pelo crivo de toda uma comunidade moral, elas representariam a crítica ateu e, portanto, são representativos à análise.

Analizamos centenas de imagens com o fim de selecionar aquelas que poderiam exemplificar o modo específico do ateísmo criticar a religião. Como, através dos *memes*, o discurso ateu denuncia e critica a religião. Dessa maneira, selecionamos as imagens abaixo seguindo o critério de apresentar aquelas que dialogam de uma maneira mais nítida com os livros acima.

A crítica ateu acusa a religião de intolerância e de ser uma ameaça ao se constituir como um obstáculo para o desenvolvimento social e científico, principalmente ao proteger suas colocações com a retórica dos direitos, na maioria dos casos, o direito à liberdade religiosa – tornando-se inquestionável. No cenário brasileiro, a crítica se mantém e uma das formas de denunciar a religião é apontar suas contradições morais. Fazem isso ao questionar as autoridades religiosas locais – pastores, padres, sacerdotes etc. – ou internacionalmente reconhecidas – como o papa – ou personalidades cuja autoridade é pautada num discurso moral religioso – políticos.

Silas Malafaia representa exemplarmente a posição descrita acima. Ele é uma autoridade religiosa, pastor líder de uma igreja pentecostal – Assembleia de Deus –, atuante não apenas no cenário religioso como também no político, se pronunciando a favor ou contra determinados candidatos ou políticas públicas¹⁴, e conhecido pela sua participação em programas televisivos. Mas, também é uma autoridade constantemente relacionada a posições de intolerância a homossexuais e aos direitos das mulheres.

¹⁴ Por exemplo, Silas Malafaia expressou apoio à candidata Marina Silva, em 2014. O pastor já se envolveu em problemas públicos relacionados aos direitos sexuais e da mulher – como o casamento gay e o aborto.

FIGURA 2 – Bíblia e Silas Malafaia

Fonte: galeria de fotos ATEA¹⁵

Nesta FIGURA 2 de autoria de “Mamãe passou a bíblia em mim”, Silas Malafaia é eleito como personificação da mensagem “a bíblia é um livro impecável, cheio de histórias de amor, paz e mensagens lindas, menos o antigo testamento, esse tem ódio, genocídio, guerra, preconceito e só deve ser considerado quando convém”, isto é, acusam-no de utilizar as mensagens positivas do livro cristão para imbuir-se de autoridade moral, mas constantemente aciona as passagens bíblicas para legitimar afirmações como “[homossexualidade] é um pecado claríssimo, como o adultério” e “não acredito que dois homens possam criar uma criança perfeita no sentido total que você [Marília Gabriela, entrevistadora] está dizendo” (ENTREVISTA SILAS MALAFAIA, 2013a), citações estas, consideradas intolerantes e homofóbicas pela crítica ateaísta.

¹⁵ Disponível em: <

<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498/2011669438863628/>>. Acesso em set.2018.

A tentativa de desmoralização de ícones religiosos apontando suas contradições, ou denunciando o uso da mensagem religiosa para fins políticos, é uma estratégia bastante presente na retórica ateísta, vista, por exemplo, na denúncia de convivência dos líderes religiosos católicos com o abuso infantil (HITCHENS, 2007, p.217). Mas não somente líderes religiosos são criticados por um uso político ou imoral da religião. O parlamentar e candidato à presidência Jair Bolsonaro constantemente é acusado de intolerância, e apesar das suas justificativas não se pautarem, necessariamente, num discurso religioso, seus seguidores e apoiadores veem nele um representante de valores conservadores e religiosos – cristãos. A seguinte figura não é de autoria de críticos à religião, como aquela citada acima, mas de militantes que visam impedir a vitória do candidato do Partido Social Liberal, a página *Brasil contra Jair Bolsonaro*.

FIGURA 3 – Bolsonaro e nazismo.

Fonte: galeria de fotos ATEA¹⁶

¹⁶ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498/2017607591603146/>>. Acesso em set. 2018.

A FIGURA 3 mostra o líder nazista apertando às mãos de líderes da Igreja Católica – o bispo Ludwig Müller e o abade Albanus Schachleitner –, sendo ovacionado por uma multidão e fazendo seu iconoclasta aceno patriótico. A página procura, assim, denunciar que nem todo apelo por um representante “cristão”, “honesto” e “patriota” – qualidades atribuídas ao candidato brasileiro – resulta num regime moralmente aprovado, e para isso, a composição relaciona essa necessidade de representação à ascensão de Adolf Hitler ao governo da Alemanha.

A presença dessa figura na galeria da ATEA é representativa. Não somente por incorporar elementos comuns da crítica ateísta – a relação nazismo e religião –, mas também por denunciar os riscos que a adesão a esse tipo de apelo pode oferecer ao Brasil. Claramente esse posicionamento se alinha aos dos autores como uma denúncia do “feitiço” da religião, impossibilitando os eleitores de compreender a não garantia de uma conduta moralmente aprovada pela simples adesão ao discurso religioso.

A problematização ateísta utiliza a “falsa moralidade religiosa” como uma estratégia de detração do religioso. Procuram enfatizar a constante contradição do discurso religioso que se diz “moralmente superior”, porém sempre são “pegos” sendo intolerantes ou abusando de vulneráveis, sejam eles crianças ou fieis, como mostra a denúncia da FIGURA 4, abaixo:

FIGURA 4 – Pastor e abuso

Fonte: galeria de fotos ATEA¹⁷

Nesta gravura, uma citação do apresentador de televisão Carlos Roberto Massa – popularmente conhecido como “Ratinho” – faz uma afirmação que relaciona “criminalidade” e “pertencimento religioso”, esta foi retirada do programa de televisão *Programa do Ratinho* durante uma entrevista com o, já citado, pastor Silas Malafaia. Ambos estão conversando sobre os trabalhos sociais realizados pela igreja do pastor; o apresentador o interrompe para dizer esta frase “O pai e a mãe que leva o filho na igreja, nunca irá buscá-lo na penitenciária”, alegando repeti-la em toda sua trajetória como apresentador de televisão e rádio (ENTREVISTA SILAS MALAFAIA, 2013b). Abaixo da citação, a composição sugere a não validade da afirmação acima, ao colocar a notícia “Pastor Marco é preso acusado de estupro”¹⁸. Ambos os casos aconteceram em 2013, porém a figura foi publicada cinco anos depois, o que indica o reaproveitamento de construções retóricas de acordo com o contexto. Como se as publicações

¹⁷ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498.43552.172083906155533/2053763384654233/>>. Acesso set. 2018.

¹⁸ O pastor Marcos Pereira da Silva, pastor da Assembleia de Deus dos Últimos Dias, foi preso sob a acusação de estupro de fiéis. A notícia conta que o pastor dizia às vítimas que estavam com o demônio no corpo e somente relações sexuais com uma “pessoa santa” – ele – poderia salvá-las. (MARINATTO, 2013)

fossem uma reação a determinados acontecimento ou contextos, em que é possível identificar uma sensibilidade a determinados assuntos e temas. Por exemplo, as diversas publicações feitas com a foto do avião indo ao encontro do *World Trade Center*, no dia 11 de setembro, com os dizeres “17 anos hoje. 11/09 A ATEA não esquece”.

Em julho de 2018, no *googletrends*, é possível identificar uma alta nas buscas pelo termo “cristão”, mas, de fato concreto, no dia anterior à postagem (12/07/2018) é noticiado que o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Bezerra Crivella, conseguiu impedir seu processo de impeachment. Crivella é um bispo da Igreja Universal e é acusado de favorecer seus fiéis nas filas de cirurgias em hospitais públicos da cidade carioca. Não há como saber se a FIGURA 4 tem relação direta com o ocorrido, ou se ela reage a um contexto maior – as eleições, a ascensão dos evangélicos etc. Mas a figura abaixo, postada no mesmo dia, reage diretamente ao fato político.

FIGURA 5 – Crivella e SUS

Fonte: galeria de fotos ATEA¹⁹

¹⁹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498/2054527481244490/>>. Acesso set. 2018

Compartilhada pela ATEA, esta figura do site de humor *Sensacionalista* satiriza a apropriação do Sistema Único de Saúde pelo prefeito citado, chamando-o de Sistema *Universal* de Saúde, uma referência ao nome da Igreja Universal, na qual ele é uma liderança.

Ainda na chave da “falsa moralidade religiosa” e, retomando, o argumento de “feitiço”, a relação entre religião e dinheiro é outro componente da denúncia ateísta. Há a expectativa da gratuidade da religião, aproximando-a de uma noção de caridade e de desinteresse pessoal, assim, tornando-a incompatível com o enriquecimento pessoal. No contexto brasileiro, a denúncia do enriquecimento dos pastores evangélicos, por exemplo, é bastante comum, não somente na construção discursiva ateísta. Porém, é mobilizada de uma forma tímida na produção ateísta internacional. A denúncia dos gastos públicos com a religião é utilizada pelos autores ateístas, como, por exemplo, na crítica à isenção de impostos ou o financiamento das instituições religiosas (THE FOUR, 2007)²⁰. Mas nos livros, o tema não protagoniza a crítica. Sam Harris cita os custos governamentais com a proibição das drogas, um moralismo, ao seu ver, religioso (2004, p.159). Richard Dawkins cita a venda de indulgências pela igreja católica durante a Idade Média (2006, p.358), e critica também “os belos ternos” dos televangelistas (ibid, p.33).

No contexto protestante (EUA) e anglicano (Inglaterra), a crítica à Igreja Católica recai sobre as acusações históricas – como a Inquisição Espanhola e a cumplicidade com o regime fascista – ou as “recentes” denúncias de pedofilia. No Brasil, país em que esta instituição possui uma maior projeção na vida e imaginário social, e talvez por ter maiores desigualdades socioeconômicas nacionais, as denúncias à Igreja feitas por ateístas cobram dela uma postura coerente em relação à grandes problemas no mundo. Um exemplo:

²⁰ A denúncia de gastos públicos com a religião no contexto brasileiro é um dos objetos de análise do capítulo 3, em que nos deteremos a analisar os processos jurídicos protagonizados pela ATEA.

FIGURA 6 – Igreja Católica e a pobreza

Fonte: galeria de fotos ATEA²¹

FIGURA 7 – Igreja Católica e a fome no mundo

Fonte: galeria de fotos ATEA²²

²¹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498.43552.172083906155533/1953538318010074>>. Acesso set. 2018

²² Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498.43552.172083906155533/2082654125098492/>>. Acesso set. 2018

Em ambas as figuras – 6 e 7 – o ouro e a África são utilizados para demonstrar a ostentação do papa Bento XVI²³, líder da Igreja Católica entre os anos de 2005 e 2013. O uso de objetos de ouro – o trono e o cálice – demonstrariam a soberba de uma instituição contradizendo os dizeres “vai, e vende tudo quanto tens e dá aos pobres” de seu livro sagrado. A contradição é mais explícita na segunda figura contendo a frase “Vamos beber o sangue de Jesus nesse cálice de ouro. E orar para Deus acabar com a fome da África”, como se o “feitiço”, ou a avareza, impedisse a resolução pragmática do problema e a conversão monetária desses acessórios em distribuição de renda ou alimentos para os pobres.

Há diversos *memes* cujo conteúdo abrange esta denúncia. No universo evangélico, a crítica se caracteriza pela acusação de que os pastores estão enganando seus seguidores, ao denunciarem como estes enriqueceram enquanto seus fiéis não. É o que a figura abaixo faz, e utiliza, também, da ironia para se referir ao “plano de Deus”:

FIGURA 8 – Pastores ricos, dizimistas pobres

Fonte: galeria de fotos ATEA²⁴

²³ O papa Joseph Aloisius Ratzinger – Bento XVI – é o principal criticado, pois, além do seu conservadorismo, ele é acusado de adesão ao regime nazista alemão.

²⁴ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498.43552.172083906155533/2060789957284909/>>. Acesso set. 2018

A figura do pastor é constantemente questionada, aqui comparada com a literalidade de seu termo:

FIGURA 9 – Pastor de ovelhas

Fonte: galeria de fotos ATEA²⁵

A FIGURA 9 permite diversas leituras, a começar pela comparação entre a coluna do “pastor de ovelhas” e a coluna do “pastor religioso”. No contexto ateu, a leitura indica um pastor “verdadeiro” e outro “falso” ao comparar seu local de trabalho, sua função e o produto dela. Sobre a função, sabemos que a analogia entre o líder religioso e um pastor de ovelhas, pertence sim ao contexto cristão, mas este o coloca de maneira positiva, atribuindo ao líder uma função de guia – a mesma que a do pastor rural. Entretanto, a crítica ateu usualmente exalta a qualidade de animal das “ovelhas”, tratando-a como um insulto, uma atribuição de uma qualidade “irracional” às pessoas – entendendo-as como incapazes, ou reificando o “feitiço”.

Outra camada de leitura diz respeito à comparação entre os produtos do trabalho desses pastores. Enquanto, sobre o primeiro, é possível afirmar uma “honestidade”, pois este retira das ovelhas a razão de sua domesticação – a lã –; sobre o segundo, não, a exorbitante quantidade

²⁵ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498.43552.172083906155533/2053764237987481/>>. Acesso set. 2018

de dinheiro²⁶, denunciaria o desvio do pastor, uma vez que a “domesticação” de seus fieis deveria produzir algo religioso, talvez a salvação, a boa conduta etc. e não algo material que favoreça unilateralmente o pastor.

Outra frase comum, que detrata a relação pastor e fiel, é “o Senhor é meu pastor, e late no meu quintal”, uma piada que torna a palavra “pastor” em nome próprio e o designa para um animal de estimação, um cão da raça pastor-alemão. E ao mesmo tempo sugere que o eu-lírico da frase é alguém “sem senhor”, que não responde aos mandos de alguém, sendo assim, uma pessoa livre. No capítulo seguinte, veremos como a categoria “liberdade” é bastante presente nas narrativas da passagem de “alguém com senhor” (religioso/aprisionado) para “alguém sem senhor” (ateu/livre), mas aqui ficamos com a frase como exemplo de desqualificação da figura do pastor e da relação de dependência dos fiéis, mobilizados pela crítica ateísta.

Até agora vimos a desqualificação da integridade moral religiosa pela crítica ateísta, suas contradições e imoralidades demonstrariam o desacordo entre o falar e o fazer religiosos. A religião passaria a ser imoral, pois “claims a special divine exemption for its practices and beliefs” (2007, p.52), lembrando as conclusões de Hitchens. A retórica ateísta, nestes casos, não aciona nada além de sua própria expectativa do que seria o religioso, e sua leitura sobre as práticas religiosas e as implicações da existência de um ser divino “todo poderoso”.

Sobre essa existência, à questão da moralidade é acrescentada o questionamento da eficácia de seus poderes. Aqui a crítica ateísta interpelará os fatos religiosos mobilizando as conquistas, descobertas e o desenvolvimento científico, para sustentar a tese: “deus não existe”, ou se existe “não é grande”, retomando o título da obra de Christopher Hitchens (2007). Colocando as práticas que eles apoiam – as científicas – como superiores às práticas religiosas:

²⁶ A imagem do dinheiro é meramente ilustrativa, pois este dinheiro não pertencente ao contexto religioso. Podemos encontrar a exata imagem numa notícia que relaciona a apreensão dessa quantia de dinheiro (400 mil reais) ao tráfico de drogas. (EUGENIO, 2011)

FIGURA 10 – Sabin e Cristo.

Fonte: galeria de fotos ATEA²⁷

A FIGURA 10 traz exatamente essa formulação, se Jesus tiver existido e sido realmente filho de deus, seus feitos não são tão “grandes” quanto seus seguidores acreditam – Cristo além de “só” ter transformado a água em vinho, o fez para confraternizar com seus amigos, e nada mais. Essa leitura sobre os “poderes divinos” conversa com a crítica acima à Igreja Católica, uma vez que Jesus poderia utilizar seus poderes para algo mais “útil”. E ao colocar a imagem do médico e pesquisador Albert Sabin – inventor da vacina oral contra poliomielite –, a crítica ateaísta se apropria das autoridades científicas para legitimar-se: as conquistas científicas não favorecem seus criadores.

A apropriação de autoridades socialmente reconhecidas independentemente de suas filiações com o ateísmo é comum. Como se a aproximação dessas personalidades fortalecesse suas explicações do porquê a religião está errada. Na página da ATEA podemos encontrar inúmeras figuras com citações de personalidades criticando a religião. Personalidades como Björk, Butterfly McQueen, Cara Santa Maria, Clarisse Falcão, Dag Soras, Daniel Radcliffe,

²⁷ Disponível em:

<<https://web.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498/1980457155318190/>>. Acesso set. 2018

Dick Gregory, Doris Lessi, Doug Stanhope, Douglas Adams, Edgar Allan Poe, Elbridge Gerry, Faisal Saeed al-Mutar, Frank Sinatra, Frank Zappa, Gabriel Garcia Marques, George Clooney, George Washington, George Byron, George Orwell, Jane Role, John Adams, Marieta Severo, Nick Offerman, Steve Knight – artistas e escritores de várias épocas e nacionalidades. Estas pessoas aparecem com citações como, por exemplo, a frase do comediante George Carlin: “Diga às pessoas que tem um homem invisível nos céus que criou o universo, e a grande maioria vai acreditar em você. Agora diga a elas que a tinta está fresca, e elas terão que tocar para terem certeza”.

Até religiosos aparecem, como o bispo anglicano John Shelby Spong que lhe é atribuída a frase: “quem pretende basear sua moralidade literalmente na Bíblia ou nunca a leu ou não a entendeu”, e o padre brasileiro Fábio de Melo, “Sabe o que mais me assusta? As piores ofensas, o desrespeito, a falta de honestidade intelectual, vem de quem se diz ‘defensor da fé cristã’”.

Das autoridades científicas, as mais comuns são Charles Darwin, Edward Osborne Wilson, Jerry Coyne – biólogos –, Albert Einstein, Carl Sagan, Neil deGrasse Tyson, Stephen Hawkins – físicos –; mas outros aparecem como o matemático Blaise Pascal e o criador da psicanálise Sigmund Freud. Sempre associados a seus feitos científicos.

FIGURA 11 - Louis Pasteur

Fonte: galeria de fotos ATEA²⁸

²⁸ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498.43552.172083906155533/2050215451675693/>>. Acesso set. 2018

A FIGURA 11 demonstra outra forma de apropriação, a não utilização de uma citação, mas sim, o uso do humor relacionando um cientista e a crítica à religião. Aqui a frase “o senhor é meu pastor, e nada me faltará”, novamente, é subvertida e as palavras “pastor” e “faltará” são substituídas pelo nome do biólogo francês Louis Pasteur e o ganho útil de suas pesquisas. Ele descobriu a existência de micro-organismos e foi o inventor do processo de pasteurização, capaz de destruí-los, impedindo uma possível infecção alimentar, por exemplo.

O embate entre religião e ciência fica visível no embate entre a “cura pela ciência” e a “cura pela religião”. Nesse confronto, aparecem diversas críticas ateístas a tudo que eles associam a religião. Por exemplo, a inexistência de Deus se provaria pela necessidade do uso de medicamento:

FIGURA 12 – Reza e remédios.

Fonte: galeria de fotos ATEA²⁹

Na FIGURA 12, Chapolin conclui que não precisaria continuar utilizando remédios, pois a sua dor de cabeça foi curada por Deus. A figura usa o personagem mexicano Chapolin Colorado – popular nos anos 90, no Brasil –, um herói cômico conhecido por suas trapalhadas e suas conclusões erradas, e muito utilizado em *memes* irônicos, para debochar daqueles que atribuem

²⁹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498/2057748297589075/>>. Acesso set. 2018

a eficácia de sua cura a uma prática religiosa – a reza – e não ao uso do remédio – dipirona –, tido como um produto da ciência.

O pensamento religioso é acusado de negligenciar os avanços medicinais por atribuírem sua saúde à fé em deus. A crítica ateísta toma essa forma de pensar como irracional, pois colocaria em risco as pessoas. Na figura a rejeição do medicamento não indica grandes perigos, mas em outras, aparece a denúncia de que a religião permite a rejeição ou interdita o uso de procedimentos médicos, vacinas ou preservativos. Como na FIGURA 13, abaixo, que ilustra o papa Bento XVI, acompanhado da Morte (com a palavra “Aids” inscrita nela), dizendo que a camisinha o ofende:

Figura 13 – Papa, morte e camisinha

Fonte: galeria de fotos ATEA³⁰

A ciência aparece no discurso ateísta como uma artifício para demonstrar a superioridade da adesão a um pensamento cético, o que resultaria em práticas “superiores” às religiosas.

³⁰ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498/1972129072817665/>>. Acesso set. 2018

FIGURA 14 – Pessoas ajudam pessoas

Fonte: galeria de fotos ATEA³¹

A “superioridade” do pensamento ateu resultaria em práticas moralmente preferíveis, se comparadas às dos líderes religiosos acima relatadas, pois não se traduzem em uma ação “vazia”, sem resultados úteis – como transformar água em vinho. A FIGURA 14 trata exatamente disso, nela, há a imagem de uma pessoa com os cabelos raspados com escrito “Doe medula”, e embaixo: “Orações não ajudam ninguém, pessoas ajudam pessoas”, estimulando a doação de medula óssea para tratar de doenças genéticas como a anemia falciforme e a talassemia, e alguns cânceres que comprometem a produção de células sanguíneas, como a leucemia.

Outra forma de criticar os diferentes modos de agir está no modo como as pessoas buscariam a solução de problemas.

³¹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498/1940084902688749/>>. Acesso set. 2018

Figura 15 – Orações ou ações

Fonte: galeria de fotos ATEA³²

Possíveis vítimas de um naufrágio, o ateu e o crente, são representadas buscando formas diferentes para se salvarem, na FIGURA 15. Com os dizeres “uma das grandes diferenças”, a figura afirma o comprometimento do ateu com uma solução prática – a construção de uma jangada – e o desespero do crente – marcado pelas suas feições – em conseguir somente suplicar pela salvação. A metáfora da “busca pela salvação” contida na figura, ilustra também o debate acima, pessoas ateístas procurariam a salvação de outras pessoas, ou da humanidade, através de ações no mundo – busca por conhecimento, descobertas científicas, medicamentos e ajuda humanitária –, enquanto os esforços dos religiosos estariam sendo desperdiçados na esperança da salvação divina.

Essa pretendida independência, clamada pelos ateístas, é criticada por religiosos quando estes afirmam que em momentos de desespero o ateu percebe a impotência divina e clama pela sua ajuda. A próxima figura contém uma resposta ateuista a essa crítica.

³² Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498/1983834638313775/>>. Acesso set. 2018

FIGURA 16 – Rezar no desespero

Fonte: galeria de fotos ATEA³³

A imagem do plano cartesiano contendo as variáveis “fé”, no eixo das abscissas (horizontal), e a variável “altitude”, no eixo das ordenadas (vertical), variando conforme um avião se acidenta, é utilizada para demonstrar que a crença em deus varia conforme sua necessidade dele, neste caso, segundo o argumento religioso, seria muito fácil dizer que não acredita quando Dele não se necessita. À imagem cartesiana é acrescentada uma resposta de um ateu a esse questionamento: “com isso eu concordo. Quando mais desesperada e irracional a pessoa fica, mais religiosa ela se torna”, procurando inverter o argumento ao desassociar a “conversão” da necessidade, postulando a razão como sendo o “desespero”.

³³ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/ATEA.ORG.BR/photos/a.191647587532498/2006388526058386/>>. Acesso set. 2018. Esta foi a única imagem editada, optamos por retirar o nome e a foto do autor do comentário.

Como dito no começo, todas as figuras, quando postadas, são passíveis de serem comentadas. Um comentário da FIGURA 16, nos chama a atenção, ele serve para introduzir o a discussão pretendida pelo capítulo 2. Na página da figura, um ateu comenta:

“Eu sou ateu, mas confesso que às vezes rezo. Na hora que a situação fica feia, rezar pode ajudar por dois motivos: primeiro, pois era um hábito que eu tinha quando criança, segundo e principal, pois nada mais é do que um exercício mental capaz de trazer paz, alívio e esperança nos momentos mais tensos”.

Poderíamos ler esse comentário de várias formas, mas deixaremos para entender como o “ateísmo” aparece nas narrativas dos próprios atores no próximo capítulo. Aqui, queremos explicitar que há uma forma específica de denunciar a religião, e, nesta forma, lhe são atribuídas inúmeras palavras e ações, “rezar” é uma delas. Um ateu não pode rezar, vide a reação das outras pessoas a esse comentário que o acusaram de não ser um “ateu verdadeiro”, obrigando ao autor original se justificar acionando conhecimentos científicos – algo autorizado pelos ateístas – a respeito da eficácia do uso de rezas e meditações no tratamento de TDAH (transtorno do déficit de atenção com hiperatividade) – falando dos efeitos dessas práticas no neocórtex.

1.3 O modo ateu de ver a religião

Paula Montero ao introduzir o texto *A construção da religião como uma categoria antropológica*, do antropólogo Talal Asad (2010), retoma um importante argumento do autor dizendo que ele “argumenta que a teoria antropológica naturalizou a ideia de religião como um fenômeno transhistórico e transcultural a ponto de supor que sua essência própria e sua autonomia poderiam ser analiticamente identificáveis em qualquer circunstância”(2010, p. 259). Essa desnaturalização é importante para que possamos analisar antropológicamente o fenômeno religioso procurando entender como os atores envolvidos definem as categorias articuladas, inclusive o que é religião.

Na análise acima demonstramos como, a partir da identificação da religião como um problema, atores, que se declaram como ateístas, definiram as características de tudo que é religioso. Para isso, foi necessário que construíssem uma ideia de religião, “transhistórica” e “transcultural”, universalizando, assim, suas características, criando a possibilidade de uma crítica única. Uma leitura que permiti identificar o religioso em diversos lugares,

principalmente, naqueles considerados “seculares” – como a política e o sistema de saúde, exemplificados acima.

Os quatro autores analisados no começo da seção dão origem a um repertório – aqui entendido como um conjunto de julgamentos compartilhados – através de suas explicações e interpretações a respeito de um problema público, o terrorismo. Mobilizam em seus julgamentos uma série de características atribuídas ao que eles desenharam como sendo “A Religião” e sua capacidade de “enfeitiçar” as pessoas, fazendo-as aderirem a comportamentos prejudiciais à toda a sociedade. Do moderado ao fundamentalista, o pensamento religioso é posto como sendo capaz de impedir o desenvolvimento e o progresso científico e social.

A crítica ateuista brasileira põe esses julgamentos em ação no contexto nacional, acionando-o para criticar a moral e a prática religiosas. Para isso, olham para os mesmos pontos que a crítica estrangeira: política, educação, direitos minoritários, contradições morais, pesquisa científica. E como nesses pontos conseguem identificar a influência de atores religiosos: conservadorismo, retrocesso e contradições. Apontam, assim, como a disposição religiosa não realiza sua expectativa de construção de ações morais ou resolução de problemas através da relação com o divino.

Quando olhamos para o conjunto das falas brasileiras analisadas, podemos notar o claro protagonismo da crítica à religiosidade cristã e seus atores. Embora, com menor frequência, encontramos outras críticas ao que eles consideram como religião, do islamismo até a astrologia, a estratégia adotada é a mesma: procuram apontar contradições morais – ao mostrarem um homem de túnica árabe apertando os glúteos de uma mulher, por exemplo – ou a ineficácia de suas práticas – comparando astrologia, terra-planismo e homeopatia.

No contexto cristão, ao compararmos como o catolicismo e o pentecostalismo são representados, notamos uma diferença na forma e nos elementos denunciados. Talvez uma diferença de escala, em que o catolicismo é representado através de imagens institucionais e problemas internacionais; enquanto, o pentecostalismo é personalizado nas figuras do “pastor imoral” e do “crente enganado”.

Parece-nos que o uso do humor nessas imagens, um humor fundamentado na contradição e na ironia, é um recurso que possibilita a crítica mobilizar diversos valores ao mesmo tempo, sem que seja necessário constantemente se referenciar à obras, fatos e autores. Numa simples figura, há um acúmulo de discussões, percebido ou não, mas com uma capacidade de diálogo maior entre diferentes públicos – sejam eles, religiosos ou políticos. As

imagens que trazem um determinado candidato político e sua relação com a religião alcançam tanto os interessados em criticar a política, quanto aos críticos da religião. Uma imagem que aciona o universo LGBT, traz os militantes LGBTs para se juntarem à crítica ateísta.

É comum encontrarmos comentários como “sou religioso, mas nesse ponto você tem razão” num momento de autocrítica ou quando um pertencimento religioso “adversário” é atacado. Quando é denunciado a relação entre “pastor” e “dinheiro” como algo promíscuo, encontramos diversos outros pertencimentos religiosos endossando à crítica. Cada figura torna-se potencialmente uma arena onde atores disputam significados e valores. Nos exemplos citados, vimos como as figuras se alteram e os atores se veem obrigados a se justificarem quando não estão completamente adequados à crítica – como na associação entre religião e comunismo, com os ateus rezando.

Aqui procuramos dar ênfase à emergência de um problema – como ele é formulado –, caberá ao capítulo seguinte olhar para a emergência de um público – aqueles que reagem a esse problema –, para assim compreendermos a dinâmica coletiva ateísta.

Capítulo 2 – O campo de experiência ateísta

No capítulo anterior, dedicamo-nos a demonstrar a formulação da religião como um problema elaborado a partir de explicações e interpretações que a acusavam de ter uma influência negativa no mundo comum, mais precisamente, como o pensamento religioso criaria disposições que interfeririam no desenvolvimento social e científico. Essa formulação – um modo singular de ver, fazer e dizer – parte de atores que se identificam como “ateístas”, isto é, pessoas que afirmam renunciar a tudo o que é religioso ou não estar sob sua influência. Com esta identificação, é formulada uma crítica ateísta que olha para pontos específicos da sociedade – políticas públicas, formulação de direitos minoritários, educação, pesquisa científica e moralidades – avaliando se há ou não a interferência do que consideram ser uma expressão da religião. Além desse movimento, há a percepção de que a religião seja imune a críticas – privilégio herdado a partir de uma disposição de tolerância, conquistada historicamente –, fazendo com que a principal estratégia da crítica ateísta seja denunciar as contradições da religião objetivando desestabilizá-la como cerne da moralidade, e, portanto, atingindo sua imunidade; e, assim, apresentam o ateísmo como uma visão de mundo possível e legítima.

Neste segundo capítulo, gostaríamos de abordar outro aspecto dessa dinâmica coletiva: se antes o enfoque era na definição do problema, aqui olharemos para seu público. Daniel Cefaï sugere que uma das maneiras de apreendermos o campo de experiência que compõe um público é analisar as “trocas interacionais” entre os atores: “nosso acesso à verdade, ao bem e ao direito nunca é solitário, mas passa por interações com os outros e com as coisas, por meio de processos de cooperação e de comunicação”. (2017, p. 196). De certa maneira, pudemos observar algumas interações no capítulo 1 – a interação dos atores na elaboração das críticas e nas críticas das críticas, principalmente por termos escolhido as redes sociais como local de observação. E, até, poderíamos continuar analisando a produção imagética ateísta. Embora tenhamos privilegiado em nossa análise o material textual das principais críticas às religiões, deixamos inexplorado um rico acervo imagético produzido pelos meios de comunicação ateísta que também expressa, a seu modo, outras maneiras de indignar-se e de criticar a religião. Considerando a complexidade dessa linguagem consideramos que, apesar da riqueza, sua análise nos afastaria dos objetivos deste capítulo que pretende descrever a maneira como a audiência reage ou interage com as críticas à religião produzidas pelo discurso ateísta.

Como anunciado no capítulo anterior, para investigarmos a audiência deste problema, observaremos o modo como os atores falam sobre o ateísmo para si e para seus pares.

Entendendo que a experiência coletiva deva “*produzir os termos de sua inteligibilidade e de sua legitimidade* para os auditórios aos quais se endereça, para os membros que a compõem e para os adversários contra os quais luta”(CEFAI, 2008, p. 26–27, grifos meus), analisaremos como os atores compõem uma linguagem comum que lhes permita prestar contas “do que fazem, de por que o fazem e em vista do que o fazem” (ibid, p.27). Este prestar contas poria à prova a capacidade dos atores e a adesão deles à causa. E é sobre este último ponto que nos debruçaremos neste capítulo.

Vimos, também, no capítulo anterior que após a identificação e elaboração do problema, os atores passam a trabalhar sobre uma base comum na formulação da crítica. Neste capítulo, investigaremos se essa base é apropriada pelas narrativas dos atores, analisando a história de vida de alguns deles de modo a compreender como procuram tornar suas experiências inteligíveis e legítimas por meio de narrativas da transição de um pertencimento religioso para uma identificação ateaísta.

Ainda tomando a institucionalidade da ATEA como um agregador de materiais, utilizaremos os depoimentos que a instituição disponibiliza em seu sítio eletrônico³⁴ neste capítulo. São depoimentos que foram enviados para que o site publicasse em sua página institucional e em sua comunidade no *facebook* – alguns sendo inclusive publicados diretamente na rede social por seus autores. O objetivo desses depoimentos, de acordo com alguns deles, é estimular que mais pessoas tenham “coragem” de se identificarem como ateístas ou de encontrarem uma comunidade em que possam compartilhar suas questões pessoais; pelo modo como se apresentam podemos aferir que esses depoimentos objetivam mobilizar e estimular um público. Assim, podemos toma-los como as “trocas interacionais” por excelência, pois visam a interação em si, no caso, o compartilhar de experiências.

Ao todo foram colhidos 144 depoimentos entre pedidos de ajuda, denúncias, desabaços, agradecimentos e histórias de vida³⁵. Privilegiaremos em nossa análise as 34 histórias de vida arroladas nessa série. Elas constituem pequenas narrativas de meia a quatro páginas, enviadas entre os anos de 2012 a 2017, que condensam as mais variadas experiências pessoais. A maneira como narram a ruptura com um pertencimento religioso anterior nos traz elementos para que possamos identificar a existência de um padrão ateaísta. Nossa intenção é de narrar essas

³⁴ <https://www.atea.org.br/category/depoimentos/>

³⁵ As denúncias e os pedidos de ajuda deixaremos para o próximo capítulo no qual nos aprofundaremos no “ativismo jurídico” da associação. Os desabaços e os agradecimentos, assim como as histórias de vida, poderiam ser utilizados para analisarmos as interações propostas, mas preferimos as historietas, pois estas põem em relação um maior número de categorias.

histórias. Desse modo, estruturaremos nossa análise com o fim de identificar nesses relatos os “parâmetros de uma experiência cognitiva e normativa”³⁶ (ibid, p.19), nos perguntando se há uma influência da crítica no modo como essas pessoas entendem as suas trajetórias. Ao contrário de interpretações que entendem o ateísmo como um sistema de valores alternativos como propõe Gordon, procuraremos demonstrar que o “ateísmo” significa para esses atores mais uma possibilidade interpretativa ou legitimadora de uma ruptura do que uma forma de “pertencimento” que substitui a religião³⁷.

Como fio condutor desta análise utilizaremos o depoimento de Giovanni *Como me tornei ateu naturalmente* (ANEXO 1 e DEPOIMENTO 1)³⁸. Nele, o autor relata suas relações familiares, cotidianas e religiosas como um adventista do sétimo dia, desde sua tenra infância, e os questionamentos que finalmente o levarão a desligar-se da igreja, da religião, para “tornar-se” um ateu. Por ser uma das mais extensas, essa narrativa traz em seu texto inúmeras definições e distinções que nos ajudarão a ler e acompanhar as demais. À luz das reflexões desta narrativa, por conseguinte, olharemos o conjunto, comparando os depoimentos, olhando para os cenários, os atores envolvidos e, principalmente, as categorias mobilizadas – as qualificações e ações anunciadas, isto é, o que fazem e porque o fazem o que dizem que fazem.

2.1 Como Giovanni se tornou ateu

A narrativa começa com uma breve apresentação, Giovanni diz seu nome e sua idade (18 anos) e nos afirma que tomou a decisão de contar “como [se tornou] de cristão de nascimento para Ateu de forma natural e espontânea”, assim que se associou à ATEA. Em sua narrativa não fica claro, no entanto, se a associação fez parte dessa mudança ou se ele chegou a ela depois de ter se tornado ateu. De início, é notável a escolha das palavras associadas à sua experiência de ser “cristão” e a “ateu”. As características desta experiência ficarão mais claras ao longo da

³⁶ Esses parâmetros de experiência são “maneiras típicas de compreender, interagir ou comunicar” (CEFAÏ, 2008, p.19, nota 5). Essas maneiras seriam desenvolvidas a partir de uma “meaning-making activities”, conceito que Cefai encontra na obra de Paul Lichterman (2005). Nesta obra, o autor vai trabalhar o conceito de “social spiral”, “When individuals join a civic group, the meanings they develop by talking to one another encourage them to spiral outward, so that they create enduring relationships not only with other group members but with individuals and groups outside the group” (p.11).

³⁷ Vimos na introdução que a tese de Flávio Gordon (2011) sobre a atual configuração do ateísmo – chamada por ele, e outros autores, de neo-ateísmo – é que ela se propõe a substituir a religião oferecendo valores transcendentais que substituem aos religiosos.

³⁸ <https://www.atea.org.br/depoimentos/como-me-tornei-ateu-naturalmente/>

narrativa. Podemos, no entanto, desde já, aferir que o pertencimento religioso foi uma imposição familiar e não uma escolha pessoal.

“Eu nasci em uma família inteiramente Adventista do sétimo dia por parte de pai e mãe. [...] Desde que eu entendo a língua portuguesa, eu ouço de Jesus, da bíblia, de Deus, de religião, de orar, de músicas cristãs e etc., e *desde que eu nasci*, fui todo sábado à igreja, e, como Adventistas guardam o sábado, nesse dia eu nunca pude fazer nada que não fosse relacionado à igreja. Isso mesmo, minha infância inteira, nos sábados (TODOS ELES³⁹) eu não podia fazer coisas como ouvir músicas que não fossem evangélicas, ler nada que não fosse a bíblia, assistir coisas que não fossem da igreja e o que mais me irritava na infância, não podia jogar videogame nesse dia. Além dessas *limitações* do dia do sábado que sempre consumiam metade do meu final de semana, tornando o sábado um dia extremamente *desagradável*, diversas mídias que eram muito populares entre meus amigos eram excluídas da minha vida e eu simplesmente tive isso cortado da minha infância. [...] porque a igreja divulgava que esse tipo de coisa provinha do demônio [...]. Essa foi minha vida até aproximadamente 11 anos de idade”. (grifos meus)⁴⁰

Neste início da narrativa, Giovanni nos conta sua experiência enquanto um adventista do sétimo dia. Em sua fala, ele procura nos mostrar as implicações de pertencer a essa igreja, que ao seu ver, não são positivas. Sua infância é narrada como uma experiência limitada. Diferentemente das outras vividas por seus colegas, ela foi marcada pela imposição de regras que não só o desagradavam, mas, também, impediam-no de viver e conhecer coisas “populares” entre seus amigos.

O narrador continuará sua história dizendo que não conhecia nada além do que lhe era apresentado pelos pais e pela igreja, mas por ser muito novo apenas seguia “*scripts* e não pensava sobre o assunto”. Quando criança, Giovanni não podia fazer nada e, mesmo chateado, não refletia sobre as regras que lhe eram impostas. É no fato desta falta de autorreflexão que ele irá centrar a sua narrativa.

“Até um dia em que eu *despertei* e *pensei*: ‘Nossa, Deus existe, eu sou cristão e quero ir para o céu’. Basicamente foi o momento em que eu comecei a *racionalizar* sobre o

³⁹ No gênero textual utilizado na internet – *blogs*, fóruns, redes sociais, e, até mesmo, em conversas privadas – a escrita em caixa alta, com todas as letras em maiúsculo, objetiva chamar atenção ou emular uma tonalidade de voz acentuada, por exemplo, um grito.

⁴⁰ Procuramos ao máximo não alterar as citações dos depoimentos, por isso, muitos não seguirão a gramática formal, apresentando características da oralidade e da coloquialidade – tais como, erros de pontuação, concordância e regência. Alteramos, apenas, o que comprometiam a compreensão, isto é, ambiguidades que aparecem devido à seleção dos trechos, mas que são compreendidas através da leitura da narrativa completa.

assunto. E então, eu peguei a Bíblia e todo o conhecimento religioso que eu já tinha adquirido e *comecei a estudar e a pensar sobre isso*. (grifos meus)

As ações de “despertar” e “pensar” são postas aqui como o começo do distanciamento crítico sobre tudo que lhe foi imposto. Se antes o pertencimento religioso era herdado pelo nascimento, neste trecho acima, Giovanni o assume como algo seu. E assim, terá que lidar com essa escolha. As palavras “racionalizar” e “estudar” marcam exatamente esta condição: neste momento da narrativa, ele não mais segue um “*script*”.

E, como resultado, ele sentiu “medo”:

“[...] Deus que colocou uma série enorme de *regras* que são difíceis de se seguir, porque muitas delas são chatas e castradoras da nossa felicidade, que cortam nossas asas como seres humanos. Como por exemplo as do sábado. [...] E aí eu comecei a pensar: ‘esse Deus que me ama e tem um milhão de regras insuportáveis, de acordo com a bíblia, se eu não seguir essas regras, eu vou ser condenado ao sofrimento eterno’. [...] É dito diversas vezes na Bíblia que só quem ama a Deus *sinceramente* que vai pro céu. E aí eu comecei a ficar com *medo*, porque no fundo, apesar de tudo, eu sabia que eu ia pro inferno, porque na minha cabeça era INCONCEBÍVEL eu amar um ser *invisível e mudo*.” (grifos meus)

Neste ponto, a questão do medo nos é apresentada como derivada de sua autonomia: “pensar” na religião lhe trouxe insegurança em relação a sua crença, a sua capacidade de ser “sincero” com relação às “regras” e a Deus que, por ser “invisível” e “mudo”, é inacessível à “racionalização”. Enfrentar o medo torna-se algo que ele desejará resolver.

“E eu vivi alguns anos da minha infância com medo sempre que pensava nessas coisas, e isso me *incomodava* muito. Até que eu cheguei à uma conclusão: ‘Se eu não consigo amar de verdade um Deus mudo e invisível, basta eu conseguir ver e ouvir ele’. E aí eu comecei a me dedicar muito à igreja e a orar bastante, procurando ver, ouvir ou sentir algo da presença de Deus. Esse foi o primeiro estágio da minha *libertação* da igreja. Eu estava BUSCANDO ver Deus. E aí que começaram uma série de decepções”. (grifos meus)

A autonomia narrada de Giovanni o levou se sentir “incomodado” com a sua crença. A partir deste ponto, ele passa a narrar sua “libertação” da igreja. As “limitações”, o “*script*” e o “medo” passarão a ser substituídos pelas decepções resultantes das perguntas: “porque nada aconteceu?”, “porque eu não senti?”, e, a conclusão, “Deus nos abandonou”. A primeira decepção veio durante um acampamento, como resultado de um pedido não atendido – quando este clamou por conforto divino, pedindo a Deus que o protegesse do frio –; a segunda, veio ao

não sentir uma mudança ao ser batizado; e a última, uma conclusão adquirida após meses pedindo um sinal a Deus. A igreja Adventista aparece como mero palco, sem caracterizar as experiências subsequentes; se antes, suas regras e restrições eram questionadas, agora, Giovanni enfrenta diretamente a questão da existência de Deus para narrar as suas decepções, sem qualquer particularidade que este pertencimento institucional possa atribuir, ou sem buscar respostas em outras instituições.

“E aí eu me tornei aquele tipo de “Ateusinho revoltado” que diz que não acredita em Deus porque odeia ele, *e não porque sabe de sua inexistência*. Esse clássico tipo de revolta religiosa que leva muitas pessoas a dizerem que são ateus e mais tarde quando superam aquela angústia interior, dizem que foram ‘convertidos de novo’. É o que eu chamo de Pseudo-atheu revoltado. E nessa fase que eu ficava debochando da igreja e de Deus, ouvindo bandas de Metal que se consideravam satanistas e esse tipo de coisa. Mas no fundo, eu sempre ficava com a consciência pesada, sentindo que eu estava fazendo algo errado e que algum tipo de Deus estava vendo tudo isso e me julgando, e que eu ainda podia me arrepender e voltar atrás

Revoltado com suas decepções, Giovanni usa a “revolta ateísta” como uma ferramenta quase bélica para confrontar sua própria angústia. É instigante a distinção que ele mesmo faz: “ateusinho revoltado” é aquele que não acredita por “ódio”, e não por “saber de sua inexistência”, sendo assim, não um ateu “verdadeiro”, mas um “pseudo”.

Seu “ódio” lhe permite quebrar as regras através do deboche e do consumo de coisas que antes não podia. Mas, assim como os que se “convertem de novo”, isto não lhe permite desvencilhar-se da “culpa”.

“[...] de tempos em tempos, voltava atrás, conversava com um pastor ou teólogo e explicava tudo o que eu pensava e sentia e pedia conselhos. E sempre era a mesma história. “Faz isso, isso e aquilo que você certamente vai sentir a presença de Deus”. E isso se repetiu umas 4 vezes em que eu fazia os procedimentos de orações e meditações durante alguns meses e nada acontecia, e nada eu sentia. Até que eu fiz 15 anos e fui para o internato. E aí após tantas decepções incontestáveis, eu passei a ser agnóstico. O terceiro estágio do meu ateísmo”.

O agnosticismo é posto aqui como uma etapa entre a “revolta” e o “ateísmo”. Não mais enfurecido por suas decepções, e passando a aceita-las, Giovanni se torna um agnóstico. Ele explica o porquê deste “degrau”:

“porque a minha cultura e meio religioso privou a minha vida inteira *de conhecimentos básicos científicos* que eu precisava para *entender a inexistência de deuses e coisas*

básicas como a Evolução. Desde pequeno, foi colocado na minha cabeça, dia e noite, vídeos, livros e textos criacionistas com argumentos furados falando mal do evolucionismo, mas eu era só uma criança, como poderia entender aquilo? Na minha cabeça, mesmo não acreditando em Deus, eu não acreditava na ciência. E então como Agnóstico, eu comecei a afirmar: “Não se pode provar a existência de Deus, nem a sua inexistência. Talvez exista, talvez não exista. Me importa? Não. Eu vivo sem me preocupar com isso.” (grifos meus)

Este trecho traz importantes distinções. A justificativa do agnosticismo, em detrimento do ateísmo, é o desconhecimento. Para Giovanni, um ateu é aquele que possui “conhecimentos básicos científicos” que o permite “entender a inexistência de deuses”. A ciência é tida como um meio para o ateísmo, e a religião um obstáculo para a verdade. À esta é atribuída a qualidade de impor “argumentos furados”, impedindo, principalmente, às crianças, o acesso à ciência e à “coisas básicas como a Evolução”.

A conclusão agnóstica – “eu vivo sem me preocupar com isso” – não impedirá Giovanni de ter “crises de consciência” a todo momento, justificadas, novamente, pelo contexto de sua formação. Mas tal problema é solucionado com o passar dos anos – “E eu fui levando isso comigo nos 15, 16 até que eu fiz 17 anos ano passado” –, retirando qualquer “resquício de consciência pesada ou vontade de voltar atrás”. A questão da “consciência” parece estar resolvida pelo desinteresse.

“E foi aí que minha vida mudou. [...] Um dia do ano passado, eu liguei a minha TV e coloquei na Netflix. Eu vi uma série documentário em exibição: COSMOS, de Neil deGrasse Tyson. Interessado no assunto, eu cliquei e comecei assistir. Eu sempre falava “A Evolução é tão improvável quanto a criação, o ser humano nunca vai saber de onde veio e isso não interessa”. E eu dizia esse tipo de coisa, porque minha mente estava cheia desde a infância com as ideias idiotas e falaciosas pseudocientíficas criacionistas criadas pela religião para entupir nossos cérebros e nos privar da realidade. E quando eu vi esse documentário meus olhos se abriram e eu comecei a estudar, pesquisar e procurar mais, ver outros documentários, ler textos e artigos científicos, ouvir vlogs e ler blogs sobre o assunto, ler livros e me aprofundar. E eu entendi como funcionava o nosso universo, como nós evoluímos de um ser unicelular, quais as evidências palpáveis que nós temos hoje para ter certeza disso, como nosso universo surgiu e como nós sabemos disso. Meus olhos se abriram para outra realidade que eu nunca havia experimentado antes e meu universo ficou colorido”. (grifos meus)

Narrado quase como um acaso, o contato transformador de Giovanni com a “ciência”, não foi na escola, através de livros ou professores, mas pela televisão – não a tradicional, mas a de *streaming* que dá maior autonomia sobre a grade de programação a seus assinantes. É a

produção documental que fisga o seu interesse, e, tal qual uma revelação, seus “olhos se abrem”. Um novo “despertar” que o leva a mesma ação narrada anteriormente: estudar. Esta, agora acompanhada por “pesquisar”, “procurar”, “aprofundar”, não mais encontra os obstáculos de antes, impostos por uma religião que “entupia” e “enchia sua cabeça” com verdades “pseudocientíficas criacionistas” e o “privava” de conhecimento.

É a partir da a narrativa de adesão à “ciência” que a religião e o pensamento religioso passam a ser adjetivados negativamente. A ruptura se legitima a partir dela.

“[...] Eu vi como *o método científico*, que foi cautelosamente desenvolvido com o passar dos séculos, com erros e aprimoramentos, nos levou até onde estamos, e que tudo que temos e conseguimos provém dessa ciência. E como os maiores cientistas fizeram suas maiores descobertas. A partir desse momento, todas as minhas crises existenciais foram embora. Eu me senti vivo. Eu me senti parte do universo. Eu fiquei mais feliz e em paz comigo mesmo do que nunca com a igreja. Eu notei que viver com Deus e a criação como seu sentido de vida, era algo *pequeno, banal e pífio* comparado à realidade de nossas origens. Aos poucos eu fui me livrando do *MAL que a religião faz conosco*. E então eu virei Ateu”. (grifos meus)

Assim, Giovanni explica ao leitor o porquê de o “método científico” ser superior ao “pequeno”, “banal” e “pífio” sentido da vida oferecido pela visão religiosa. Os avanços tecnológicos, as descobertas e o “cauteloso desenvolvimento” são narrados como qualidades da própria ciência, que trazem o “bem” e oposição ao “mal que a religião faz conosco”.

Vemos, pois, que a narrativa se propõe a ser uma narrativa de transformação, conforme anunciado logo em seu início. Giovanni conta, ao longo do texto, suas frustrações com relação a um pertencimento religioso oriundo de uma imposição familiar, de um contexto educacional específico que o privou de inúmeras vivências durante sua infância. Há um esforço em caracterizar a religião e sua forma de pensar como algo negativo, do mesmo modo, empenha-se em afirmar a ruptura como positiva. Esta só pode concretizar-se através do “contato com a ciência”, posta aqui não só como a “chave da libertação”, mas também como a origem de todas as positivas coisas da vida.

Poderíamos num primeiro momento entender essa narrativa como um esforço de convencimento, principalmente se ignorássemos o local onde ela é pronunciada. Giovanni estaria tentando convencer seu leitor de que a religião é ruim e a ciência, boa. Este texto poderia ser endereçado a pessoas religiosas que, assim como ele, estivessem passando por momentos

ruins. O texto serviria, então, como apresentação de uma nova perspectiva, de um novo caminho, assemelhando-se assim a uma pregação religiosa que busca converter aqueles que ainda não seguem seu caminho. Mas, se olharmos para o público para o qual o autor se dirige, teremos outra perspectiva, pois é aos seus pares que ela se endereça.

Eduardo Dullo (2016) ao examinar as narrativas de transformação de jovens dentro de Centros Sociais nos fornece alguns caminhos para compreendermos a inclusão da audiência na análise da narrativa acima. O autor parte do princípio de que esse tipo de ato de fala é endereçado a uma comunidade e narra uma ruptura, iniciando-se pela descrição de um momento anterior a ela. Ao olhar para onde essa fala se destina, o antropólogo, então, pergunta-se qual a razão de se oferecer um testemunho a “uma audiência que era demasiadamente semelhante ao narrador”; a respostas dada pelo autor é que esta fala se trata de “um testemunho de viabilidade”, isto é, uma narrativa sobre a possibilidade de um outro caminho, no caso, uma mudança de vida (p.98). E conclui que há duas condições para que esse ato de fala seja eficaz: (1) “a dimensão performativa depende de certas características que encontraremos no conteúdo, na dimensão informativa da narrativa”; e (2) é preciso que exista uma “semelhança entre a trajetória do narrador e da audiência” (p.98-99). Assim o autor afirma que para compreendermos os testemunhos devemos levar em consideração cinco elementos:

“O primeiro elemento é a interpelação que constitui o sujeito e o vincula a um contexto. O segundo é a experiência capaz de promover uma ruptura na trajetória individual. O terceiro é o acesso a uma verdade derivada daquela experiência e a transformação da subjetividade anterior. O quarto é a narrativa propriamente dita, ou seja, a emissão é um momento intermediário no qual o testemunhante rememora os acontecimentos anteriores no seu ato de fala. O pesquisador só tem acesso aos primeiros momentos por meio da narrativa, e é a partir dela que pode recompor o ciclo. O quinto elemento é a replicação dessa interpelação para uma audiência e a formação de um ciclo testemunhal que, se bem-sucedido, se reiniciará quando a audiência passar pela experiência transformadora e oferecer o próprio testemunho”. (DULLO, 2016, p.102)

Indubitavelmente, Dullo está trabalhando com um contexto de narrativas diferentes do que apresentamos aqui, que, ao contrário do nosso, remete a falas presenciais e, em certa medida, constrangidas por uma instituição viabilizadora dessa transformação. No nosso caso, o “coletivo relacional” (p.99) das falas é a identificação dos autores das narrativas com o ateísmo e o envio destas à publicação no site da ATEA. Ela é poucas vezes mencionada como viabilizadora da ruptura, na maioria, talvez, apenas como “visibilizadora” – as pessoas enviaram seus depoimentos para que estes fossem publicados, como se o site fosse o púlpito de

suas falas. Então, parece possível nos perguntarmos se estas narrativas não somente narram uma ruptura, mas também, a sua viabilidade. Logo, a fala de Giovanni ao detratar a religião e exaltar a ciência, colocaria esta última como ferramenta de viabilização da ruptura, e o ateísmo como um resultado lógico.

A partir desta maneira de pensar os depoimentos, propomos verificar se no conjunto destes, os mesmos três componentes narrativos acima mencionados se relacionam de maneira semelhante em todos eles. Perguntamo-nos se podemos encontrar a detração da religião, a ruptura pela revolta e o ateísmo como seu resultado, como um padrão de referência para todos os depoimentos. A seguir analisaremos esse material para observar como se fala da religião, como a ruptura é narrada, para, então, compreendermos o conjunto de relações que os atores fazem com o seu ateísmo.

2.2 A religião como um momento anterior

Como visto acima, Giovanni começa a sua narrativa a partir de suas experiências com a religião, mais precisamente, como uma criança criada em um ambiente familiar de adventistas do sétimo dia. Durante toda a narrativa, ele qualifica negativamente a religião, seja por ela, em seu ponto de vista, ter sido imposta a ele, seja por ela não cumprir suas expectativas, gerando frustração. Para descrever sua relação com a igreja, a educação e o pensamento religioso ele se utiliza de expressões pouco positivas: imposição de regras, desagradável, limitadora, “[Deus] invisível e mudo”, medo, decepção, “argumentos furados”, “colocados na minha cabeça”, “entupir nossos cérebros”, “privar a realidade”. Em suma, quando ele se refere a sua relação com a religião como vindo de sua família, ela é tida como opressora; ao falar como se sente, ela aparece como algo que lhe faz mal; e, por fim, em relação às proposições doutrinárias, a religião aparece como enganadora.

Para verificarmos se este modo de expressar sua experiência é singular e subjetivamente particular acompanharemos nesta seção o depoimento de outros atores de modo a identificar a existência de padrões no modo de definir a religião e sua relação com ela, no como essa relação é rememorada, e no modo com a religião é qualificada.

É importante começarmos afirmando que a percepção desses atores sobre a religião está registrada em uma narrativa de ruptura na qual a religião é interpretada em retrospectiva por pessoas que não mais se considerarem religiosas. Esse padrão tem uma série de implicações

sobre o quadro de palavras mobilizadas para suas arguições. Vejamos por exemplo o depoimento de Paulo Antunes.

Paulo Antunes começa contando que sua mãe “tomou uma decisão muito sábia” ao permitir que ele tivesse contato com diversas religiões diferentes, mesmo ela sendo católica. Esse contato permitiu que ele desenvolvesse um senso crítico que o levaria ao ceticismo – “Todas essas experiências [com o catolicismo e o espiritismo, principalmente] me deixaram mais questionador e cada vez mais cético”. Após se divorciar de uma mulher católica, a questão religiosa retorna a sua vida. Durante o casamento, ele conta, que fez de tudo para “blindar” sua filha de interferências religiosas, e que agora, pouco tempo após a separação, se preocupava ao ver que à filha, já haviam sido ensinadas inúmeras orações.

“Não quero que minha filha fique *aprimorada a dogmas que não levarão a lugar nenhum, exceto à submissão e ao medo*. Não quero que ela seja *forçada* a frequentar lugares que não conhece e se ajoelhar perante imagens ou pessoas vis. Não quero que a *folha em branco* de sua cabeça seja preenchida com *ideias vazias e sem sentido*. Quero que ela seja livre para escolher, sem influências. Enfim, quero que ela seja feliz!”
(DEPOIMENTO 2, grifos meus)

A experiência religiosa narrada por Paulo é branda, e concisa, se compararmos com a de Giovanni, mas isso não o impediu de ter impressões ruins a respeito da religião. Ao que parece, Paulo quer ser para sua filha o mesmo que sua mãe fora para ele permitindo-lhe uma liberdade de escolha que só é possível através da autonomia. Caso contrário, se alguém impõe à criança um pertencimento, a religião se torna aprisionadora e dogmática levando ao medo e à submissão.

A relação entre religião e infância aparece em diversos depoimentos, e, em quase todos, é narrada como oriunda de uma imposição que funciona devido a vulnerabilidade de si enquanto criança, entendida como uma “folha em branco” ou “mente fechada”, por exemplo, no depoimento acima e no de Augusto – “desde criança meus pais me levavam na Igreja, me colocaram na catequese, e tentaram me mostrar que a Igreja é boa, como criança, de *mente fechada*, eu aceitava.” (DEPOIMENTO 3, grifos meus). Nessa perspectiva, a família se torna o primeiro cenário da maioria das narrativas, é nela que acontece o primeiro contato com a religião ainda que exista uma certa diversidade nas relações familiares narradas: família religiosa, avó religiosa, pai ou mãe moderados, mas casados com alguém religioso etc. Por essa razão, religião e família se confunde, muitas das narrativas partem da “família religiosa” para

questionar o religioso. E por esse caráter de “obrigação familiar”, a família é também o cenário dos principais conflitos, como no depoimento de Bruna:

“A família do lado da minha mãe é muito religiosa, cresci sendo obrigada a ir na Igreja aos domingos, fui obrigada a fazer comunhão por pressão da família, me forçaram a entrar na crisma, frequentei metade de um ano, quando decidi não ir mais, já devem imaginar o escândalo que a parentada fez... Falaram que eu era uma desviada, porque tava andando com gente errada, que eu tava ouvindo música errada, colocaram culpa até na minha mãe.” (DEPOIMENTO 4)

Há algo em comum entre a narrativa da Bruna e a de Giovanni: ambas descrevem que durante a infância não gostavam das obrigações religiosas. Mas ao contrário de Giovanni, Bruna, não se dedica tanto à religião e negocia com a família dizendo “que só ia fazer crisma quando [ela] achasse que tava na hora, quando [ela] quisesse, sentisse, não por obrigação” (ibid), embora isso não tenha amenizado o conflito por completo:

“A minha família acha que eu sou a ovelha negra, porque não acredito nele [Deus] como devia acreditar, mas se parar pra pensar, eles também não acreditam, vai falar Hindu pra eles, eles não acreditam, os religiosos, questionam tanto as pessoas ateus, mas eles também são, porque eles não acreditam nas outras religiões, só a deles está certa” (ibid).

Em outros dois depoimentos aparece a mesma relação entre família, infância e medo. “[...] fui *condicionado* por criação a acreditar em algo superior a mim e que, em todo tempo, se tivesse fé nele, tudo daria certo. *Eu era criança*, e acatar as decisões dos pais, naquela época, era com ameaças ‘divinas’ – se não fizer isso, vai para o inferno”, nos conta Wesley (DEPOIMENTO 5). Novamente, a vulnerabilidade da criança, tida como uma tabula rasa, aparece para denunciar como a imposição da religião através do medo aparece como uma forma de controle da família, e, por conseguinte, da própria religião. O mesmo, neste outro depoimento anônimo, em que a narradora conta sobre seu medo de ser punida com o inferno:

“Eu sempre tive muito medo de deus, de Jesus, medo de ir para o inferno, de descontentar a Deus, pois venho de uma família muito religiosa, eu ia à missa em todos os domingos, cedinho, por que queria que ‘Deus se orgulhasse de mim’, e que não me mandasse para o inferno. Na minha cabeça, era pecado sequer questionar sua existência, e quando me pegava fazendo isso, me sentia culpada e dava um jeito de me punir. (DEPOIMENTO 6)

E a história de A.B segue as mesmas características das demais narrativas, família religiosa que impõe uma série de práticas – acreditar em Deus, ir à igreja, ter aulas bíblicas –, o que a leva a se questionar: “Pra que tentar colocar essas coisas na cabeça de uma criança?”.

Após nos contar sua ruptura com a religião, a narradora relaciona o medo com o pertencimento religioso e, também, como a causa das mazelas mundiais, justificando o porquê de não ser religiosa:

“Eu não sigo nenhuma religião, não apenas por ter as minhas dúvidas, mas por saber o quanto a religião trouxe guerra pra esse mundo, discórdia e morte. É muito triste pensar que uma crença, uma opção de cada um pode gerar tantos conflitos desnecessários. Eu sou uma pessoa que só quer que o bem reine nesse mundo, que as pessoas sejam boas com os outros e com si mesmos, que puguem o amor, a paz e a conscientização. O mundo realmente seria melhor se as pessoas fossem mais racionais, tivessem suas próprias ideias, e se não vivessem com medo de ‘pecar’ ou de ir para o inferno na hora do julgamento”. (DEPOIMENTO 7)

Já a história de Márcio acrescenta um outro cenário, o da formação formal – a escola –, mesmo assim, as mesmas categorias da narrativa de Giovanni e das demais aparecem para classificar suas relações, principalmente, quando olhamos para a sua conclusão:

“Hoje me sinto livre, me sinto feliz por não ter que me confessar com um padre, por não ter que *seguir regras impostas pela igreja*, por não ter que ver as coisas somente pelo lado da fé. vi muito pelo lado da fé e quando passei a estudar a razão, refutei quase tudo que aprendi durante esses dois anos [tempo em um seminário]. E se você me perguntar se me arrependo ou tenho *medo do inferno*, confesso que não!” (DEPOIMENTO 9)

Márcio narra como quase se tornou um seminarista, vindo de uma família religiosa na qual “o catolicismo rege algumas das regras de [sua] casa”; estas sempre questionadas por Márcio, de sua infância até sua formação religiosa. Para ele, “aqueles sacramentos e dogmas eram como instrumentos de controle” e seus questionamentos o levaram a perceber que “estava preso pelo medo, pela mentira”, assim como os outros seminaristas – “muitos seminaristas estavam ali não por vocação, mas por medo de alguma coisa e essa coisa só descobri há pouco tempo atrás que é o inferno”. Apesar de sucinta, a narrativa nos ajuda a pensar que as relações presentes num cenário – parentais ou institucionais – são menos importantes de serem caracterizadas ou julgadas do que sua relação com o aspecto “religioso” deste – família religiosa, escola religiosa e igreja –, entendida como baseada em controle e medo.

Deixaremos exame do terceiro elemento da qualificação da religião – como enganadora – para o final deste capítulo. Para compreendermos esse elemento é necessário, antes, olharmos para outros dois presentes nas narrativas: a ruptura e o ateísmo. As categorias empregadas

nesses dois momentos terminarão por classificar a religião como uma ilusão, uma invenção, uma mentira. No depoimento de Natanael a ruptura é assim descrita:

“Sempre me *questionei* sobre o porquê ir à igreja contra a minha vontade; meus pais diziam que era para o meu bem e que ficar em casa vendo televisão me tornaria um alienado. À medida que o tempo foi passando e conforme eu *evoluía psicologicamente*, *passava a indagar mais as coisas*. Deixei de frequentar aquela religião [Assembleia de Deus] e tentei uma outra; acabei entrando na católica e me deparei com algo mais absurdo ainda: a adoração de imagens que, por mais que eles digam que não, não faz sentindo caminhar quilômetros a pé acompanhando uma “santa”. A minha persistência em *descobrir* os segredos por trás desse *fanatismo* religioso e de como o mundo surgiu, bem como quem o “rege”, me fez perceber que esse *deus é invenção da cabeça do crente* e que se esse mesmo crente acreditasse em uma pedra, ela seria esse deus”.

(DEPOIMENTO 9, grifos meus)

Apesar de não nos contar qual “absurdo” teria testemunhado na Assembleia de Deus – talvez a proibição em relação a televisão –, sua experiência na Igreja Católica o levou a classificar os religiosos como “fanáticos”. Mas isso só foi possível porque ele “evoluiu psicologicamente” e passou a “indagar” as coisas, o que lhe possibilitou a percepção de que “esse deus é invenção da cabeça do crente”. “Descobrir”, “questionar”, “indagar” são apenas algumas ações que serão evocadas nas narrativas para “desvendar” a religião. No próximo inciso veremos com mais detalhes como elas são operacionalizadas. Por ora, para prosseguirmos, registramos que, ao analisarmos o conjunto de elementos acionados nas narrativas, a religião emerge como aprisionadora.

As palavras obrigação, condicionamento e imposição, por exemplo, expõe uma hierarquia em relação às experiências religiosas. Como vimos acima, estas não descrevem seu pertencimento religioso como uma escolha pessoal, mas sim como resultado das suas relações interpessoais mais próximas durante sua formação. A religião é tida como uma espécie de herança de família, e pouca autonomia lhes é oferecida. Ao contrário, esta herança age como uma âncora, atando-os a deveres e práticas. Como resultado dessa imposição sobre suas vidas, o “medo” aparece com um duplo caráter: uma categoria de acusação e de justificação. Acusam a religião de amedrontar seus fiéis, utilizando o “diabo” e o “inferno”; ao mesmo tempo o medo justifica o próprio pertencimento. Esses dois movimentos argumentativos são importantes, pois é a partir deles que a ruptura acontece.

2.3 Ruptura como resultado do “questionar”

Após narrar sua condição enquanto uma criança criada por pais adventistas, que seguia as regras sem ter condições ou possibilidades de alterá-las, Giovanni relaciona as palavras “despertar” e “pensar”, para anunciar o início de seu protagonismo na história. Antes, ele mesmo se narra como personagem dentro de um “*script*” que não escolheu; depois da relação citada, ele passa a assumir a responsabilidade por seu próprio pertencimento religioso. Inicia-se assim um processo marcado por inúmeras palavras-chaves que nos ajudarão a compreender como a ruptura com a religião é construída nas narrativas. “Pensar”, “estudar”, “procurar”, “ler”, “saber”, “conhecer” são os verbos que anunciam sua autonomia e seu protagonismo. Tais ações o levaram ao ápice de sua história: uma série de decepções e a revolta que o levará a romper com a sua religião.

Anteriormente, procuramos compreender como a relação dos atores com a religião aparece em suas histórias. Agora, traremos alguns trechos selecionados que nos permitam olhar para como é anunciada a ruptura e o questionamento do pertencimento religioso. Alguns atores se repetirão, a partir de novos trechos esclarecedores; outros novos serão introduzidos.

Começamos a seção anterior com a história de um pai preocupado com a situação de sua filha. Ele justifica sua preocupação comparando o caso com a “sábua” educação que sua mãe lhe provera ao permitir o contato com uma diversidade religiosa. Desta ele conclui:

“Todas essas experiências me deixaram mais *questionador* e cada vez mais cético, até que em um determinado momento *questionei a própria existência de deus*. Acho que o divisor de águas foi olhar *um pedinte na rua*, com alguma deficiência física e me questionar como um deus de bondade, amor e misericordioso seria capaz de permitir tamanha desigualdade [...] todas as dúvidas antes suprimidas por medo de questionar uma divindade vieram à tona e decidi que *não tinha coerência acreditar* em deus ou qualquer coisa parecida. Preciso confessar que foi libertador.” (DEPOIMENTO 2, grifos meus)

Paulo Antunes justifica seu questionamento por ter tido acesso a muitas religiões durante sua formação. A somatória de suas experiências em diversos locais – “igrejas, templos, terreiros etc.” –, escolas – “luterana, adventista e outras” – e pertencimentos – católico e espírita –, são acionados como a causa de seu questionamento sobre “a própria existência de deus”. Em seguida, como em uma epifania, ele chega à conclusão de que “não tinha coerência acreditar”. Ver o “pedinte na rua” é evocado pela narrativa quase como um exercício de comparação entre

os ensinamentos religiosos e a realidade. Vimos algo parecido também na seção anterior no depoimento de A.B.

A.B. conclui sua história dizendo que não segue nenhuma religião por esta ser a causa de muitas mazelas no mundo, contrariando a expectativa da religião representar coisas boas. A possibilidade dessa conclusão é resultante da uma experiência anterior:

“Após meu acidente, vi muitas pessoas me dando força, mas a maioria delas e principalmente a minha avó, diziam que eu sobrevivi graças a Deus. Não sei como ou porque, *mas eu comecei a me questionar sobre tais acontecimentos do mundo*, sobre se Deus realmente controlava a vida das pessoas e os fatos que ocorrem em suas vidas, e então conheci a ATEA. Ninguém me mostrou a página, eu apenas achei e *fui percebendo a realidade* que está bem debaixo do meu nariz e que eu nunca enxerguei: o que acontece e deixa de acontecer na nossa vida são consequências dos nossos próprios atos e escolhas”. (DEPOIMENTO 7)

Ela não nos conta exatamente como foi seu acidente, mas é interessante o fato dela mencioná-lo. Novamente, uma comparação entre o que é esperado da religião e o que ela “realmente é” aparece na narrativa. Da mesma maneira que o “pedinte na rua” denunciava uma contradição, o “acidente” e os “acontecimentos do mundo” também são acionados para demonstrá-la. Em um momento anterior, sua relação com a religião era descrita como: “eu só dizia acreditar em Deus e pronto, não me questionava, não pesquisava, não procurava entender”, mas ao conhecer a ATEA, ela percebeu a “realidade”. Ao descobrir um conhecimento, sua visão muda, algo parecido com o “despertar” de Giovanni, e permite que ela questione.

A ação de “questionar” está presente em todos os depoimentos, mesmo que com diferentes intensidades. Ela aparece como se fosse uma ação antes interdita – principalmente se relacionarmos com a forma de anunciar a religião como uma “imposição”. Para essas falas, “questionar” não faz parte do universo religioso, e se recordarmos o final de um depoimento anônimo acima citado⁴¹ atestaremos essa correlação – entre questionar e pecado –, e como a ação de questionar levará a outras ações:

“[...] meu então namorado (serei grata pra sempre), ateu, mostrou-me algumas tirinhas das quais estava rindo muito. Quando olhei aquilo, fiquei horrorizada comigo por ter achado graça, *reprimi o riso e pedi desculpas para deus*. Vendo que meu então namorado ria e não se preocupava com *heresias*, era *inteligente e feliz*, passei então, lentamente a me *permitir questionar*, para então, depois passar para *pesquisa* e

⁴¹ “Na minha cabeça, era pecado sequer questionar sua existência, e quando me pegava fazendo isso, me sentia culpada e dava um jeito de me punir” (DEPOIMENTO 6)

documentários mais sérios. *O humor ateu foi a porta de entrada da razão* em minha vida, gostaria que muitos outros também fossem “iluminados” por ela, por isso tirinhas como as que são postadas aqui.” (DEPOIMENTO 6, grifos meus)

No capítulo anterior, vimos que o humor é tido como a prática ateuista que mais circula entre outros públicos visto que tem uma maior capacidade de “sensibilizar”, “envolver” e “mobilizar”. Este depoimento acima exemplifica a eficácia dessa ferramenta. Talvez, por haver o interesse de compartilhar uma experiência humorística, ou, até mesmo, de provocá-la com a apresentação de outra perspectiva, a tirinha foi mostrada à namorada “católica fervorosa” – como ela se descreve. E sua primeira reação foi segurar o riso e classificar as tiras em quadrinhos de “heresias”. Contudo, ao comparar a sua reação de repressão com o riso e as qualidades do namorado – inteligente e feliz –, ela se “permite questionar”. Esta permissão, antes punida com a culpa, passa a ser qualificada como “a porta de entrada da razão”, pois, a partir dela, ações como “pesquisar” foram possíveis trazendo acesso ao conhecimento – “documentários mais sérios” – e levando ao desfecho final: “me tornei ateu”. Deve-se notar o uso de outras três palavras – “inteligente”, “feliz” e “iluminada” – neste depoimento; elas nos oferecem pistas sobre a oposição criada nas narrativas entre um *antes* religioso e um *depois* ateu. Essa passagem será objeto de nossa reflexão na seção seguinte na qual descreveremos o modo como estes depoimentos falam sobre o ateísmo.

Outro exemplo de como essa incompatibilidade entre questionar e a religião é narrada, está presente no depoimento do Wesley que traz uma oposição mais exata:

“comecei a questionar muitas das coisas na qual eu considerava como fé. Um destes questionamentos era a ausência divina na hora que eu mais precisava. Me perguntava sempre qual era a razão de um ser imaginário controlar todos os meus passos, ser onipotente, onisciente – e toda aquela porcaria que nos falam quando somos crianças – e ter o tal do livre-arbítrio”. (DEPOIMENTO 5, grifos meus)

Antagonizada pelo “questionamento”, ao universo religioso é atribuída a “fé”, pois somente ela permitiria acreditar em “coisas” como Deus e seus aspectos transcendentais. Apenas o “questionar” possibilita classificar Deus como “imaginário” ou “amiguinho imaginário da escola primária”, conforme mais tarde aparece na narrativa, e, até mesmo, como em outros textos, que o comparam ao Papai Noel, Coelho da Páscoa e outros seres cuja possibilidade de existência é atribuída à ingenuidade da criança.

Alguns depoimentos, do mesmo modo que Giovanni, narram situações específicas que protagonizaram a ruptura. O quase seminarista Márcio conta como a recepção de seus colegas a seus questionamentos o distanciou da religião:

“Na igreja católica se fala muito em corpos incorruptos dos santos, esse paradigma foi quebrado por mim na minha paróquia, quando descobri que aquilo não passava de embalsamamento e, por conseguinte, fui taxado de herege. Mas a verdade veio à tona. Os “ignorantes” deram uma pesquisada e viram que a decomposição dos santos não aconteceu por conta do embalsamamento. Sempre sonhei em ser um dos formadores dos jovens da paróquia, porém nunca tive oportunidade por ter fama de herege. Confesso que fiquei muito chateado com os “santos homens” daquela paróquia, por que não tive aquela oportunidade de ensinar os mais novos a pensarem. Mas graças a isso, *comecei a pesquisar a ciência e grandes pensadores* como Freud, Richard Dawkins e Lawrence Krauss e eles começaram a abrir meus pensamentos e eu comecei a ver que estava *preso pelo medo, pela mentira e por uma instituição suja*, que guarda seus verdadeiros segredos a sete chaves” (DEPOIMENTO 8, grifos meus)

A rejeição a sua postura interessada em explicar “sacramentos e dogmas” fez com que Márcio não concretizasse seu interesse em colaborar com a formação dos quadros da igreja. Contudo, outro efeito dessa rejeição foi o completo afastamento do seminarista, pois, segundo ele, isso o levou a “pesquisar a ciência”. Ao falar sobre si, Márcio se atribui a qualidade de questionador e o momento da ruptura é aquele que demonstra a ação dessa qualidade e sua incompatibilidade com a religião. A ação de pesquisar o leva a ter contato com aqueles que darão legitimidade, pois são “grandes pensadores”, à conclusão de que se encontrava “preso pelo medo, pela mentira e por uma instituição suja”. Márcio qualifica seus colegas de seminário como “ignorantes” por eles negarem conhecimentos externos às doutrinas da igreja e acusarem de hereges aqueles que o buscam.

É significativa a presença desse movimento de detração dos religiosos quanto ao conhecimento, como se ele devesse permanecer escondido ou não acessado. Eliel Freitas nos conta sua relação familiar após se “reconciliar” com a igreja evangélica:

“Seguindo as crenças *sem questionar*, proibi que colocassem brincos na minha filha, que minha esposa usasse calça comprida, dentre outras *besteiras*. Com o tempo passei a estudar a Bíblia e comecei a *questionar os absurdos contidos nela* (na realidade, esse livro já não é levado a sério pela maioria dos evangélicos, grande parte deles nunca o leu)”. (DEPOIMENTO 10, grifos meus)

Num primeiro momento desse breve relato, Eliel justifica a imposição de “besteiras” à sua família associando esta ação à obediência – “seguir as crenças sem questionar” – atitude, de certa maneira, imposta pela educação religiosa. “Questionar” faz emergir nele uma nova atitude na qual se espera que cada opinião ou exigência apresente suas razões para não serem consideradas “absurdas”, isto é, sem fundamento. Aquele que questiona o faz por meio do conhecimento, ferramenta sem a qual não se tem a informação necessária para que a consciência possa se deslocar da crença para a reflexividade. Eliel teve que “estudar a Bíblia” para perceber algo que outros evangélicos não percebem por “nunca” a terem lido. Ele continua:

“Fui indicado para ministrar a escola bíblica, quando então passei a *estudar* de forma mais profunda a bíblia e [percebi] que eu não poderia continuar ensinando algo que eu [...], agora sim, tinha certeza de que não acreditava. Foi então que abandonei o cargo [...] e assumi minha posição de Agnóstico. Desde então tenho sido bombardeado de todos os lados pelos ex-irmãos de fé.” (DEPOIMENTO 10, grifos meus)

Estudar a bíblia foi a ação que o levou a se tornar agnóstico, e a romper com a igreja e os “irmãos de fé”. Estes passaram a “bombardeá-lo” criticando seu posicionamento.

“Tenho amigos lá, poucos respeitam minha posição. Um colega veio me dizer que eu tinha que respeitar a bíblia, que era o livro mais vendido no mundo. Eu retruquei: é o mais vendido, no entanto, é o menos lido! Se eu tivesse lido os absurdos da bíblia antes, ao invés de ficar só ouvindo besteira de pastor, eu já teria largado tudo há muito mais tempo. Hoje adotei a frase da ATEA: ‘*se mais cristãos lessem a bíblia, haveria menos cristãos*’.” (DEPOIMENTO 10, grifos meus)

O interessante no relato acima, é que, diferentemente dos demais, a ruptura não é anunciada por meio de um conhecimento externo à doutrina – uma reflexão sobre o mundo, o contato com a ciência etc. –, mas sim, por meio do aprofundamento do próprio conhecimento religioso. “Se mais cristãos lessem a bíblia, haveria menos cristãos”, essa máxima da ATEA, mobilizada por Eliel como verdadeira, satiriza a religião ao atribuir a ela as raízes de suas próprias contradições. Como no depoimento de A.B., a verdade sobre a religião estaria sempre “bem debaixo do nariz” de todos os religiosos.

Poderíamos confrontar essas narrativas afirmando que também no universo religioso a ação de questionar é praticada, como, por exemplo, em discussões teológicas a respeito da soberania de Deus e da responsabilidade do homem para entender a questão da existência do mal – bastante denunciada por nossos atores como “prova” da não existência de Deus. Não resta dúvida que o debate, em particular o debate teológico, também faz parte da história religiosa,

em particular do Cristianismo. Não foram poucos os autores que interpretaram as trajetórias biográficas de Joana d’Arc ou até mesmo de Jesus à luz de suas dúvidas com relação à crença no divino. Também a reforma protestante foi um momento decisivo na construção desse sujeito reflexivo moderno. No entanto, no que diz respeito aos atores que aqui nos interessam, trata-se de ressaltar o tom de conquista pessoal que caracterizam essas narrativas. O desvencilhar das relações que atam o indivíduo à dimensão religiosa das coisas – pessoas, instituições ou ideias – é narrado através de ações que confrontam diretamente a caracterização da religião como opressora e ludibriadora. Os autores destes testemunhos narram um esforço individual de abandonar a posição da crença apropriando-se de uma nova atitude com relação ao mundo que obriga a “pensar”, “questionar”, “duvidar”, “estudar”, “ler”, “pesquisar”, “razão”, “conhecimento” para lidar com experiências pessoais que geraram frustrações dos mais variados tipos.

Não contemplados pelas citações acima, ainda poderíamos encontrar histórias de violência, abuso, homofobia, intolerância, todas estas solucionadas, ou enfrentadas, através da conclusão da não existência de Deus (ateu) ou da negatividade da religião (agnóstico). Analisaremos na seção seguinte, além da recém citada diferenciação, o modo como o ateísmo/agnosticismo é narrado como resultado dessa ruptura. Descreveremos as consequências e conquistas desses atores ao se afirmarem enquanto ateus/agnósticos.

2.4 O ateísmo como liberdade

Giovanni interpreta seu ateísmo como resultado de sua busca, de seus questionamentos e frustrações. Casualmente, ao assistir a um programa de televisão, ele realiza o que “mudou sua vida”: a descoberta da ciência é narrada como uma fronteira que o levou à ruptura com a religião. Ela é percebida como solucionadora de todas as suas angústias geradas por anos de reflexão sobre sua condição de religioso: “A partir desse momento, todas as minhas crises existenciais foram embora. Eu me senti *vivo*. Eu me senti parte do universo. Eu fiquei mais *feliz* e *em paz* comigo mesmo do que nunca com a igreja” (DEPOIMENTO 1, grifos meus). Estas palavras narram uma nova condição existencial. Nesta seção, procuraremos descrever, a partir dos depoimentos, quais os principais elementos que caracterizam essa nova condição

Gostaríamos de ressaltar alguns títulos desses depoimentos. Embora a maioria se intitule apenas “depoimento de fulano”, quase um terço deles ostenta títulos que mobilizam algumas ideias chave: (1) Como me tornei ateu naturalmente; (2) A dificuldade de ser ateu entre crentes;

(3) Como eu me tornei ateu – há dois com esse título; (4) De quase seminarista à ateu; (5) Como me descobri ateu; (6) Ateia com muito orgulho; (7) Sobre livre pensamento; (8) Saindo do armário. Mais da metade deles enfatizam, já no título, que pretendem testemunhar como se “tornaram ateus”; dois, além disso, acrescentam, uma narrativa a respeito das consequências pessoais dessa ruptura de se assumir ateu em um mundo de religiosos; inclusive, a expressão “sair do armário” cunhada no contexto ateísta por Richard Dawkins, nos aproxima dos outros dois títulos que exaltam o ateísmo pelo caminho do “orgulho” e da reivindicação de “liberdade” formulações típicas das pautas identitárias minoritárias. Escolhemos sublinhar os títulos nesta seção, pois eles são, em particular os quatro últimos, uma boa introdução para compreendermos como estes depoimentos situam o ateísmo no contexto das trajetórias pessoais dos atores.

Marwan, autor do “Saindo do armário”, escreve como foi revelar para a sua família religiosa – pai islâmico e mãe protestante – seu ateísmo:

“[Minha mãe] ficou tremendamente devastada, e nada que eu falasse impedia ela de chorar quanto refletia sobre seu filho indo para o inferno. Meu pai, julgava sim que a culpa era minha, mas não o culpo, ninguém suporta ver a mulher devastada. Ambos eram vítimas da religião, nunca os culpei”. (DEPOIMENTO 11)

A escolha do título de sua narrativa ilustra bem o impacto emocional implicado nessa decisão. O dilema de se revelar ateu e enfrentar a família está presente em muitos dos depoimentos analisados que, na maioria dos casos, são proferidos por indivíduos pertencentes a famílias muito religiosas. Como dito anteriormente, a visão de religião como “opressora” deriva das regulações que ela impõe na rede de relações interpessoais. Com Marwan não foi diferente, mas o depoimento dele explora mais esse conflito “pós-ateu” principalmente para ilustrar um dos conflitos que a crítica ateísta anuncia: “lidar com um mundo religioso”.

“Então li aquele livro genial do Richard Dawkins que todos conhecem (nem preciso citar). Foi muito revelador, principalmente quanto a parte de se posicionar contra essa *imposição* por parte da sociedade de que ser ateu é algo ruim. Agora, cada vez mais assumo uma posição forte quanto ao meu ateísmo, mesmo que isso me imponha algumas dificuldades sociais. Já percebo as diferenças, estou muito mais *feliz e confiante*, pois já não me sinto *enclausurado*” (DEPOIMENTO 11, grifos meus)

Neste trecho, Marwan formula a mesma concepção religião que vimos sendo construída pelos demais depoimentos. Desta vez, diluída na forma de “sociedade religiosa”, é a religião que impõe dificuldades aos ateus tratando-os como “monstros” – palavra que utiliza para ilustrar como os outros o veem. Tendo em vista a sua recorrência essa é uma das dificuldades que a

ATEA⁴² se propõe a enfrentar com seu ativismo. Ao publicar esses depoimentos que narram essa dolorosa experiência de diversas formas pretende-se normalizar o ateísmo como uma forma aceitável de escolha pessoal.

Wesley, por exemplo, autor da oposição entre “questionamento e ” crença investigada na seção anterior, após escrever “ser gay em uma cidade pequena já era motivo de comentários [...] ser gay e ateu era motivo de comentários mais pesados” (DEPOIMENTO 5), concluiu seu depoimento afirmando: “Ainda que dizer às pessoas que sou ateu ainda choca, acredito que o meu ateísmo não é fator decisivo de caráter. É apenas uma das minhas certezas da vida. Ainda continuo sendo a mesma pessoa que há 10 anos ou 15 anos atrás, só que mais racional” (ibid). Retomaremos a questão da racionalidade mais adiante. Por ora, a questão do “caráter”, apresentado como um elemento associado ao ateísmo, ilumina uma das dificuldades pessoais a ser enfrentada pelos que anunciam publicamente sua descrença.

O depoimento de Natanael, que já visitamos, termina descrevendo o preconceito que sofre e como a ATEA tem ajudado a lidar com ele:

“Sofro um preconceito terrível no meio em que convivo, pois associam o ateísmo ao satanismo; embora eu não ligue para isso, haja vista que não creio nem em deus, tampouco no diabo. A ATEA tem me ajudado a descobrir e questionar cada vez mais. É de extrema importância que você aborde um assunto tendo embasamento para isso. Não basta dizer “sou ateu”, se você não sabe sequer mencionar o porquê disso”. (DEPOIMENTO 9)

Neste outro depoimento anônimo, o preconceito é associado a uma sociedade que impõe a religião:

“comecei ter atitudes melhores com o próximo [após ter me tornado ateu], estaria tudo uma maravilha se não tivesse o preconceito... as pessoas ficam indignadas quando digo que não acredito, já tentei falar aqui em casa e minha mãe simplesmente me disse que eu não tenho maturidade [ela tem 16 anos] pra saber se isso é certo ou não, eu digo que ela é simplesmente uma ignorante porque ela nunca discute esses assuntos comigo achando que está sempre correta e tem um grande preconceito com pessoas, vamos dizer, aquelas que não são iguais ao que a sociedade impõe”. (DEPOIMENTO 12)

Outros dois depoimentos também enfatizam essa questão: após ser uma “grande vítima da raiva cristã”, com o pseudônimo Hellion, o narrador se questiona “por que os cristãos

⁴² Segundo item do estatuto social da ATEA: “Combater o preconceito e a desinformação a respeito do ateísmo e do agnosticismo, dos ateus e dos agnósticos” (ATEA. Estatuto social)

nos odeiam tanto? Porque eles podem expressar sua opinião, e nós não podemos expressar a nossa união?” (DEPOIMENTO 13); e F.J que foi exorcizado pelos pais algumas vezes por não acreditar em Deus (DEPOIMENTO 14). Estes e os demais trechos acima narram o ateísmo como vítima de a uma sociedade religiosa preconceituosa e intolerante. Demonstram a sua indignação com a situação, ou denunciam suas práticas tidas como “absurdas”.

Daniela traz uma narrativa que nos conta como antes era “cegamente movida pela fé”, e passa a ter dilemas existenciais em relação aos ensinamentos religiosos e suas crenças; chegou ao ateísmo ao perceber:

“que eu não precisava daquilo [religião] para ser uma cidadã de bem, eu sei o que é certo e o que é errado, veio da minha criação, daí é nessas horas que os cristão falam ‘mas você foi criada numa doutrina católica’, sim, fui criada, mas caráter não existe igreja nenhuma que implanta isso nas pessoas, religião não determina caráter.[...] eu me sinto mais dependente de mim mesma depois que me assumi ateu, foi difícil, claro que foi, além de tudo, *sou homossexual*, tem desgosto maior pra família?” (DEPOIMENTO 13, grifos meus)

O depoimento de Daniela nos ajuda a dar mais um passo em direção a compreensão do que está em jogo nas justificativas dos atores diante do preconceito. Marwan critica as percepções que o julgam como monstro; Wesley diz que sua decisão não tem relação com caráter; Natanael, acusado de satanismo, defende a necessidade de um embasamento para justificar-se; o depoimento seguinte, anônimo, acusa a religião de impor o “certo e errado”; Wellion e F.J. são vítimas da raiva cristã e seus métodos de resolver o mal; e, por fim, Daniela chega à conclusão de que não é necessário ser religioso para ser bom, pois o caráter não depende disso. Após uma narrativa de conquista pessoal, estes atores ainda precisam continuar a lidar com a religião. Mesmo que o problema da crença e suas implicações tenha sido resolvido no âmbito individual (emocional/existencial), suas relações próximas ainda permanecem “religiosas”, e então, seus depoimentos continuam a falar de uma religião exercendo as mesmas qualidades negativas sobre eles: oprimindo suas escolhas. A estabilidade da associação entre religião e a distinção “certo ou errado”, permanece uma referência para a formulação das justificativas para a descrença. Com efeito, a dissociação entre religião e moralidade é um dos principais desafios que eles enfrentam. Não por acaso o tema de uma moralidade não-religiosa é uma constante na discussão e na reflexão entre os escritores e difusores do ateísmo⁴³.

⁴³ Ver ECO & MARTINI, 2016 e CONTE-SPONVILLE, 2009, por exemplo.

Essa percepção de que a religião não é necessária, junto com a justificativa de que a religião não é responsável pela formação do caráter, aparece como uma conclusão sem muitas mediações, no depoimento de Daniela. Temos a impressão que, assim como no depoimento de Wesley, a questão da homossexualidade tem alguma relação com a narrativa de sua incompatibilidade com a religião. Antes de se assumir no depoimento ele escreveu: “Descobrir que a mudança e todas as coisas na qual desejava precisam vir exclusivamente de mim mesmo, me deu uma luz preciosa para compreender a vida” (DEPOIMENTO 5). Em ambos depoimentos, a narrativa de independência é associada à opção sexual, mas em nenhum é diretamente correlacionada com a questão da religião. O depoimento de Gabriela também faz essa relação entre se assumir sexualmente e ateísmo: “eu estou bem feliz por ter me assumido ao mundo! Não só como ateia, mas como bissexual também!” (DEPOIMENTO 15).

Gabriela, autora do “Ateia com muito orgulho”, descreve sua relação com a religião os seguintes termos: “nunca fui obrigada a frequentar tais lugares, mas, de certo modo, abusada psicologicamente para acreditar em ‘deus’”. Ela também narra ter sofrido dois casos de abusos sexuais, que não teria denunciado por ninguém acreditar nela:

“no dia da minha confissão, houve um incidente grave, o padre, com um olhar BEM safado pra mim, passou a mão nas minhas pernas. Sim, *aquela pessoa dita como “boa” me assediou!* E não só ele, como um professor de lá, há algum tempo atrás. Eu sou bem forte pra tais coisas, eu tenho consciência de que é errado, mas não foi algo que me abalou, de jeito algum. Até porque eu falava para todos, mas por ser ateia, ninguém nunca acreditou em uma palavra minha.” (DEPOIMENTO 15),

Sua falta credibilidade por ser ateia é evocada na sequência da narrativa. É interessante observar neste trecho como o abuso também é lido na chave de acusação de contradição: “aquela pessoa dita como ‘boa’ me assediou”. A seguir Gabriela narra um recente conflito familiar no qual procura defender sua irmã umbandista dos ataques verbais de sua madrastra evangélica:

“Eu fiquei irritada, porque minha irmã é da umbanda, “nada” contra... A não ser pelo fato de eu ter dó da minha irmã por acreditar em *charlatões*. Enfim, eu me posicionei falando que minha irmã fazia aquilo, e era ridículo duas evangélicas, que sim são *extremamente burras*, falando aquilo de ‘macumba’” (Ibid, grifos meus).

O conflito aumenta com o envolvimento de mais familiares “Então a prima da coisinha, virou e, disse uma hora: ‘Deus só existe um’, e eu *a mandei ir estudar*, porque se achava que eu a estava desrespeitando, ela tinha desrespeitado milhares de outro deuses” (grifos meus); e

termina com todos contra ela, exceto o namorado evangélico dela – “ele ficou do meu lado, e até ele mesmo disse que eles, evangélicos, são chatos”.

“Nunca gostei da família do meu pai, porém, aguentava só por ele. Mas naquele dia, aquela cobra o virou contra mim, dizendo até que eu tinha a mandado calar a boca HA HA HA. Meu pai, preconceituoso como é, jogou até na minha cara o fato de ter nojo por *eu ser bi*[sexual]. Cortei relações com todos, sem arrependimento algum.” (ibid, grifos meus)

O depoimento de Gabriela tem muitas camadas. É interessante o fato de, ao narrar a defesa da irmã, ela ter feito questão de acusar a umbanda de charlatanismo e de igualar as parentes evangélicas chamando-as de “extremamente burras”. No conflito com a “prima da coisinha”, ela se defende do ataque afirmando que a prima também teria desrespeitado os deuses de outras pessoas. Nesse momento, é como se ela estivesse prestando contas à comunidade ateuísta, justificando o porquê de sua postura, mobilizando um argumento corrente no ateísmo: “todos somos ateus para com os deuses dos outros”. E por fim, o pai acaba por mobilizar a opção sexual dela para atacá-la e isso, na narrativa, parece ter um peso maior, pois logo em seguida ela anuncia a ruptura familiar: se antes os tolerava por causa do pai, agora, não precisaria mais devido ao “preconceito” dele.

Na história de Danimar, a questão da homossexualidade também aparece. Ele que fazia “romarias penosas” e “promessas a santos” na infância, narra uma relação conflituosa com diversos pertencimentos religiosos:

“Chegou a maturidade, decidi experimentar algumas religiões e crenças, pois me sentia vazio espiritualmente. Eis que vieram as maiores decepções: Na umbanda percebia o *teatro e crises psicóticas* de quem se dizia incorporado, percebia claramente o distúrbio mental dos integrantes e a facada final no tal ‘trabalho para desmanchar macumba’. Nunca mais apareci. No espiritismo, segurei o riso nas tais desobsessões, onde percebia o *teatro e mais crises psicóticas* dos tais médiuns, que sempre afirmavam que eu tinha um ‘irmãozinho sem luz’ ao meu lado, o que de início me deixava mais incomodado do que antes de frequentar. Nunca senti arrepios, vento gelado na nuca, pesadelos com pessoas mortas, visões e outros sintomas de obsessão, e não tardou para nunca mais frequentar centros espíritas também...” (DEPOIMENTO 16, grifos meus)

Apontando sua incredulidade em relação às práticas umbandistas e espíritas, acusando-as de serem enganadoras – por seus “teatros e crises psicóticas” –, Danimar justifica o porquê não ter se encontrado nelas “espiritualmente”. Em seguida, também critica a igreja evangélica por suas práticas, porém, neste caso, ao contrário dos outros, a experiência o atinge diretamente:

“Isso sem falar na tal cura da homossexualidade! Sim, sou homossexual e o pior de tudo foi numa igreja evangélica quererem me curar de minha opção sexual. Esta prefiro nem comentar pois *tamanho absurdo* mereceria linhas de desabafo! Não merecem sequer serem mencionados aqui. *Uma religião que discrimina ao invés de pregar o respeito as diferenças* e a todas as formas de amor não pode prestar!” (ibid, grifos meus)

A questão da incompatibilidade da homossexualidade com a religião, no fragmento acima, fica evidente. O autor descreve a não aceitação de sua opção sexual como um “absurdo”, uma vez que, não é esperado de “uma religião [discriminar] ao invés de pregar o respeito às diferenças”. Frequentemente a contradição religiosa é denunciada e acionada como justificativa da ruptura, no caso de Danimar, o ateísmo aparece como sua última opção: “arrisco dizer que, longe de todas as crenças religiosas encontrei até a *felicidade* plena, pois hoje sou *livre* de amarras, de credos, de dogmas, de proibições, e vivo minha vida de forma plena, *dentro da ética, da moral e do que é positivo*” (ibid, grifos meus). Da mesma maneira que nos outros depoimentos acima citados, que denunciaram o preconceito sofrido e acionaram uma justificativa que vai de encontro a tentativa de monopólio religioso sobre o “bem”, Danimar se afirma a partir das mesmas justificativas – dentro da ética, da moral e do que é positivo – e exalta as qualidades conquistadas – felicidade, plenitude e liberdade. Esta última qualidade, também conquistada como se pode ver em tantos outros depoimentos, citados e não citados, confronta diretamente a qualidade opressiva da religião. Se a religião é vista como cerceadora da liberdade, romper com ela, é conquistar o que antes lhe era privado. A mesma liberdade sentida pelo seminarista, desejada pelo pai para a filha, e referenciada no título “Sobre livre pensamento”. Na passagem abaixo, Priscilla fala sobre a liberdade alcançada:

“Lembro que ela [amiga da escola] adorava Coca-Cola e eu não podia beber porque era mórmon. Eu perguntei a qual religião ela pertencia e ela respondeu: “Sou agnóstica”. Eu nem sabia o que significava, ela então começou a me dizer do que se tratava e como não precisava pensar tão seriamente sobre tudo. Naquele momento admito que tratei o agnosticismo como um “*escape*” e brindei a minha nova vida com um delicioso gole de Coca-Cola...*foi libertador!* Comecei então a pesquisar mais sobre o assunto e *deixei minha mente viajar.*” (DEPOIMENTO 18, grifos meus)

O primeiro contato de Priscilla com o agnosticismo lhe proporcionou a possibilidade de “não levar as coisas tão a sério” permitindo-a se “libertar” e deixar a “mente viajar”. É na universidade que encontra o ateísmo:

“no curso de engenharia na universidade estadual da minha cidade e lá, quem diria, aprenderia muito mais sobre ateísmo. Considero o ateísmo uma benção... rrsrsr...”

ironia. Pois, me permitiu ser quem eu sou, me *libertar*, conquistar tudo que conquistei até hoje. Ser mais sincera do que jamais fui. [...] Atuo como professora em uma universidade local e tenho muito orgulho do meu caminho até aqui, sei que não seria assim se eu tivesse continuado *com um pensamento limitado* de uma doutrina estrangeira” (ibid, grifos meus)

Coisas simples como tomar Coca-Cola, ver televisão, jogar videogame são pequenas conquistas, significativas àqueles que as narram e mobilizadas para criticar uma religião que priva as liberdades individuais, mas, principalmente, as liberdades de pensamento.

Para finalizar este tópico é importante descrevermos uma última distinção mobilizada nas narrativas, a existente entre a religião e a relação da liberdade com a racionalidade, tal como aparece no depoimento de Igor:

“E finalmente resolvi assumir o ateísmo. Coloquei em todas as minhas redes sociais e passei a discutir o assunto com qualquer um que estivesse interessado. Virei praticamente um *militante da razão*. Isso gerou algumas brigas com familiares e amigos, mas eu não ia mudar quem eu sou para evitar brigas”. (DEPOIMENTO 19, grifos meus)

Igor afirma ter se tornado um “militante da razão” ao se assumir e confrontar os familiares e amigos religiosos. Sua narrativa não traz traumas religiosos, pelo contrário, ele declara que “uma educação religiosa não tirou a [sua] capacidade de pensar e questionar”. Tal afirmação já carrega consigo a distinção que iremos explorar a seguir, mas prossigamos com a fala:

“Mesmo assim, nunca me tornei uma pessoa preconceituosa [para com os religiosos]. Aceitei ser padrinho [religioso] de duas crianças há pouco tempo. Meu amor por elas não vai mudar por causa de nenhuma crença. Meu conselho é não se esconda, ninguém tem que *viver numa prisão*. Saia do armário.

“E você que não é ateu, não discrimine quem é, a pessoa só não acredita no seu deus, assim como você não acredita no deus dos outros.

‘A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.’ – Albert Einstein. Essa frase é perfeita. Eu *abri a minha mente*. Eu *li, pesquisei, pensei, refleti*. Faça isso você também. Tente!” (DEPOIMENTO 19, grifos meus)

Num tom de encorajamento, Igor encerra seu depoimento mobilizando uma série de questões aqui já abordadas através de outros textos, mas que nos permite aprofundar o tema da relação entre liberdade e razão. Segundo seu depoimento ele se tornara um “militante da razão” capaz de enfrentar até mesmo a educação religiosa, pois “leu, pesquisou, pensou e refletiu”, e assim, “abriu a sua mente” o suficiente para ter coragem de enfrentar a sociedade religiosa e sair de

sua prisão. A liberdade é creditada ao esforço do estudo, à busca pelo conhecimento, a ruptura com a religião sendo um resultado axiomático destas ações.

Os cientistas Albert Einstein, Lawrence Krauss, Neil deGrasse Tyson, Richard Dawkins, Sigmund Freud, e outros não presentes nos trechos selecionados, são evocados pelas narrativas como autoridades que referendam seus posicionamentos. A ciência, por vezes, aparece como meio de se alcançar o ateísmo – “cansei de toda essa baboseira, comecei a ler mais sobre ciência e juntei os fatos com o que eu já pensava, e resolvi assumir o meu ateísmo” (DEPOIMENTO 20) –; outras, como um fim – “Eu li bastante livros sobre Ciência e confesso, fiquei fascinada pelo mundo depois que tive um pouco mais noção da Ciência” (DEPOIMENTO 13). Mas não aparece diretamente em todos os depoimentos. Tínhamos a expectativa de que a palavra “ciência” fosse mais recorrente nos textos, principalmente, pela origem da crítica, por ela vir de cientistas naturais, ou por seus termos, dotados de uma visão evolucionista ou científicista para explicar ou se contrapor à religião. Entretanto, embora ela não apareça, as ações eleitas para narrar um contraponto ao pertencimento religioso estão diretamente associados, seja por um senso comum, seja por uma apropriação, ao método científico. Ler, estudar, refletir, questionar e muitos outros verbos são dissociados da religião e vinculados a uma condição de não-religioso, tida, muitas vezes, como “esperta” e “inteligente” por ser dotada de conhecimento ou ser racional.

Vejamos a diferenciação que é feita entre ateísmo e agnosticismo por A.B.:

“Eu não sou ateia, acho que para se tornar realmente um ateu deve-se ter *muito conhecimento, ser bem informado* [...]. Eu me considero agnóstica, pelo fato de ser uma pessoa com muitas *dúvidas e incertezas*, e acho que todos deveriam ter dúvidas, pois ignorante é aquele que tem certeza das coisas”. (DEPOIMENTO 7, grifos meus)

O ateísmo é associado, neste depoimento, à conclusão, adquirida através de um conjunto de conhecimentos e informações, de que “deus não existe”; já o agnóstico é apresentado como um indivíduo que tem dúvidas e incertezas, que se desliga da religião através de uma intuição ou conclusão de que ela está errada – “[minha avó] não entende que do mesmo jeito que ela considera a religião dela a ÚNICA certa, as pessoas de outras religiões também acham a deles a única certa” (ibid). Se recordarmos da narrativa de Giovanni⁴⁴, veremos que seu agnosticismo aparece como uma posição entre sua “revolta” e seu “ateísmo”, sendo justificada por ele, pela

⁴⁴ Referimo-nos a este trecho: “agora agnóstico e não Ateu de uma vez por todas: porque a minha cultura e meio religioso privou a minha vida inteira de conhecimentos básicos científicos que eu precisava para entender a inexistência de deuses e coisas básicas como a Evolução”. (DEPOIMENTO 1)

falta de contato com o conhecimento científico que o impediu de compreender-se como ateu. Em sua trajetória, assim como no caso de Priscilla, a importância do agnosticismo residiu no fato que ele possibilitou que eles se tornassem indiferentes com relação à religião.

Conforme Wesley evocava num trecho já mencionado⁴⁵ e tantos outros que associaram a trajetória para o ateísmo à razão, há um abandono do rezar, do acreditar, do submeter-se, enquanto formas de lidar com o mundo e seu entorno, e uma apropriação das ações tidas como racionais – tais como ler, estudar, duvidar, questionar, conhecer, buscar, refletir, pensar – para lidar com a vida e avaliar seu passado, e da leitura nova sobre suas experiências, avaliar a religião e seus efeitos na sociedade. Mas a viabilidade dessa avaliação, os termos que ela assume na narrativa, apenas se torna possível quando o indivíduo toma conhecimento de uma outra possibilidade.

2.5 A crítica ateísta e a possibilidade de ruptura

Durante a leitura dos depoimentos, questionamo-nos a respeito do porquê determinados acontecimentos não ganharam protagonismo nas histórias narradas. Há diversos indícios textuais de que outros caminhos narrativos poderiam ter sido tomados, como por exemplo, no caso abordado sobre a homossexualidade. Em algumas histórias, ela aparece como um forte fator para a ruptura, mas é apenas brevemente citada, dando lugar privilegiado a uma narrativa sobre a crítica à religião. Ou expressões como “prefiro não falar”, “uma outra história” indicam uma outra possibilidade de se narrar alguns fatos, dar destaques a outros acontecimentos, mas que parecem fugir do “assunto/tema” proposto. A nosso ver, essas escolhas foram tomadas, porque tais elementos, em sua dimensão informativa, não cumpririam o objetivo de narrar uma semelhança entre a trajetória do narrador e de sua audiência, como observado por Dullo (op. Cit). Assim, tais elementos latentes de ruptura, como a homossexualidade e o abuso, não são narrados, embora provavelmente o seriam em outro contexto comunicativo. Esses fatores existenciais de incompatibilidade, são mencionados “apenas” como uma prova da imoralidade religiosa, esta, sim, coletivamente reconhecível.

Esta particularidade discursiva nos ajuda a pensar na questão dos constrangimentos que o depoimento sofre para se adequar às expectativas de um público imaginado. O espaço cedido pela ATEA é destinado a depoimentos de ateus. Logo há um esforço de modelagem nas

⁴⁵ “continuo sendo a mesma pessoa que há 10 anos ou 15 anos atrás, só que mais racional” (DEPOIMENTO 5)

narrativas de modo a compatibilizá-las com esses públicos. Nessa modelagem as narrativas incorporam os lugares comuns da discursividade apreendida nos livros, sites e blogs de ateus falando sobre o ateísmo para outros ateus. Não somente há uma maneira de falar sobre a religião e sobre o ateísmo nesses meios, como também diversos elementos da crítica à religião, o principal lugar comum no conjunto desse material, são utilizados pelos atores em suas narrativas para justificar e legitimar suas posições antirreligiosas. Exatamente as mesmas frases que foram veiculadas na campanha da ATEA foram aqui acionadas. Aquelas por sua vez, podem ser associadas aos argumentos encontrados nos *best-sellers* ateístas, como vimos no capítulo anterior, ou às expressões recorrentes entre os ativistas tais como “saia do armário” ou “livre pensante”. Essa circulação, em escala internacional, de padrões argumentativos apreendidos, é a matéria prima da qual se valem os depoimentos para tornar as narrativas mais verdadeiras e mobilizar justificativas ou reforços verossimilhantes.

As histórias acima nos mostraram que há um modo específico de se narrar a ruptura com o pertencimento religioso e anunciar o próprio ateísmo. Giovanni e seus colegas, não somente compartilharam a ação de nos contar suas trajetórias de vida, como também, uma série de decisões pessoais que marcaram sua própria história. Pela recorrência dos padrões narrativos encontrados podemos aferir que há um modo particular de caracterizar a religião e, além disso, um modo específico de narrar a ruptura que depende da identificação de ações que possam ser interpretadas como antagônicas às qualidades atribuídas à religião. As histórias narram limitações impostas por um coletivo religioso e a sua superação pelo esforço individual. A liberdade é eleita como o signo por excelência da ruptura com a religiosidade opressora. O ateísmo parece uma conquista que fornece os parâmetros para a ruptura, que legitima o novo posicionamento pessoal em relação a um passado religioso.

Pela análise dos depoimentos, e seguindo a premissa de analisar o campo de experiência ateu, podemos pois, interpretar o ateísmo como a expressão da revolta – de um segmento jovens escolarizados, de uma classe média urbana, educados em colégios religiosos ou oriundo de famílias muito religiosas –, que, via o acesso à universidade ou via a exposição à leitura, começa a dotar-se de um novo tipo de exercício intelectual que tem a crítica, a informação e o contraditório como principal fundamento. Estes depoimentos demonstraram a recorrência da formulação da religião enquanto problema para essas pessoas e da narrativa da ruptura com a religião como sinal de liberdade. Mais do que um novo pertencimento ou uma religião substituta, tal como foi sugerido por Gordon (2011), o ateísmo nos casos aqui descritos seria o legitimador de uma ruptura, um parâmetro cognitivo e normativo para se posicionar contra a

imposição da religião no mundo social. Operando novamente a diferenciação de Piva (2006), o ateísmo não seria uma revolução, uma visão de mundo que substituísse a religião no mundo cotidiano, mas sim, a expressão de uma revolta, que se justifica acusando a religião e reagindo ao seu avanço e permanência no mundo do dia a dia.

Tendo descrito as posições ateístas em sua dimensão experiencial passemos agora à análise do ativismo ateísta em seus dois aspectos – a crítica à religião e mobilização coletiva do público. Veremos a seguir que a projeção do ateísmo no espaço público deveu-se, em parte, a escolha estratégica da Associação brasileira de Ateus e Agnósticos em atuar sob a forma de um “ativismo jurídico”. Nos próximo dois capítulos examinaremos, pois, como a associação, inserida nessa dinâmica, propõe defender os interesses dos ateus e agnósticos ao se colocar contra a presença da religião no espaço público brasileiro através de ações jurídicas e judiciais.

Capítulo 3 – ATEA e o ativismo jurídico

Nos capítulos anteriores, analisamos as dinâmicas coletiva em torno do ateísmo. Estas se configuram tanto como uma crítica à presença da religião no espaço comum, como, também, legitimadoras de uma ruptura que ao ser mobilizada por um público reunido sob os elementos constituidores da crítica, narra suas trajetórias de vida que se deslocam de um pertencimento religioso para uma identificação com o ateísmo. Denominamos esta dinâmica de uma *sensibilidade ateísta* por ser constituída pelo compartilhamento de um modo específico de julgar a religião no mundo.

No presente capítulo, exploraremos um modo específico de engajamento desta sensibilidade a partir da atuação de algumas lideranças da Associação brasileira de Ateus e Agnósticos (ATEA). Procuraremos descrever o modo como esses atores mobilizam esta sensibilidade para confrontar a presença da religião no espaço público brasileiro. Com isso, objetivamos fornecer uma visão geral sobre a atuação de alguns membros dessa associação para, no capítulo seguinte, nos aprofundarmos na comparação entre a sensibilidade ateísta e outras sensibilidades seculares e, em consequência, na análise de como estas reagem a ela.

Se retomarmos a ideia de Cefaï (2017), trabalhada no capítulo 1, de que, após o problema ser identificado, os atores inventam dispositivos de intervenção para convencer seu público da sua legitimidade analisaremos as estratégias de atuação da ATEA na sociedade brasileira sob um duplo caráter: o primeiro, diz respeito aos modos como se propõem a cumprir os desígnios a que se propõe, que apresentaremos mais a frente; o segundo, se relaciona as estratégias utilizadas para apresentar-se como legítima para além do seu público. Embora representante dos interesses dos ateus e agnósticos, a associação precisa criar estratégias que convençam à sociedade como um todo da razoabilidade de suas pautas. Como vimos anteriormente, esta percebe a religião como um valor comum e naturalizado e, confrontada com os argumentos sobre as qualidades da crítica ateísta e de seu público, reagirá, se não for convencida, negativamente a qualquer oposição.

Uma das estratégias dos atores, observada pela sociologia pragmática que se ocupou do exame dos debates públicos, é a denúncia dos “interesses de certos grupos, revelando sua incompatibilidade com o interesse geral ou com certas obrigações de imparcialidade e de equidade” (BARTHE *et al.*, 2016). Partindo dessa ideia apresentaremos neste capítulo as inúmeras formas utilizadas pela ATEA para produzir coletivamente seus interesses, apresentando-os de maneira que convirjam com o interesse geral. Francis Chateauraynaud

(2012) se pergunta “como os atores chegam a mobilizar-se em torno de uma causa, no sentido de “bandeira” a ser defendida, dotando-a de um poder de expressão e, em certos casos, cumprindo as exigências de uma função de universalização” (p.205) e afirma que a descrição dos debates públicos deve levar em consideração “duas outras modalidades: a mobilização (que organiza os termos da confrontação) e a contestação (que engaja a causa em um processo de judicialização)” (p.207). Tomando como referência essas questões analisaremos a partir da documentação produzida pela Associação as estratégias de contestação e a emergência de novos termos, examinando o posicionamento de algumas lideranças da associação sobre temas que mobilizam a sociedade e as ações e representações jurídicas que elas promovem.

Este capítulo, apresentará a Associação brasileira de Ateus e Agnósticos privilegiando demonstrar as formas e os lugares de sua atuação. Começaremos descrevendo brevemente sua história para situarmos seu “ativismo jurídico”; em seguida, apresentaremos alguns trechos de reportagens e televisão protagonizados por Daniel Sottomaior, e analisaremos os termos a partir dos quais se produzem suas alianças, de modo a visualizar a forma como a associação se apresenta para fora de seu público. E por fim, as categorias utilizadas em seu “ativismo jurídico” para responsabilizar o Estado brasileiro.

3.1 Sottomaior e a ATEA: atuação e alianças.

Explorando o site da Associação brasileira de Ateus e Agnósticos⁴⁶ encontramos algumas informações sobre sua fundação datada de 31 de agosto de 2008 por Daniel Sottomaior Pereira, atual presidente, Alfredo Spínola e Mauricio Palazzuoli. Também dispomos da indicação dos números de participantes – mais de 19 mil associados, 700 mil fãs no *facebook* e um grupo fechado com 50 mil participantes. Além de informações disponíveis na seção “parcerias comerciais”, o site apresenta um interessante guia de argumentos “em favor do ateísmo”, além da citada seção “depoimentos” e outras informações a respeito da entidade. Para compreendermos, porém, o contexto de sua criação é preciso que façamos um breve recuo no tempo. Para tanto, tomaremos como referência dois momentos distintos anteriores à fundação: um que se refere ao debate já em andamento há quase uma década sobre o ceticismo registrado em uma reportagem sobre céticos na internet; outro diz respeito à campanha “Brasil para todos”

⁴⁶ <https://www.atea.org.br/>

em 2007; são duas pequenas amostras de acontecimentos que nos ajudarão a situar os posicionamentos anteriores do presidente da associação seu principal porta-voz.

Em março de 2001, ainda sem a alcunha de “ateu”, Sottomaio aparece citado como “internauta ativista” na matéria de capa “Céticos: os inquisidores da razão” (TUFFANI, 2001) com a seguinte declaração: “cabe ao cético popularizar a ciência, como faz Richard Dawkins e fazia Carl Sagan”, sem menção alguma ao ateísmo. A matéria diz que Sottomaio é o organizador do site “Ceticismo e Ativismo” que, já na época era o principal local de debate e circulação das proposições ateístas. O fato de ser identificado como organizador e “internauta ativista” demonstra que já então gozava de um certo protagonismo no debate, anos antes da fundação da associação de ateus. Não encontramos este sítio online, mas César Alberto Ranquetat Júnior (2012) identifica também a internet como palco de origem da ATEA:

“A ideia de criação dessa entidade surgiu de listas de discussão sobre ateísmo e secularismo na internet, a mais importante delas estava alocada no site da Sociedade da Terra Redonda (STR), ong criada em 4 de maio de 1999 que defendia a divulgação do pensamento científico, do ceticismo e da separação entre Estado e religião”. (p.207)

Demonstramos no primeiro capítulo que a “bandeira” ateísta apenas ganha forma após a formulação de uma crítica à religião impulsionada pelos eventos terroristas que ocorrerão meses depois da publicação desta matéria sobre os céticos. Na citada reportagem, a palavra “ateu” ou qualquer derivado dela não é mencionado nenhuma vez. Embora o ateísmo já fosse objeto de debate online, naquele momento, a palavra “ceticismo” se apresentava como o único elemento de convergência possível para tratar desses temas. É interessante observar que apenas sete anos depois, Daniel Sottomaio não seria mais entrevistado na qualidade de cético, mas sim como presidente da ATEA.

Em 2007, Sottomaio dirigiu a campanha “Brasil para todos” que congregou “uma série de lideranças religiosas, juristas, políticos, artistas, acadêmicos, militantes sociais e ONGs na defesa do Estado laico e de uma arena pública secular distanciada de valores instituições e símbolos religiosos” (RANQUETAT, 2012, p.203). Essa campanha protagonizou diversas ações e representações judiciais para remoção de símbolos religiosos das repartições públicas por entender que tal presença poderia ofender e constranger qualquer um que não professasse a religião católica, além de “representar uma forma de preconceito e discriminação” (ibid., p.204). A leitura feita por Ranquetat quanto a participação da ATEA nesse episódio voltado às controvérsias acerca de símbolos religiosos em espaços públicos será abordada mais à frente. Por ora, é importante ressaltar que tais fatos indicam que a fundação da associação é resultado

de um acúmulo de experiências anteriores realizadas por meio de debates, ativismos e participação em processos jurídicos.

Essa atividade anterior nos permite melhor situar a formulação do *caput* do primeiro artigo de seu estatuto, em que a ATEA afirma ter como finalidade “desenvolver atividades no campo da ordem social que busquem promover o ateísmo, o agnosticismo e a laicidade do Estado”, e seus oito objetivos, presentes no artigo 2º:

- a) Congregar ateus e agnósticos, *defendendo seus interesses e direitos*, em todo o território nacional, bem como nos países ou estados independentes onde o Estado Brasileiro possui representação diplomática;
- b) *Combater o preconceito* e a desinformação a respeito do ateísmo e do agnosticismo, dos ateus e dos agnósticos;
- c) Auxiliar a autoafirmação dos ateus e agnósticos frente ao *preconceito e a rejeição sociais*;
- d) Apontar o ateísmo e o agnosticismo como *caminhos filosóficos viáveis, consistentes e morais*;
- e) Promover sistemas éticos seculares;
- f) Promover a laicidade efetiva do Estado, *combatendo em todas as esferas legais* qualquer tipo de associação que seja contrária ao descrito na Constituição da República Federativa do Brasil;
- g) Promover o pensamento crítico e o método científico; e
- h) *Defender os direitos legais de ateus e agnósticos* podendo participar e contribuir com as instituições democráticas legalmente descritas e fundamentadas na Constituição da República Federativa do Brasil, fazendo sugestões, participando de discussões sociais e representando ações públicas ou privadas sempre com base nos objetivos descritos e fundamentados neste estatuto”⁴⁷. (grifos meus)

Pelo menos metade destes objetivos – itens a, b, f e h – justificam a escolha de um “ativismo jurídico” ao mencionar a esfera legal como arena de atuação. Para além da atuação jurídica, a outra metade indica que a entidade objetiva promover o ateísmo e o agnosticismo como “caminhos filosóficos viáveis, consistentes e morais”, não somente protegendo-os, além de “promover o pensamento crítico e o método científico” (item g). Parece-nos que esse duplo caráter de promoção e defesa seja fruto da percepção da associação, alimentada pela literatura ateísta, mas também pela *expertise* acumulada, de que é necessário tanto uma pedagogia que apresente o ateísmo à sociedade, quanto uma postura positivista que busque nas normas e regras sua via de atuação. Na interpretação de Montero e Dullo o “ativismo jurídico” como principal

⁴⁷ <https://www.atea.org.br/estatuto/>

instrumento de atuação e denúncia é justificado por Sottomaior pela ineficácia das ações parlamentares e das políticas públicas,

“[...] as ações políticas intermediadas pelo Poder Legislativo ou pelo Poder Executivo são infrutíferas, pois frequentemente a pressão dos interesses políticos se sobrepõe ao cumprimento da legislação. A seu ver, apenas o Poder Judiciário é capaz de agir com isenção e fazer com que a discriminação seja percebida como tal” (MONTERO; DULLO, 2014, p. 70).

Com efeito, a associação olha com desconfiança para o poder executivo e legislativo ao escolher o Judiciário como principal arena de atuação, pressupondo que haveria uma exagerada influência de agentes e instituições religiosas sobre esses poderes. Em 2014, Sottomaior escreve um livro intitulado *O Estado Laico*, uma espécie de tratado político em que o autor elenca uma série de discussões e posicionamentos que justifiquem a laicidade do Estado. Nesse trabalho, o autor define que a violação da laicidade ocorre:

“[...] quando o Estado criar preferidos e preteridos, *cidadãos de primeira e de segunda categoria* – e por isso deve ser energeticamente combatida pela sociedade e pelas autoridades constituídas. Esses privilégios são ilegítimos e afrontam a dignidade e os direitos de todos os que não são contemplados por eles. Sem laicidade, *a própria liberdade religiosa fica prejudicada*”. (SOTTOMAIOR, 2014, p.16, grifos meus)

Nessa argumentação consta a menção às minorias que, como veremos no próximo capítulo, será levada como denúncia ao Supremo Tribunal Federal pela advogada Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro, além da crítica contra a existência de “privilégios” cedidos às religiões específicas. Por enquanto, é importante notar que essa construção argumentativa posiciona a luta pela laicidade do Estado como interesse geral, pois, ao assegurá-la, minimizaria os efeitos públicos e privados da atuação privilegiada de agentes e instituições religiosas que pelo seu poder de influência constrangeriam àqueles que não as seguem ou são ateus.

Veremos abaixo a importância estratégica do argumento da ameaça à liberdade religiosa imposta pela maioria católica para que a associação possa fazer alianças com outras instituições religiosas tais como, por exemplo, as associações das religiões afro-brasileiras. Porém, antes de falarmos sobre as alianças, é importante oferecermos uma visão geral sobre a atuação da ATEA, mais precisamente caracterizar melhor seu porta-voz para além de suas ações e representações jurídicas.

No texto “Superar o desconhecimento e a nossa tendência à ilusão”, escrito por Daniel Sottomaior⁴⁸, o autor assim se posiciona sobre a questão da laicidade:

“Mas, antes de lhe contar sobre isso, advirto: se por ventura achar que o conhecimento não é para você e essa não é a melhor forma de mudar o mundo, existem muitas pessoas dedicadas a promover boas causas, e essas causas sempre precisam de financiamento. É o caso da Associação brasileira de Ateus e Agnósticos, por exemplo, a única entidade no país que se dedica de fato a promover a laicidade do Estado -- com ações concretas, através do ativismo jurídico. Vivemos no país com mais católicos do mundo e com um mar de evangélicos, e vejam onde isso nos trouxe. Enquanto isso, no primeiro mundo as igrejas estão fechando e se vê os maiores índices de ateísmo do planeta. Não são os ateus que povoam os nossos presídios nem o noticiário dos escândalos de corrupção. Ou pedofilia. Mas voltemos ao conhecimento”. (SOTTOMAIOR, 2018)

Escrito na forma de um alerta e com certa ironia, Sottomaior toma emprestado de Daniel Dennett alguns argumentos ao associar o conhecimento à capacidade de “quebrar o feitiço” da religião⁴⁹. O trecho sintetiza o modo como seu autor formula a diferenciação entre ateus e religiosos e retoma outros argumentos já explorados por este trabalho. Ele também ilustra o posicionamento bélico da associação para além da sua apresentação como “ativista jurídica”, reiterado na maior parte de suas aparições midiáticas.

Sottomaior tem tido uma participação significativa em programas de televisão, principalmente naqueles em que diversas pessoas são convidadas para debater assuntos polêmicos e populares do momento. Ao lado de pastores, padres, sacerdotes, monges e especialistas das mais diversas formações, Sottomaior preenche a programação televisiva noturna, convidado a se posicionar a respeito de casos insólitos e a debater temas morais, sociais e religiosos. Em 2013, por exemplo, no programa Na Moral, o apresentador Pedro Bial convidou Daniel Sottomaior e os religiosos padre Jorge “Jorjão” Luiz Neves Pereira da Silva, pastor Silas Malafaia e babalawô Ivanir dos Santos – lideranças bem conhecidas em seus meios – para discutir o tema “Estado laico”, com a justificativa de pensar a reação de religiosos à ascensão de minorias. O mediador Pedro Bial pergunta a Sottomaior “sua interpretação ateia” a respeito do crescimento dos evangélicos, que responde:

“Os protestantes não são novidades no país, o que foi novidade nos últimos vinte anos foi o surgimento e o crescimento da teologia da prosperidade. Você pega um sujeito que

⁴⁸ Este texto foi escrito para uma iniciativa do portal UOLnotícias chamada “Como mudamos o mundo? Nove líderes religiosos e um ateu apresentam, em artigos, sugestões para construirmos uma sociedade melhor” (2018).

⁴⁹ Como vimos no capítulo 1, Daniel Dennet critica a religião culpando-a de enfeitiçar seus seguidores levando-os a cometer inúmeras atrocidades.

não tem nada e promete para ele que ele vai ser rico, vai ter um novo emprego...ele não tem nada! Esta é a melhor aposta que ele tem. Ele entra nisso de cabeça, e é isso que a gente vê nas ruas: as pessoas com a esperança de um mundo melhor. Quando você vê os evangélicos vendendo - não tem outra palavra - a sua fé, esse é o carro chefe: 'venha conosco, seja feliz, seja rico, tenha um novo carro, tenha um novo emprego'. (ESTADO LAICO, 2013)

Notamos que durante toda a resposta acima, a câmera alternava entre Sottomaior e Silas Malafaia, como se esperasse uma interrupção com uma resposta do pastor⁵⁰. Quando ele a faz, acusa Sottomaior de preconceito por falar sem conhecer a realidade dentro das igrejas, que ela traz bem-estar e não dinheiro. O debate fica mais acirrado quando Sottomaior afirma que pastores enriquecem com essa prática de “vender a religião”, mas, nesse momento Bial controla a discussão chamando o músico convidado a cantar.

O mesmo embate acontece após a resposta para a pergunta “quais são os riscos de usar argumentos religiosos no sistema jurídico?”:

"Agora que entra o Estado Laico. Na história da humanidade, na imensa parte dos nossos milhares de anos no ocidente, os governos se pautaram pela religião e nos banharam de sangue com isso. *Sempre oprimindo os diferentes*. Até que um belo dia chegou a revolução francesa e disse 'vamos separar o Estado da religião, o Estado não tem mais poder para interferir na religião e vice-versa'" (ESTADO LAICO, 2013, grifos meus)

Novamente, Silas rebate a resposta de Sottomaior citando o “verdadeiro banho de sangue” das revoluções russa e chinesa – é notável que os mesmos termos e exemplos são acionados a diferentes contextos, e, se lembrarmos, tanto a questão do dinheiro quanto o das ditaduras comunistas são argumentos presentes no universo de debates entre religiosos e ateístas. Então, nas duas falas de Sottomaior, podemos encontrar os mesmos artifícios descritos anteriormente utilizados à exaustão pela crítica ateísta. Nossa intenção em trazer estas falas é menos de novamente evocar uma análise e mais para caracterizar a presença televisiva da ATEA enquanto estratégia. Basicamente, em todos os programas televisivos, a associação confronto e é confrontada através de um posicionamento beligerante. E talvez dessa beligerância derive a percepção de um “fundamentalismo ateísta”, presente em muitas críticas. Mas, na última citação, também nos chama a atenção o fato de Sottomaior ter sintetizado a ação negativa da

⁵⁰ Seria interessante uma análise das estratégias televisivas de narração interpretando e descrevendo não somente os personagens e as falas, mas também os enquadramentos e jogos de câmera, fato que nos pareceu bem importante para trazer à análise das imagens após a leitura de Marie-José Mondzain (2012), mas que nos desviaria de um objetivo mais simples.

religião em “sempre oprimindo os diferentes”. Ao acionar um imaginário que poderia nos lembrar da Inquisição Espanhola ou do Massacre de São Bartolomeu – dois eventos históricos marcados por ações de católicos e da igreja contra minorias –, Sottomaior também aciona, mesmo que indiretamente, um repertório bastante comum da associação: os ateus como minoria oprimida.

Essa percepção do ateísmo enquanto uma minoria oprimida por uma maioria religiosa aproximou a ATEA de outros dois aliados que acionam uma narrativa sobre seus posicionamentos sociais de maneira semelhante: associações LGBT e Afro-brasileira. Sottomaior afirma que “os maiores interessados nisso são os grupos religiosos afro-brasileiros, que também são afetados como nós pela discriminação e pela violação da laicidade. Que também é o caso dos homossexuais. Um dos grandes parceiros nossos sempre foi a ABGLT⁵¹” (COSTA, 2013). Mas apesar de compartilharem estigmas provenientes de posicionamentos religiosos, Sottomaior justifica as diferentes percepções sobre eles:

“O preconceito existe e é muito forte. Você não vai ver casos de violência, porque não tem como identificar um ateu no meio da multidão, como acontece com um seguidor de umbanda ou um homossexual. Mas todos os dias existem pessoas que dizem que ateus merecem morrer, que são canalhas, mas não acontece nada, *porque essa é a opinião da sociedade* e não há comoção nacional” (TIAGO, 2015, grifos meus)

Parece-nos estratégico por parte da ATEA posicionar-se enquanto “minorias”, pois permite que ela acione mecanismos argumentativos historicamente conquistados para responsabilização do Estado, principalmente os consolidados pós-constituição de 1988 – que, como veremos no capítulo seguinte, serão reiteradamente acionados. A parte em destaque no texto novamente demonstra a sensibilidade de Sottomaior em identificar o preconceito contra ateus não como sendo resultante de “fundamentalistas religiosos”, mas de uma sociedade que discrimina os ateus de forma orgânica.

A aproximação da associação ateísta a essas “minorias” lhe concedeu acesso a inúmeros eventos e citaremos apenas dois para demonstrar a existência de um padrão na estratégia de Sottomaior, de se apresentar em público.

No primeiro, anterior à fundação da associação, o futuro presidente discursa no IV Fórum paulista de liberdade religiosa e cidadania ABLIC (Associação Brasileira de Liberdade Religiosa e Cidadania), em junho de 2007.

⁵¹ Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

“foi só com o iluminismo e a revolução francesa do século XVIII que consolidou a ideia de igualdade universal. Ainda assim, a escravidão só acabaria no século seguinte. O voto universal, a emancipação feminina, o direito internacional, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e o fim da segregação racial foram conquistas do século XX. Felizmente, hoje em dia, corre risco de processo e até de prisão o mau caráter que se dispuser a humilhar e discriminar outro ser humano, pelo fato de ser mulher, negro, nordestino, judeu, homossexual ou de uma outra convicção religiosa. O círculo moral humano está bem maior que na época dos australopitecos, mas nossa sociedade ainda tem párias oficiais” (ABLIRC, 2007).

Após enumerar diversas conquistas de direitos sociais e políticos, Sottomaior continua sua fala demonstrando a rejeição da sociedade aos ateus ao apresentar dados estatísticos de intenção de votos colhidos em 1937, nos EUA, e relembra a audiência da interpretação de que a derrota Fernando Henrique Cardoso, nas eleições municipais de São Paulo de 1985, ocorreu por este ter “confessado” ser ateu, fato político explorado à exaustão por seu adversário eleito, Jânio Quadros. Fala também sobre o presidente brasileiro, após o fato, passar a afirmar ser católico durante o mandato nacional, e conclui este argumento, fazendo uma comparação entre a situação atual dos ateus e a anterior das minorias religiosas:

“quando alguém tem que esconder posições que são perfeitamente legais e legítimas, esse é um sinal claro de que existe discriminação e preconceito, não é à toa que muitos ateus têm medo de se declarar como tais, como outrora aconteceu com os judeus e tantos outros grupos perseguidos pela intolerância” (ABLIRC, 2007).

No segundo evento, dez anos depois, na 21ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.

“[...] As organizações GLBT foram as únicas que me deram voz na época, o que me rendeu inúmeros convites para falar sobre o tema em seminários, congressos e outros eventos. A elas devo gratidão e reconhecimento por darem a devida importância a essa causa. Hoje em dia presido a Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos, um grupo que tem importantes similaridades com a comunidade GLBT. Segundo uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, *ateus são o grupo mais detestado do país*. Por isso, muitos de nós também preferem ficar no armário a vida inteira. E a fonte que alimenta tanto o ódio a ateus como o ódio à diversidade sexual é o mesmo: a religião” (ATEA, 2017, grifos meus)

Se antes, Sottomaior citava os dados estatísticos norte-americanos para ilustrar a rejeição a ateus, a pesquisa “Diversidade sexual e homofobia no Brasil”⁵², realizada pela Fundação Perseu

⁵² A pesquisa da Fundação Perseu Abramo pode ser acessada no link: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/intolerancia-diversidade-sexual>> (último acesso: jul. 2018)

Abramo entre os anos de 2008 e 2009, se torna a principal “prova” acionada pela ATEA, em diversas declarações, para demonstrar que os “ateus são o grupo mais detestado do país”. A pesquisa, na parte destinada a mensuração do índice de rejeição à “grupos sociais vítimas da intolerância”, concluiu que os ateus são os que possuem as maiores taxas de rejeição na sociedade, 42% de aversão (17% dos entrevistados dizem sentir ódio/repulsa por “gente que não acredita em Deus” e outros 25% sentem alguma forma de antipatia). E assim como no trecho anterior, o final de seu discurso coloca a religião como uma ameaça a laicidade a ser combatida:

“Muitas organizações religiosas têm usado seu dinheiro para eleger vereadores, deputados, senadores que trarão o retorno desse investimento através de legislação que privilegie grupos religiosos e suas ideologias. O poder legislativo foi tomado por representantes que querem um Estado o mais religioso possível – desde que seja a religião deles, é claro. O fundamental aqui é que temos que parar de fazer da laicidade apenas um discurso. Pedir por laicidade não trará laicidade. Precisamos, todos, tomar parte ativa. A Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos todos os anos tem lançado dezenas de representações ao Ministério Público e proposto ações junto aos tribunais para restabelecer a laicidade do nosso Estado. Mas, sozinha, a instituição pouco pode fazer. Recorrer ao Ministério Público e à justiça é uma via acessível a todos os cidadãos e todas as instituições interessadas nessa causa” (ATEA, 2017)

Em ambos os eventos, Sottomaior posiciona o ateísmo como vítima de uma sociedade religiosa que privilegia a religião majoritária – cristã – concedendo-lhe privilégios, seja por meio de uma articulação política, seja por criar diferenciações entre seus cidadãos, segregando alguns como párias. A estratégia acionada por Sottomaior para direcionar-se a uma público não-atéista – ou pelo menos, não reunido sob essa “bandeira” – é a de aproximar a realidade dos ateus à experiência suposta da audiência para a qual se dirige. Para interlocutores compostos por atores religiosos, Sottomaior fala de intolerância e liberdade religiosas; para os LGBT, durante um evento tradicional que cobra do Estado mais direitos para as minorias sexuais, o presidente da ATEA fala sobre a influência da religião na produção de legislações. Em ambos os casos, os ateus e a presente audiência sofreriam malefícios resultantes das violações ao Estado laico.

O protagonismo estratégico do termo “minorias”, não somente aproxima a ATEA de preciosas alianças, como, também, lhe confere toda uma gramática de reivindicação, e possibilita a responsabilização do Estado. Na seção seguinte, mostraremos as principais ações e representações da associação – quais as principais violações identificadas pela instituição.

3.2 Ativismo jurídico: ações, representações e denúncias.

As ações judiciais e representações ao ministério público da ATEA denunciam as seguintes infrações⁵³: o uso de recursos públicos para financiar entidades religiosas (Hortolândia/MG), eventos religiosos – carnaval da fé (Palmas/TO), Carnaval religioso (Campina Grande/PA), Festival de música cristã (Vacaria/RS) –, a construção de espaço religioso (maricá/RJ) ou templo no Bope-PM (Rio de Janeiro/RJ) e a doação de terrenos (Aparecida/SP); a presença da religião em prédios públicos na forma de orações (Barra Mansa/RJ), imagens (prefeitura de Itapetininga/SP) e crucifixos (na cidade de Sumaré/SP, e nas câmaras de Osasco, São Paulo, Guarulhos, Ribeirão Preto, Sorocaba, Mauá e outras cidades do Estado de São Paulo); menções religiosas nos regimentos internos das Câmaras municipais – invocação a deus e leitura da bíblia (Carapicuíba, São Vicente, Taubaté, Limeira, Suzano, São Carlos, Marília, Americana, Araraquara, Hortolândia, e outras cidades do Estado de São Paulo); a nomeação de espaços públicos com referências religiosas como “praça da bíblia” (Salvador/BA); a alocação de templos em presídios (RJ); leis com referência à religião como a “lei do pai nosso” (Goiânia/GO); queixas contra detrações a ateus em rede nacional, como o famoso caso do Datena⁵⁴. Como podemos observar, são muitas ações mobilizadas por uma rede de ativistas associados à ATEA por todo o país. Essa comunicação garante à associação um ativismo constante, além da capacidade de informar e mobilizar seu público.

Em sua tese *Laicidade à brasileira: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos*, César A. Ranquetat Júnior (2012), além de atribuir à Sottomaior um certo protagonismo nas ações contra símbolos religiosos em espaços públicos (p.160), conclui sua análise tipificando as noções de laicidade presentes nas controvérsias brasileiras, três delas são: (1) “Estado sem religião oficial”, (2) “imparcialidade

⁵³ As ações e representações citadas representam apenas aquelas do ano de 2017. É possível encontrar uma centena de ações durante esses dez anos de associação, mas salve acontecimentos excepcionais, como a vinda do Papa em 2013, elas tendem a manter-se sob o mesmo escopo descrito.

⁵⁴ Das ações da ATEA, talvez a mais famosa seja a movida contra o apresentador de televisão José Luiz Datena, motivada após as declarações feitas pelo apresentador durante seu programa diário na televisão aberta. O apresentador estava cobrindo um crime hediondo e, durante sua calorosa fala, associa a possibilidade de existência de um crime daquela natureza com a ausência da crença em Deus: “um sujeito que é ateu não tem limites e é por isso que a gente vê esses crimes aí” (BRASIL URGENTE). A ATEA entendeu tal pronunciamento como uma incitação à discriminação contra ateus, e entrou com um processo contra o apresentador, pela frase dita, a emissora de televisão, por permitir essa fala, e contra a União, por não monitorar os conteúdos vinculados em redes midiáticas obtidas através de concessão pública. Em 2013, é noticiado a vitória da ATEA no processo, em que o apresentador Datena é condenado a prestar “esclarecimentos à população sobre a diversidade religiosa e da liberdade de consciência e de crença no Brasil”. O caso ainda corre em justiça e tendo vitórias e derrotas de ambos os lados.

do Estado em questões religiosas”, (3) “o acolhimento [...] da diversidade de crenças religiosas” (p.290-291). O quarto, segundo ele, seria representado pelas ações da ATEA, o tipo laicista:

“[...] atores que concebem o religioso como um entrave ao progresso social e moral, bem como relacionam os valores religiosos com a irracionalidade e o anacronismo. Trata-se, então, da defesa de uma laicidade de combate e militante, hostil ao religioso, que procura impedir por meio de uma série de regulamentações, procedimentos judiciais e normas, a penetração do religioso no espaço público. Busca-se, assim, a total privatização do religioso. Esse posicionamento é esgrimido, por exemplo, pelo ativista Daniel Sottomaio”. (ibid, p.291)

O autor conclui que as ações de Sottomaio são “laicistas”, pois tornam “um instrumento jurídico em uma espécie de religião política secular”. Uma das suas justificativas para a retirada completa dos símbolos religiosos das repartições públicas pode ser encontrada na fala do procurador Jefferson Dias, ligado ao ativismo ateu: “a única maneira de garantir o tratamento isonômico entre os professantes de todas as religiões e, também, dos ateus, é impor à União a obrigação de retirar os símbolos religiosos ostentados em seus prédios, bem como a obrigação de não mais coloca-los”⁵⁵. O que Ranquetat lê como “total privatização do religioso”, o ativista entende como “isonomia”. Veremos, no próximo capítulo, que a categoria “laicismo” será mobilizada pelos adversários da ATEA e usada como uma categoria de acusação de fundamentalismo.

Não são somente advogados ativistas que identificam as violações à laicidade. O site atea.org.br⁵⁶ tem um espaço dedicado a denúncias que visa proporcionar aos ateus a possibilidade de “relatar as situações de hostilidade, discriminação ou preconceito que sofrem e obter apoio, compreensão e ajuda”. Esse espaço, encabeçado por uma argumentação incentivadora, propõe ao visitante o preenchimento de um formulário com seus dados pessoais e um campo destinado à denúncia. O texto introdutório exalta o “efeito multiplicador” das denúncias, ressaltando sua importância explicando que denúncias incentivarão outras denúncias. Além disso, também oferece um espaço composto por “ouvidos atentos e preocupados” com o fim de demonstrar que ali é “um espaço propício para trazer esses relatos, e que outras pessoas já trilharam esse caminho”. Pedagogicamente sugere que esses relatos “são potentes encorajadores para tomar a decisão certa ao invés de ter que esconder suas mágoas, dissabores e injustiças”. A ferramenta parece ser eficaz uma vez que muitas ações da ATEA

⁵⁵ Fala retirada da reportagem *Procurador insiste na retirada de símbolos religiosos de repartições públicas*, Folha de São Paulo. (MACEDO, 2013)

⁵⁶ <https://www.athea.org.br/denuncias/>

têm origem nesse canal. Vejamos pois, para além dos depoimentos de ruptura, tratados no capítulo 2, como esses textos são formulados como denúncias.

As categorias acionadas por essas denúncias não se diferenciam das examinadas anteriormente, porém elas deixam mais evidente que a denúncia tem por objeto um “mundo religioso” hostil aos ateus, oferecendo substrato à percepção de que os ateus constituiriam uma minoria. É importante ressaltar, no entanto, que a categoria “minorias” não aparece nenhuma vez nas 80 denúncias examinadas, nas 34 histórias de vida⁵⁷, e tampouco nos textos restantes, compostos por agradecimentos. Na grande maioria das denúncias o narrador descreve uma situação de discriminação contra a sua condição de ateu. Essa posição é revelada quando o depoente é se nega a realizar práticas religiosas requeridas em certas situações sociais tais como orações públicas.

Os principais cenários desse tipo de enfrentamento continuam sendo a família e a escola. Um terceiro cenário começa a aparecer mais recentemente, o local trabalho, no qual, segundo algumas denúncias, patrões religiosos demitem funcionários por serem ateus. No primeiro cenário, o ateu teme “sair do armário” devido a possíveis represálias da família – pois esta associaria o ateísmo à imoralidade ou ao diabo –, algo recorrente nos depoimentos analisados como vimos anteriormente. Já na escola a denúncia ganha um novo contorno, pois se nas histórias de vida ela aparecia como um local de uma formação religiosa a ser superada, nas denúncias, a escola aparece como um local em que práticas religiosas são vistas como “invasoras”. As “invasões” mais narradas são as orações obrigatórias – que geram situações vexatórias – e a presença de símbolos religiosos – como o crucifixo e a bíblia –, mas também aparecem denúncias de aulas sendo substituídas por eventos religiosos obrigatórios ou críticas ao ensino religioso público.

Não temos o objetivo de analisar aqui, em toda a sua extensão, o conjunto dessas denúncias. Preferimos escolher alguns casos exemplares que nos ajudarão a descrever a dinâmica de interação entre a associação e seu público. Tomemos como exemplo o trecho da denúncia de Enac Silva. Veremos que com relação a escola, ela mobiliza dois tipos de denunciadores: alunos e pais. Os alunos, quando sofrem alguma discriminação, e os pais, como Enac, quando denunciam a presença da religião na escola no ensino de orações a seus filhos, ou como no caso, das “mentiras bíblicas”:

⁵⁷ A palavra “minorias” aparece apenas uma vez, mas, no contexto, ela se refere a uma situação numérica, em que um religioso acompanhado de amigos diz que a depoente é minoria naquele local.

“Acabo de chegar da escola onde fui ter com a diretora. Pedi pra não dar aulas bíblicas para minha filha já que concluí ser ela muito nova pra lidar com tais assuntos, em resposta me disseram que estamos em um país cristão, imediatamente expliquei que havia um equívoco, pois vivemos em um país laico. A princípio não concordaram, mas por fim disseram ser lei estadual aplicar o ensino religioso nas escolas, aí me calei porque não sei sobre estas leis, o que sei é que não quero que minha filha cresça ouvindo mentiras, mas sou apenas um na multidão por isso peço o apoio de vocês” (DEPOIMENTO 21)

Ao reivindicar que sua filha não participasse das aulas bíblicas, Enac vê-se confrontado com o argumento acionado pela diretora de que a legislação estadual prevê a oferta do ensino religioso nas escolas públicas, embora ela tenha omitido o fato de que a frequência é facultativa. Não sabendo o que fazer, e não pretendendo confrontar a legislação, pede ajuda para como proceder. A ATEA atua como mediadora desses conflitos, representando ou aconselhando os queixosos contra aquilo que concordam ser uma violação da laicidade. Pode-se ler em uma de suas falas, como o presidente orienta seus leitores sobre o que fazer nesses casos:

“O primeiro passo é oficiar a instituição informando a ilegalidade pela Constituição e a LDB. Damos cinco dias para não cobrar a oração, liberar das aulas e passar uma circular a todos alunos dizendo que são facultativas. Se não cumprem, acionamos as secretarias de Educação, o MP e o Conselho Tutelar”⁵⁸(RIBEIRO, 2013)

Em outros casos, a publicação das denúncias ocorre nas comunidades online, como foi o caso de Lara Moura Souza:

“No começo do ano vim aqui e me desabafei sobre o meu problema, que era o fato da professora da minha filha que me chamou na escola para dizer que minha filha disse que não sabia rezar e achou isso um absurdo. Segui o conselho que muitos de vocês me deram, que foi o de abrir um processo contra a escola. Hoje venho aqui para compartilhar com vocês a minha vitória, pois venci o processo contra a escola e a escola irá ter que me pagar R\$ 25.000,00”. (DEPOIMENTO 22)

No caso de Lara aparece a dinâmica coletiva de um público que já sabe identificar problemas e propor soluções. Ao expor seu caso, a própria comunidade propôs a ação de processar a escola por ter constrangido sua filha.

Dentre os casos mais famosos de constrangimento de ateus em sala de aula – uma denúncia recorrente – está o caso do aluno Ciel. O caso dele ficou bastante conhecido após a

⁵⁸ Fala retirada da matéria “Orações obrigatórias afetam ateus e minorias religiosas na rede pública”, do O Globo (RIBEIRO, 2013)

publicação de um vídeo no *Youtube* denunciando sua professora por constrangê-lo. A notícia da Folha de São Paulo *Aluno ateu diz ser perseguido por não rezar na sala de aula* (GALLO, 2012) traz uma reportagem com a denúncia de Ciel, de Mirai/MG. O conflito ocorreu, pois, as aulas de geografia de Ciel iniciavam-se sempre com uma oração – e todos se levantavam e oravam, menos ele. Com o passar do tempo, ele nos conta, ele foi notado e confrontado pela professora. Ao se revelar ateu e reagir à professora afirmando a inconstitucionalidade daquelas orações, ela teria respondido “um jovem que não tem Deus no coração nunca vai ser nada na vida”. Ciel afirma que após o fato se sentiu perseguido, o que o levou a gravar uma dessas orações – a gravação termina com os alunos em coro dizendo: “e nos livrai do Ciel amém”. A denúncia foi feita à ATEA, e Sottomaior afirma ter cuidado do caso pessoalmente. Na notícia *Orações obrigatórias afetam ateus e minorias religiosas na rede pública*, do O Globo, retoma o caso e traz uma fala de Ciel, um ano após a denúncia: “Desconhecer que o Estado é laico é falta de estrutura da escola. As pessoas se reprimem normalmente e não têm a coragem que tive. Meu objetivo principal foi mostrar que, apesar de ser minoria, temos uma força grande” (RIBEIRO, 2013). A fala de Ciel coincide com o posicionamento da associação aqui apresentado: a ideia de que não é fácil se posicionar enquanto ateu, principalmente, por representarem uma minoria frente a uma maioria religiosa. Essa semelhança demonstra como a retórica da associação circula nas redes e sua capacidade de pautar a agenda da luta política.

Ao apresentar alguns casos de ativismo jurídico da ATEA este capítulo teve um caráter introdutório. Buscamos desenvolver aqui um duplo objetivo: apresentar a Associação brasileira de Ateus e Agnósticos em suas principais características e descrever seu ativismo jurídico para situarmos melhor algumas categorias e estratégias que aparecerão a seguir. Ele abriu espaço para muitas perguntas, principalmente em relação a ATEA, que mereceriam um trabalho à parte. Tendo em vista que este trabalho objetiva dar inteligibilidade ao ateísmo no Brasil de forma mais ampla, e não apenas aquele definido por essa associação e suas formas de atuação, deslocaremos no próximo capítulo nosso olhar para outra cena: a escola pública. Pensamos que observar como se dão as disputas em torno do ensino religioso nas escolas públicas nos oferecerá novos elementos para um desenho mais abrangente a respeito das formas de mobilização do que estamos denominando aqui de *sensibilidade ateuista*.

Capítulo 4 – O ateísmo e o ensino religioso como problema público

Nos dois primeiros capítulos procuramos demonstrar como opera o que denominamos de uma *sensibilidade ateísta* no Brasil através de uma dinâmica coletiva que compartilha julgamentos estéticos, morais, legais e políticos frente a uma mesma forma de problematização da religião – aferimos isso por meio de posicionamentos públicos (entrevistas, citações, depoimentos, debates), de pessoas que se apresentavam como ateus. Já no primeiro capítulo, procuramos demonstrar como a religião é construída como um problema por esse público; reunimos no capítulo as formas utilizadas para denunciar a religião: o que é a religião para este público, o que está reunido sob esta categoria, e o que está “errado” nela. Mas a luta contra a religião não se organiza apenas em torno de discurso; ela também produz um certo tipo de experiência. Assim, no capítulo seguinte, analisamos uma série de materiais que nos permitiu apreender como as pessoas produzem um campo de experiência coletiva: como se apresentam como ateus, como narram ter se tornado ateus, e como defendem o ateísmo em público frente a defensores da religião ou do pensamento religioso, isto é, como elaboram um modo comum de ver, dizer e fazer. Nesses capítulos demonstramos que essas ações possuem em comum dois movimentos: a deslegitimação da religião e a exaltação da ciência.

No terceiro capítulo, quase como uma introdução a este que se segue, mudamos nosso foco de análise que até então privilegiara a ação de pessoas independentes para as que atuam em nome de instituições que se pretendem como representantes dos ateus no Brasil. Com essa alteração de foco, passamos a analisar o posicionamento público do presidente da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos, Daniel Sottomaior. De suas falas, aferimos a sensibilidade de que o ateísmo constituiria uma minoria oprimida por uma maioria religiosa. A associação mobiliza-se através de um “ativismo jurídico” que media e representa ações judiciais em favor de uma agenda ateísta de “isonomia”. No presente capítulo escolhemos o debate em torno do ensino religioso para analisarmos de perto o posicionamento dessas instituições em relação ao Estado brasileiro.

A controvérsia em torno do ensino religioso nas escolas públicas é bastante vasta, tendo produzido robusta literatura que discute pedagogias, metodologias, constitucionalidades, historicidades e outros temas, além de envolver uma miríade de atores – pedagogos, pesquisadores, políticos, representantes religiosos, professores etc. Cada um desses temas, quando debatido em diferentes arenas formata o problema público de uma maneira específica.

Tendo em vista que nos interessa analisar neste capítulo a relação das lutas antirreligiosas com o campo jurídico, optamos por analisar o julgamento do Supremo Tribunal Federal relacionado com esta questão: a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº4439 impetrada pela Procuradoria Geral da República em 2010 – que defende a inconstitucionalidade do modelo confessional para o ensino religioso público. Para compreendermos a posição dos atores durante este momento da controvérsia, se faz necessário analisar outras duas arenas antecessoras, sendo o primeiro, a discussão a respeito do Acordo Brasil-Vaticano (2008), e o segundo, a Audiência Pública (2015) convocada pelo relator desta ADI, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso. São três momentos em que a Associação brasileira de Ateus e Agnósticos (ATEA) e a Liga Humanista Secular do Brasil (LiHS)⁵⁹ se posicionam frente a outras opiniões religiosas e seculares. E em cada arena denunciam o problema através de uma perspectiva que aqui estamos chamando de *sensibilidade ateaísta*. E pelo contraste observado entre as diversas posições procuraremos descrever como os atores ateus e seus defensores constroem, denunciam e propõem soluções para esse problema nas diferentes situações.

São dois os principais motivos de nossa escolha metodológica desse debate em torno do ensino religioso nas escolas públicas. O primeiro, uma razão estatística; o segundo, uma coincidência cronológica. A razão estatística diz respeito ao fato de a “escola” ser um dos principais palcos das ações jurídicas da ATEA, seja assessorando alunos constrangidos pela sua posição enquanto ateus, seja atuando contra a presença de símbolos e práticas religiosos nas escolas públicas. A coincidência cronológica remete ao fato desta ser a primeira grande ação oficial da ATEA. A instituição, como já mencionado no capítulo anterior, foi fundada em 2008, mesmo ano em que foi assinado o Acordo Brasil-Santa Sé, estopim das ações aqui analisadas. A pesquisadora Roseli Fischmann escreve o seguinte sobre esta participação:

“Assim, no contexto da atuação dos fundadores e ativistas da ATEA, parece ser possível dizer que a atuação do grupo indica que a própria articulação em torno da defesa da Constituição contra o acordo buscado pelo Vaticano com o Brasil auxiliou para que se fizesse essa definição de identidade institucional, ampliando a presença desse grupo nos debates em torno da laicidade. Cabe, também, supor que essa melhor e mais específica definição de identidade institucional resultará em mais constante e articulada presença de ateus e ateias no debate de temas ligados à presença religiosa na esfera pública e à polêmica questão do ensino religioso em escolas públicas. Esse grupo social tem particular significado por representar a impossibilidade absoluta de qualquer tipo de

⁵⁹ Não pudemos neste trabalho reconstituir o histórico de formação e atuação da Liga Humanista Secular do Brasil. Em suma, há muitas similaridades em relação a ATEA no que tange a *sensibilidade ateaísta*.

aliança do Estado com o campo religioso, se o Estado de fato pretender ser democrático, de Direito, e tratar todos os cidadãos e cidadãs como livres e iguais em dignidade e direitos.” (2009, p. 569)

E de fato esta ação deu o tom às ações da ATEA e seu ativismo jurídico.

Por essas razões, elegemos a controvérsia em torno do ensino religioso para analisarmos as aproximações e afastamentos discursivos que a ATEA e, conseqüentemente, a LiHS, têm em comparação a outras posições seculares. Buscaremos descrever a singularidade da construção de uma representação secular “ateísta”, e analisarmos como essas instituições organizam sua argumentação contrária ao modo como a religião é tratada no Brasil.

Se anteriormente demonstramos que a *sensibilidade ateísta* segue dois movimentos para criar a religião como problema e se construir enquanto público – a deslegitimação da religião e a exaltação da ciência –, aqui, no cenário de disputa institucional jurídico, outra estratégia aparece: a tentativa de construção dos ateus enquanto uma minoria vulnerável; e, portanto, como veremos frente ao Supremo Tribunal Federal, a ideia de “cidadãos de segunda categoria”.

Como dito acima, a controvérsia do ensino religioso público desdobrou-se no tempo em três arenas distintas. Entenderemos elas como arenas, pois são compostas por relações de conflito constrangidas por regras específicas. Elas são: (Arena 1) a mobilização de instituições e pessoas para denunciar o Acordo Brasil-Santa Sé, em 2008; (Arena 2) a audiência pública de 2015, convocada pelo ministro Luís Roberto Barroso, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI-4439) – motivada por uma denúncia ao artigo 11 do Acordo, referente ao ensino religioso; e por fim, (Arena 3) o julgamento da ADI no Supremo Tribunal Federal, em 2017, presidido pela Ministra Cármen Lúcia. Estas arenas serão analisadas a partir da presença e atuação da ATEA e da LiHS. O objetivo é analisar o discurso destas instituições – como elas denunciam o problema – a partir da comparação com as outras posições seculares presentes do debate, e em contraste com as posições religiosas. Assim, acreditamos que será possível entender como a ATEA e a LiHS se articulam na construção da posição do ateísmo na sociedade brasileira.

Antes da análise, para termos uma visão geral de como as arenas se encadeiam, faremos uma introdução apontando, em cada uma, quais atores participaram e descrevendo seus principais argumentos contra ou a favor; primeiramente, ao Acordo Brasil-Santa Sé, e em seguida, em relação à natureza do ensino religioso público – se ele pode ou não ser de modelo

confessional, isto é, ministrado por pessoas ordenadas por instituições religiosas, lecionando conteúdos doutrinários de uma ou mais religiões (inter-religioso).

Após essa introdução, será destinada uma seção para cada arena onde serão analisados de maneira mais extensa os principais argumentos mobilizados pelas partes⁶⁰. Inicialmente, esquadriharemos os discursos gerais contra e a favor, demonstrando como utilizam determinadas categorias para construção da argumentação; em seguida, analisaremos o posicionamento discursivo das instituições ateístas na disputa.

4.1 Visão geral da controvérsia

Em novembro de 2008, foi assinado, entre o presidente Luís Inácio “Lula” da Silva e o papa Bento XVI, um acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé “relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil” (BRASIL, Decreto nº 7107)⁶¹. O texto do Acordo Brasil-Santa Sé possui vinte artigos que, em suma, garantem uma segurança jurídica a diversas práticas já historicamente consolidadas da atuação da Igreja Católica no Brasil, por exemplo, o direito a atuação apostólica, o reconhecimento do seu patrimônio, artístico e cultural, a salvaguarda de seus locais de culto e símbolos (artigos 2, 6 e 7, respectivamente). Luiz Antônio Cunha (2009) traz uma leitura singular sobre o acontecimento em seu artigo *A educação na concordata Brasil-Vaticano*⁶². Para o autor, a mídia nacional não deu as devidas atenções à visita do presidente brasileiro ao papa, dando destaque a seu encontro com o presidente italiano Ítalo Berlusconi; enquanto a mídia internacional fez o inverso, deixando o encontro entre os chefes do executivo em segundo plano, pondo o encontro com o papa em destaque. Trago essa constatação do autor, pois ela também é notada com certa desconfiança pela pesquisadora Roseli Fischmann (2009) quando ela se propõe a analisar o Acordo. Essa falta de publicização do encontro será vista por

⁶⁰ Na arena 1, quatro artigos (CUNHA, 2009; FISCHMANN, 2009; GIUMBELLI, 2011; RANQUETAT JÚNIOR, 2010) nos ajudaram a compreender o contexto do Acordo Brasil-Santa Sé. Além disso, um conjunto de 33 documentos – editoriais, votos do congresso, notas institucionais oficiais e uma entrevista da ATEA com o relator do Acordo – compõe o material analisado. Na arena 2, serão analisadas as 31 posições presentes na audiência pública, que foi televisionada pela TV Justiça. Na arena 3, também televisionada pela mesma emissora, serão analisados os pareceres da Procuradoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União, das partes compostas por 16 instituições, e os votos do ministro relator da ADI e outros dez ministros.

⁶¹ O Acordo Brasil-Santa Sé pode ser lido na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm (último acesso 19/05/18)

⁶² Alguns autores, como Cunha e Fischmann se referem ao Acordo Brasil-Santa Sé como “concordata Brasil-Vaticano”. Concordata, por ser o termo comum utilizado para acordos bilaterais envolvendo Estado nacionais e o Vaticano. E “Brasil-Vaticano” por, segundo Cunha, Vaticano se referir a instituição política e “Santa Sé” a instituição religiosa. Assumimos no texto o nome “Acordo” e “Brasil-Santa Sé” por serem os termos presentes no decreto nº 7107 e por “concordata” aparecer em contextos pejorativos.

ambos os autores com desconfiança, e será utilizada como argumento para deslegitimar o Acordo.

No artigo *A proposta de concordata com a Santa Sé e o debate na Câmara Federal* (FISCHMANN, 2009), Fischmann traz algumas informações que nos ajudam a entender as articulações e disputas anteriores à assinatura⁶³. Num tom de desconfiança, a autora afirma que as discussões sobre o Acordo se iniciaram com uma convocação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação, no final do ano de 2006. Esta convocação, que fora cancelada, fez com que a pesquisadora publicasse um artigo no jornal Folha de S. Paulo denunciando um articulação “silenciosa, longe dos olhos da cidadania” (2009, p. 564). No jornal, a autora conta que o advogado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em um congresso, havia confirmado as intenções do governo brasileiro e do Vaticano de assinarem uma “concordata” já no ano de 2007 – período de visita do papa Bento XVI ao Brasil. Este artigo de jornal é importante, pois a autora afirma que a partir dessa denúncia criou-se uma mobilização contrária ao Acordo – entre o mês de novembro de 2006 a maio de 2007. Mobilizaram-se contrariamente ao Acordo, diversos movimentos sociais e alguns parlamentares, que buscaram caracterizar o Acordo, aproximando-o de acordos realizados com o Estado italiano de Benito Mussolini e com o Estado alemão de Adolf Hitler, e cobrar informações do Ministério das Relações Exteriores. Como resposta, segundo a autora, aliados políticos e setores da hierarquia religiosa da Igreja Católica buscaram abafar o caso.

A análise das articulações anteriores ao Acordo continua com Fischmann olhando para a tramitação dentro das instâncias estatais. A autora diz que os interessados no Acordo se valeram do fato de se tratar de um acordo internacional para tramitar suas negociações longe dos olhos da sociedade. Ainda assim, a autora diz surpreender-se que,

“[...], em tramitação tão longa, por tantas áreas [dez ministérios], por dois anos, jamais viesse a público o texto em negociação ou seu conteúdo, ficando entre poucos funcionários, submetidos à autoridade de seus superiores, nos ministérios envolvidos. Parece, pois, que a ausculta da sociedade civil jamais tenha sido considerada como sendo de relevo em processo tão grave, uma vez que nem foi mencionada na Mensagem de encaminhamento. No caso, por exemplo, do artigo 11 do texto firmado, que se refere ao ensino religioso em escolas públicas, tão longa é a tradição de debate no campo da educação, que é incompreensível que tenha sido desdenhada semelhante experiência e

⁶³ Basear-nos-emos, portanto, em seus escritos para demonstrar que a discussão a respeito do Acordo antecede ao material analisado, apesar da escolha deste trabalho em começar pela assinatura.

acúmulo reflexivo, tanto que chegaram a uma versão flagrantemente inconstitucional” (FISCHMANN, 2009, p. 572).

É somente no ano de 2009, com o Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG) como relator, que o acordo chega ao Congresso Nacional, que o sanciona por meio de um decreto legislativo (nº 698, posteriormente integrando, em 2010, a constituição na forma do decreto nº 7107).

Diversos atores neste momento da controvérsia se mobilizam para denunciar o Acordo. Os votos em separado⁶⁴, na Câmara dos Deputados, foram os dos deputado Pastor Pedro Ribeiro (PMDB/CE), deputado André Zacharow (PMDB/PR), deputado Ivan Valente (PSOL/SP), deputado Bispo Geraldo “Gê” Tenuta (PFL/SP) e deputado Hidekazu Takayama (PSC/PR) – cinco dos 28 deputados que constituíram a Comissão de Relações Exteriores. As instituições religiosas Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro, Colégio Episcopal da Igreja Metodista, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Batistas Paranaenses, Ile Asé Igbon de Ouro - Sociedade Ketu, Conselho de Pastores do Brasil, se posicionaram também contrárias ao Acordo. Como os autores (CUNHA, 2009; FISCHMANN, 2009; GIUMBELLI, 2011; RANQUETAT JÚNIOR, 2010) que se debruçaram sobre este caso notaram, este Acordo tem como maior interessado a Igreja Católica, sendo visto com desconfiança por outras instituições religiosas e sendo acusado, principalmente, de ferir o tratamento isonômico do Estado com relação às religiões, um dos principais fundamentos, segundo eles, do Estado laico. Outras instituições que se pronunciaram contrárias ao Acordo através de notas, foram o Conselho Nacional da Juventude, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Sociedade Brasileira de Sociologia, Centro Feminista de Estudos e Assessorias, a Associação Brasileira de Antropologia, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a União Nacional dos Estudantes, a Conferência Nacional de Educação do Município de São Paulo, o Conselho Federal de Serviço Social. O foco dessa análise, a Associação brasileira de Ateus e Agnósticos, terá seu posicionamento analisado a partir de uma entrevista entre Daniel Sottomaior, seu presidente, e o deputado relator Bonifácio de Andrada (PSDB/MG).

O Acordo foi denunciado de diversas formas, todas estruturadas em torno da acusação de que tal tratado fere a laicidade do Estado. A principal argumentação diz respeito à neutralidade do Estado. É cobrado dele um tratamento isonômico em relação às religiões. O Estado brasileiro estaria violando essa igualdade ao assinar um acordo com a religião católica. Principalmente, quando o próprio Estado justifica a legalidade desse acordo por envolver dois

⁶⁴ Voto em separado é o voto alternativo de parlamentar ao do relator de determinada matéria; no caso, contrário ao Acordo Brasil-Santa Sé, pois seu relator Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG) votou a favor.

Estados nacionais, sendo assim, entendido como um acordo internacional comum. Porém, como os atores levantam, a religião católica é a única que possui um Estado nacional para firmar acordos de tal natureza. O Acordo, portanto, concederia privilégios únicos à Igreja Católica. Como contrapartida, outras instituições religiosas se organizaram em torno do que ficou conhecido como “Acordão”, o projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009 – Projeto da Lei Geral das Religiões, conduzida pelo Deputado Federal George Hilton (PSB/MG), aprovado em 2016.

As vozes contrárias acusavam o acordo de inconstitucional de violar os artigos 3º, 4º, 5º, 15º, 16º e 19º da Constituição Federal. Os mais citados foram o 5º, que diz que todos somos iguais perante a lei, e o 19º, que é entendido pelos atores como principal item constitucional da laicidade brasileira⁶⁵:

“Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.” (BRASIL, Constituição Federal de 1988)

Este artigo constitucional será matéria de intensa disputa, principalmente a respeito da interpretação de seu parágrafo 1º. Aqueles contrários ao Acordo dirão que ele é inconstitucional, pois eles estariam mantendo “com eles [a Igreja Católica] ou seus representantes relações de dependência ou aliança”; os defensores, que há “interesse público”.

Dos vinte artigos que compõe o Acordo Brasil-Santa Sé, três foram citados durante os pronunciamentos contrários ao Acordo: o artigo 20⁶⁶, que se trata da assistência religiosa às forças armadas; o artigo 16, que exonera a Igreja de responsabilidades trabalhistas, ao

⁶⁵ Na tese *O princípio da laicidade da constituição de 1988* a advogada Joana Zylbersztajn defenderá que a laicidade brasileira é assegurada pela articulação do artigo 5º e do artigo 19º. Apesar de muitos juristas verem o 19º como o principal, pois é ele que diz sobre a separação da Igreja e Estado, Zylbersztajn diz que não devemos confundir a separação com a laicidade que são conceitos distintos (2012, p.5), o artigo 19º é “um aspecto que de maior definitividade a um aspecto de proteção jurídica da laicidade, mas que com ela não se confunde – uma vez que o princípio é mais abrangente e tem outra forma de construção no âmbito constitucional (2012, p.66)

⁶⁶ Esse artigo se refere a um acordo anterior entre o Brasil e o Vaticano, de 1989. Cunha no diz: “Em 23/10/1989, o governo brasileiro e o Vaticano firmaram uma concordata específica, visando a assistência religiosa às Forças Armadas, atividade que já existia havia décadas. A direção dessa assistência é exercida por um ordinário militar, com dignidade de Arcebispo, vinculado ao Estado Maior das Forças Armadas. A assistência, propriamente dita, é realizada nos quartéis, bases e navios por capelães militares remunerados pelo Estado brasileiro, conforme o posto como oficial da ativa.” (CUNHA, 2009, p. 265)

considerarem suas atividades como não geradoras vínculo empregatício, por serem “benéficas”; e, aquele que mobilizará as disputas aqui analisada, o artigo 11:

“Artigo 11

A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.

§1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação”. (BRASIL, Decreto nº 7107)

A palavra “confissões” constante na primeira linha do parágrafo único – “O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas” –, mobilizará os atores para, na forma de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, denunciar o Acordo, por entenderem que um ensino religioso confessional fere a laicidade do Estado. Os seus defensores dirão ao contrário, que o Acordo não fere a laicidade por ser facultativo e prever também, o ensino “de outras confissões religiosas”.

Os argumentos apresentados serão analisados de maneira mais detalhada mais adiante, em um tópico específico; mas é interessante adiantar que enquanto as partes discutem os privilégios de uns que não se estendem a outros, Daniel Sottomaior, presidente da Associação brasileira de Ateus e Agnósticos, durante sua audiência com o deputado Bonifácio de Andrada – relator do Acordo –, deixará claro que a posição da ATEA no debate é a extinção de qualquer privilégio dado a posições religiosas, mesmo que equânimes.

Como produto dessa mobilização contrária ao Acordo foi interposta uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (4439)⁶⁷, em 2010. Ela tem como tese que a única maneira do ensino religioso respeitar o caráter laico do Estado é sendo não-confessional. A ADI-4439 foi proposta pela Procuradora-Geral da República, Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira, acompanhada de representações formuladas por Waldermar Zveiter, ex-ministro do STF, e Daniel Sarmento, procurador regional da República – este último aparecerá na audiência pública e no julgamento

⁶⁷ O texto integral da ADI-4439 pode ser acessado em:
<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=635016&tipo=TP&descricao=ADI%2F4439>

no STF, representando a Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da UERJ. A ADI baseia sua afirmação no artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

“LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997) (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)” (BRASIL. Constituição Federal de 1988)

Esta lei prevê em seu *caput* que ao ensino religioso são “vedadas quaisquer formas de proselitismo” e, para os autores da ADI, a natureza confessional é uma dessas formas. Outro ponto que aparece de novidade, que não estava elencado nas oposições iniciais principais, é o entendimento de que a criança e o adolescente são vulneráveis e, por isso, a mera previsão de facultatividade do ensino religioso não asseguraria a defesa contra constrangimentos. Assim, muitas crianças e adolescentes frequentariam aulas ministradas por representantes de outra religião que não a sua, perpetuando o carácter proselitista da natureza confessional, e ferindo a liberdade religiosa – prevista do artigo 5º parágrafo VI da Constituição Federal que diz que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL. Constituição Federal de 1988).

Dois anos depois, foi formada, junto a ADI, uma *amicus curiae*⁶⁸ composta inicialmente pelas seguintes instituições: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Conectas Direitos Humanos; Ecos – Comunicação em Sexualidade; Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos direitos da mulher; Plataforma Brasileira de Direitos Humanos

⁶⁸ *Amicus Curiae* significa “Amigos da corte”; é uma figura jurídica formada por pessoas ou instituições que são acionadas voluntariamente ou por provocação com o fim de oferecer esclarecimentos a respeito de determinada questão.

Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Outras instituições que não assinaram o texto da *amicus curiae* mas aparecem como interessadas em compor a *amicus curiae* são: o Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB Nacional) e a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), estas três favoráveis ao ensino confessional, portanto, contrárias a ADI; outras duas instituições favoráveis a ADI pediram integração, a Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro e o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER). Estas instituições, dentre outras, farão parte da Audiência Pública, que se realizaria em 2015. Neste texto de 2012, as instituições assinantes defendem que o artigo 11 do Acordo Brasil-Santa Sé viola a laicidade, dando ênfase aos pontos estruturais do texto da ADI.

Foi convocada uma audiência pública pelo relator ministro Luís Roberto Barroso⁶⁹, entre o julgamento da ADI e sua promulgação. Esta foi televisionada pela emissora TV Justiça, no dia 15 de junho de 2015 (ADI-4439, 2015).

Segundo o regimento interno do Supremo Tribunal Federal, uma das atribuições do relator é “convocar audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em determinada matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral ou de interesse público relevante” (BRASIL. Supremo Tribunal federal. Regimento Interno. 2016). Por isto, a sociedade civil foi convocada para dar depoimentos a respeito da tese em questão: se o ensino público pode ter natureza confessional. O ministro Barroso, durante a audiência, afirma que houveram 227 inscrições, destas, 31 instituições foram escolhidas para se posicionarem. “A pretensão dessa audiência pública era precisamente ser um espaço em que a multiplicidade de divisões existentes na sociedade brasileira pudesse ser exibida cada um com a sua convicção, cada um com a sua veemência e todos merecem igual respeito e consideração”, afirma o ministro durante a sessão (ADI-4439. Audiência pública).

Participaram da audiência pública votando⁷⁰ a favor da ADI as seguintes instituições: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), representada por Roberto

⁶⁹ A relatoria fora distribuída inicialmente para o ministro Ayres Britto (02/08/2010). Este foi substituído pelo ministro Luís Roberto Barroso, em 26 de junho de 2013, mediante sua aposentadoria. A visão geral sobre o andamento do processo pode ser acessada no seguinte endereço: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=3926392>

⁷⁰ Durante a audiência o voto não é sempre revelado explicitamente. A presente atribuição se refere a como o ministro Luís R. Barroso contabilizou os votos. Tal conta é revelada durante a sessão de julgamento (ADI-4439a, 2017). Em vista disso, é importante notar um descompasso que aparece ao compararmos os discursos proferidos durante a sessão com a forma que o voto foi contabilizado. Por exemplo, o seguinte trecho da fala da Convenção

Franklin de Leão; Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), representada por Eduardo Deschamps; Confederação Israelita do Brasil (CONIB), representada por Roseli Fischmann; Convenção Batista Brasileira (CBB), representada por Vanderlei Batista Marins; Federação Espírita Brasileira (FEB), representada por Alvaro Chrispino; Igreja Assembleia de Deus - Ministério de Belém, representada por Abiezer Apolinário da Silva; Liga Humanista Secular do Brasil (LIHS), representada por Thiago Gomes Viana; Sociedade Budista do Brasil (SBB), representada por João Nery Rafael; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, representada por Salomão Barros Ximenes; AMICUS DH - Grupo de Atividade de Cultura e Extensão da Faculdade de Direito da USP, representada por Virgílio Afonso da Silva; Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, representada por Debora Diniz; Associação Nacional de Advogados e Juristas Brasil-Israel (ANAJUBI), representada por Carlos Roberto Schlesinger; Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE), representada por Wilhelm Wachholz; Centro de Raja Yoga Brahma Kumaris, representada por Cleunice Matos Rehem; Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da UERJ, representada por Daniel Sarmento; Comissão Permanente de Combate às Discriminações e Preconceitos de Cor, Raça, Etnia, Religiões e Procedência Nacional, representada por Carlos Minc Baumfeld; Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, representada por Gilbraz Aragão; Conectas Direitos Humanos, representada por Oscar Vilhena Vieira; Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação, representada por Luiz Roberto Alves; Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), representada por Leonel Piovezana; Igreja Universal do Reino de Deus, representada por Renato Gugliano Herani; Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), representada por Gilberto Garcia; Observatório da Laicidade na Educação (Olé), em conjunto com o Centro de Estudos Educação & Sociedade, representada por Luiz Antônio Cunha.

E, votaram contrários a procedência da Ação, as instituições: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), representada por Antônio Carlos Biscaia; Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (FAMBRAS), representada por Ali Zoghbi; Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro (FENACAB) em conjunto com Federação de Umbanda e Candomblé de

Nacional das Assembleias de Deus Madureira: “A CONAMAD reafirma sua vocação republicana de que a escola pública não deve ser ambiente para propagação de ensino religioso quer seja confessional ou não confessional”. Nesta citação, a CONAMAD se posiciona contrária ao ensino religioso nas escolas públicas, porém seu voto é contabilizado pelo relator como contrário a Ação Direta de Inconstitucionalidade. Infelizmente, devido ao escopo da pesquisa, não pudemos nos aprofundar na investigação de cada posicionamento.

Brasília e Entorno, representada por Antônio Gomes da Costa Neto; Convenção Nacional das Assembleias de Deus - Ministério de Madureira (CONAMAD), representada por Ivan Bomfim da Silva, substituindo o Bispo Manoel Ferreira; Arquidiocese do Rio de Janeiro, representada por Luiz Felipe de Seixas Corrêa; Associação Inter- Religiosa de Educação e Cultura (ASSINTEC), representada por Elói Correa dos Santos; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Frente Parlamentar Evangélica, representada pelo Deputado Marco Feliciano (ausente), lida pelo consultor da Câmara dos deputados Manuel Moraes; Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família, representada pelo Deputado Ronaldo Fonseca.

Das 31 posições apresentadas na audiência pública, vinte e três⁷¹ instituições se posicionaram a favor da Ação Direta de Inconstitucionalidade, isto é, defendiam que o ensino religioso nas escolas públicas não pode ser de modelo confessional; contrárias a essa ação, foram oito.

A abertura da audiência pública foi feita pelo ministro Luís Roberto Barroso⁷², o relator da ADI, iniciando-se com um agradecimento pela participação de todos e afirmando a importância da discussão a respeito do ensino religioso nas escolas públicas para toda a sociedade brasileira. Apresentou o tema a ser debatido como sendo “a natureza do ensino religioso nas escolas públicas” e as duas posições, a respeito dessa questão: (1) “a possibilidade do ensino ser confessional, ligado a uma determinada religião e ministrado por representantes dessa religião” e (2) “o ensino nas escolas públicas não pode ser confessional, não pode ser ligado a uma religião, deve ser um ensino de natureza histórica”.

O relator circunscreve a discussão a partir de três dispositivos constitucionais: o artigo 5º, inciso VI; o artigo 19º, inciso I; e o artigo 210, parágrafo 1º, sendo ele:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

⁷¹ Durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal, o ministro relator afirma que foram vinte e uma instituições que votaram a favor da ADI, entretanto cita 23 nomes. Totalizando assim, somado as oito posições contrárias, as 31 posições ouvidas.

⁷² Todas as citações entre aspas que forem referidas ao ministro Barroso, neste ponto da análise, podem ser conferidas na íntegra no link: <https://www.youtube.com/watch?v=mNrmjzN5-c> (ADI-4439. Audiência pública)

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. (BRASIL. Constituição Federal de 1988)

Além disso, foram questionados dois diplomas legais: o artigo 33 da LDB e seus parágrafos 1º e 2º; e o artigo 11 do decreto nº 7107 (Acordo Brasil-Santa Sé). Finalmente, o relator enquadra a Audiência no marco teórico-político do funcionamento de uma sociedade democrática. Diz ele:

“A democracia contemporânea tem três dimensões: a primeira dimensão, que a dimensão de uma democracia representativa, é a do voto, a dos representantes que são eleitos para tomarem as decisões políticas. A segunda dimensão da democracia contemporânea é uma dimensão substantiva pela qual o papel do Estado e da sociedade é proteger os direitos fundamentais das pessoas, inclusive os direitos das minorias. E a terceira dimensão da democracia contemporânea é a dimensão deliberativa, aquela que é feita do debate público e da apresentação de razões para que prevaleçam no espaço público as melhores razões pautadas e escolhidas de acordo com a razão pública. Portanto, a democracia contemporânea é feita de votos, de direitos e de razões. Portanto, nessa audiência pública e na decisão que pretendo produzir e submeter ao plenário, nós estamos procurando o melhor equilíbrio possível, entre esses três elementos, entre esses três componentes”. (ADI-4439. Audiência pública)

Após essa explicitação do marco político-jurídico que delimita as regras do debate naquela arena, o relator informa que para o debate foram convidados representantes de “todas as religiões ou escolas de pensamento religioso no Brasil”. É interessante observar que a audiência foi dividida em duas partes: a primeira, matutina, na qual foram ouvidos os “representantes das religiões”; a segunda, vespertina, na qual falaram “representantes de instituições leigas, instituições educacionais e diversas outras que se inscreveram”⁷³.

A sessão é iniciada tendo cada parte quinze minutos para expor suas considerações a respeito dessa questão. Os representantes vão até um púlpito localizado à esquerda da bancada da relatoria, para declararem suas posições. São falas sem interrupções, salvo poucos momentos

⁷³ Apesar dessa separação duas instituições “educacionais” abrem a sessão, são elas, a CNTE e a CONSED. Outro fato notável é que a LiHS, representando os ateus, se pronuncia na parte matutina, junto a outras posições “religiosas”. Este processo foi alvo de críticas da Associação brasileira de Ateus e Agnósticos, por considerar o ateísmo como uma posição religiosa. A ATEA critica a utilização da definição do filósofo americano Richard Rorty – um crítico do ateísmo – e nega que o ateísmo seja uma posição religiosa: “ateísmo é uma posição religiosa tanto quanto “careca” é uma cor de cabelo, tanto quanto “saúde” é uma forma de doença, tanto quanto “silêncio” é um tipo de som, e assim por diante. Ou seja: a indicação de ateísmo serve (quase sempre) para indicar a ausência de posição religiosa, mas isso não quer dizer que seja uma posição religiosa per se”. (ATEA, 2010)

que o relator interfere com algum comentário. Ao final de cada exposição, o relator agradece, tece poucos comentários ou já anuncia o próximo expositor.

É importante ressaltar que durante a audiência, ambas posições, contra ou a favor da ADI, defendem a laicidade do Estado, afirmando sua importância. Aqueles que são contra a ADI, defendem que o ensino confessional não viola a laicidade; e os a favor da ADI, dizem o contrário. Portanto, não é o princípio da laicidade enquanto tal que está em disputa - ambos concordam que ele deve ser preservado -, mas sim, o entendimento de sua relação com o “ensino confessional”. Os argumentos orbitam, conseqüentemente, em torno da extensão das fronteiras da laicidade: visam responder se e como a possibilidade de escolha é suficiente para garanti-la ou não.

Ao observarmos os diferentes argumentos que se referem à relação entre o ensino religioso e a laicidade do Estado, pode-se perceber que, no debate, as principais categorias acionadas pelos defensores da ADI foram: “diversidade”, “criança e adolescente”, “ateus” e “liberdade religiosa”. Essas quatro categorias foram mobilizadas com o fim de demonstrar como o artigo 11 do Acordo violaria a constituição, não abrangendo as religiões de forma isonômica, uma vez que, nem todas possuiriam estrutura para integrarem o ensino público. Para esses atores o ensino confessional colocaria em risco a formação da criança e do adolescente, tidos como vulneráveis, e a liberdade religiosa dos alunos constringendo, principalmente, aqueles que professam religiões minoritárias ou nenhuma.

Os contrários a ADI defendem, principalmente, o valor do ensino religioso, ligando-o a formação ética e moral das pessoas. Em defesa do ensino confessional, argumentam que o próprio ensino religioso, embora previsto na Constituição, estaria em risco em função do avanço desmedido do “materialismo pessimista” nas escolas. E se o ensino religioso está previsto na constituição, é porque o constituinte o teria concebido como confessional – a única forma de entender “ensino religioso”, pois não existiria religião “aconfessional”.

Em relação ao Estado laico, os atores que se posicionam contrariamente à ADI afirmam que laicidade não é sinônimo de ateísmo e que, portanto, o Estado laico não seria equivalente de um Estado Ateu. Segundo essa lógica, a laicidade não implicaria na necessidade de retirar a religião “por completo” das escolas públicas. Ainda sobre a laicidade, os argumentos evocam a ideia de que a população em geral é religiosa e que o ensino confessional atenderia essa demanda – “vontade da comunidade” –, independentemente de o Estado ser laico. Também argumentam que o ensino religioso público atenderia a uma parcela da sociedade que gostaria

que seus filhos tivessem uma formação religiosa, mas não teriam recursos financeiros para matricula-los em uma instituição privada.

Após todas as falas, o ministro Barroso encerrou a sessão agradecendo aos expositores e enaltecendo a qualidade do debate que lhe teria fornecido subsídios para que ele estruturasse seu parecer a respeito do tema, enquanto relator do processo. Ressaltou a complexidade da decisão que teria que tomar, uma vez que é difícil estabelecer com exatidão o papel da religião numa sociedade “aberta”, “democrática” e “multicultural”; também reconheceu o valor da religião como “expressão cultural” e sua relevância no mundo moderno. Por fim, reafirmou que as posições apresentadas no debate representam uma amostra de “todos os pensamentos que há na sociedade brasileira, majoritários e minoritários”, e resumiu-os em uma lista na qual estavam incluídos os pensamentos “católico”, “protestante mais tradicional”, “evangélico neopentecostal”, “do islamismo”, “do budismo” e “do humanismo ateu”.

Dois anos após a audiência pública, a Ação Direta de Inconstitucionalidade-4439 foi julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal, então sob a presidência da Ministra Cármen Lúcia, sendo seis votos contra a ADI e cinco a favor. Este julgamento foi televisionado pela emissora TV Justiça. (ADI-4439. Pleno)

Este julgamento ocorreu em quatro sessões. No dia 30 de agosto de 2017, as partes – Procuradoria Geral da República (autor) e Advocacia Geral da União – e a *Amicis Curiae* – 16 instituições – apresentaram seus posicionamentos à corte; nesse mesmo dia, o ministro Luís Roberto Barroso proferiu seu voto como relator; no dia 31, foram proferidos os votos dos ministro Alexandre de Moraes, ministro Edson Fachin, ministra Rosa Weber e ministro Luiz Fux; no dia 21 de setembro, os votos dos ministro Gilmar Mendes, ministro Dias Toffoli e ministro Ricardo Lewandowski; por fim, no dia 27, os votos dos ministro Marco Aurélio, ministro Celso de Mello e ministra presidente Cármen Lúcia.

No julgamento, o STF teve como objetivo julgar a procedência da ADI-4439. O pregão foi iniciado por uma fala curta da Ministra Cármen Lúcia, que presidia o Supremo, anunciando o autor da ação, o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot e “os interessados, o congresso nacional, a presidência da República, a CNBB e diversos *Amicus Curiae*”⁷⁴(ADI-4439a. Pleno). Após isso, palavra foi passada para o ministro relator Luís Roberto Barroso que introduziu o

⁷⁴ Todas as breves citações indicadas por aspas dessa sessão que se referirem ao julgamento do STF podem ser conferidas no link: <https://www.youtube.com/watch?v=aONS5Z3Jzpw> e suas partes subsequentes (ADI-4439. Pleno).

objeto de discussão. O relator anunciou que a tese a ser julgada, ajuizada pela Procuradoria Geral da República, é “que o ensino religioso nas escolas públicas, somente pode ter natureza não-confessional, com proibição de professores na qualidade de representantes das confissões religiosas” e por confessional é entendido “o ensino vinculado a uma específica religião que visa divulgar dogmas e crenças daquela religião e ministrado por representantes destas”. A tese contrária a ADI possui três fundamentos: (1) A constituição admite as três modalidades de ensino: confessional, não-confessional e interconfessional; (2) A facultatividade é suficiente para assegurar o não proselitismo; (3) Se o ensino fosse aconfessional não haveria razão para ser facultativa (ADI-4439a. Pleno).

Após essa introdução da relatoria as partes e a *amicus curiae* se posicionaram frente a matéria.

O advogado Rodrigo Janot, representando a Procuradoria Geral da República, portanto, autor desta ação, fundamentou sua posição a favor da ADI baseando-se na “fragilidade da criança”. Esta não poderia ser exposta a fundamentos confessionais e lidar autonomamente com eles. Em seguida, falando pela presidência da república e pelo congresso nacional, a Advogada Geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, defendeu a não procedência da ação, em uma fala que buscou diferenciar “ensino religioso” de “ensino da história das religiões”, sendo o primeiro previsto na constituição; diferencia “laicidade” de “laicismo”, sendo que este último não atenderia o interesse público: “O que implica a laicidade do Estado? Que ele virou as costas a fé, a relação do homem com deus?” e termina com “o que mais fortalece a democracia?”, apontoando que a força da democracia está na inclusão e não na exclusão de religiosos (ADI-4439a. Pleno).

Após as partes, a Ministra Cármen Lúcia anunciou o início das falas dos advogados representantes da *amicus curiae*. Devido a quantidade de posições o tempo regimentar foi dobrado, tendo cada um dos sete advogados 4 minutos e 30 segundos, totalizando 30 minutos de posicionamentos a favor da ADI; e 7 minutos e 30 segundos para cada uma das quatro partes contrárias a ADI. Assim, os tempos de posicionamentos contra e a favor foram iguais.

A favor da ADI foram dez instituições, representadas por sete advogados⁷⁵: Clínica de Direitos Fundamentais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, representada pelo Adv.

⁷⁵ Os advogados que falaram em nome das instituições durante o julgamento foram diferentes dos anunciados oficialmente pelo site do STF. Segue a lista divulgada: Clínica de Direitos Fundamentais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, representada pelo Adv. Wallace de Almeida Corbo; Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), representada pelo Adv. Joelson Dias; Liga Humanista Secular do Brasil (LiHS),

Daniel Sarmento; Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), representada pelo Adv. Leonardo Almeida Laje; Liga Humanista Secular do Brasil (LiHS), representada pelo Adv. Túlio Lima Vianna; Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, representada pela Adv. Lígia Gil Guimarães; Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (Atea)*, representada pela Adv. Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro; Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper), representada pelo Adv. Fabrício Lopes Paula; Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem)**; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação**, Ecos - Comunicação em Sexualidade**, Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca Brasil)**, representada pela Adv. Nathalie Fragoso e Silva.

Contra a ADI, seis instituições representadas por quatro advogados⁷⁶: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), representada pelo Adv. Fernando Neves da Silva; Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec)*, representada pelo Adv. Hugo José Sarubbi Cysneiro de Oliveira; Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)*, representada pelo Adv. João Agripino de Vasconcelos Maia; União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro (Ujucarj)*, União dos Juristas Católicos de São Paulo (Ujucasp)*, e a Associação dos Juristas Católicos do Rio Grande do Sul*, representada pelo Adv. Paulo Henrique Cremoneze. Desta vez, todos os posicionamentos contrários apresentados durante a sessão são braços da Igreja Católica, confirmando o protagonismo da instituição religiosa no interesse sobre o ensino religioso no país.

Começando pela *amicus curiae*.

representada pelo Adv. Túlio Lima Vianna; Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, representada pela Adv. Lígia Gil Guimarães; Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (Atea), representada pela Adv. Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro; Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper), representada pelo Adv. Fabrício Lopes Paula; Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, Ecos - Comunicação em Sexualidade, Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca Brasil), representada pelo Adv. Salomão Barros Ximenes.

*Associações que não participaram da audiência pública de 2015.

** Associações que assinaram como *Amicus Curiae* o documento de Ação Direta de Inconstitucionalidade de 2010.

⁷⁶ Os advogados que falaram em nome das instituições durante o julgamento foram diferentes dos anunciados oficialmente pelo site do STF. Segue a lista divulgada: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), representada pelo Adv. Fernando Neves da Silva; Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec), representada pelo Adv. Felipe Inácio Zachet Magalhães; Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), representada pelo Adv. Hugo Sarubbi Cysneiros de Oliveira; União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro (Ujucarj), União dos Juristas Católicos de São Paulo (Ujucasp), e a Associação dos Juristas Católicos do Rio Grande do Sul, representada pelo Adv. Ives Gandra da Silva Martins.

Ao construírem o ensino confessional como uma ameaça a laicidade, e, portanto, ao defenderem o prosseguimento da ação, as instituições favoráveis ao ADI utilizaram, principalmente, a denúncia dos efeitos sobre a “criança e o adolescente” através da categoria “discriminação” e a defesa da “liberdade religiosa” e da “tolerância”. O ensino confessional colocaria em risco as “crianças e adolescentes” aos expô-las a formas de pensamentos que discriminariam aqueles que não creem, os que creem em outras confissões, e os que tem uma opção sexual diferente. Assim, colocaram as crianças pertencentes a “minorias” – religiosas e sexuais – como as principais prejudicadas por um ensino de tal natureza.

As instituições católicas, contrárias ao prosseguimento da ADI, afirmam que não é da competência do Judiciário ajuizar sobre o ensino religioso – ou por ser competência dos poderes representativos, ou por, assim, ferir a neutralidade do Estado. Defenderam que ensinar religião é ensinar a “tolerância”, ao contrário do que fora afirmado pelos apoiadores da ação. Se apoiaram no preâmbulo da Constituição que a põe sob proteção de Deus:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, *sob a proteção de Deus*, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.” (BRASIL. Constituição Federal de 1988, grifo meu)

Como mencionado acima, o resultado final da votação foi uma apertada vitória dos que foram contrários à ADI, seis deles contra cinco a favor da Ação Direta. Contrários foram: o ministro Alexandre de Moraes, o ministro Edson Fachin, o ministro Gilmar Mendes, o ministro Dias Toffoli, o ministro Ricardo Lewandowski e a ministra presidente Cármen Lúcia. Votam a favor da ADI, o ministro relator Luís Roberto Barroso, a ministra Rosa Weber, o ministro Luiz Fux, o ministro Marco Aurélio e o ministro Celso de Mello. Ao analisarmos o conteúdo dos votos pode-se perceber que, ao contrário do que fora definido para falas da *amicus curiae*, não houve aqui uma métrica estabelecida para os votos dos ministros. Assim, temos votos curtos, como a da presidência que durará menos de quinze minutos, e longos, como o do ministro Celso de Mello, com mais de uma hora e meia de duração.

Ao afirmarem a laicidade do Estado todos os ministros colocaram em operação as seguintes categorias: pluralidade, diversidade, tolerância, liberdade religiosa e neutralidade.

Embora com distintas ênfases, todos mobilizaram esses conceitos para defender seus votos. A mais disputada dentre elas foi a noção de “neutralidade”. Os contrários a ADI, pautaram seus votos na premissa de que um Estado neutro em relação a religião, portanto, laico, não pode definir o que é religião – embora inscrita na Constituição não cabe ao Estado definir seu conteúdo. Os favoráveis a ADI afirmam que a “neutralidade” estatal pode ser aferida pelo modo como este se alia a uma ou outra religião, financiando-as com recursos próprios, deixando de ser isonômico em relação ao tratamento com as diversas confessionalidades.

Para os ministros, contrários ou a favor da ADI, as categorias acima se relacionam diretamente com a questão a ser julgada: se o ensino religioso pode ser confessional. Os ministros que votaram a favor da ADI ressaltam o ônus financeiro para Estado e os possíveis constrangimentos à liberdade religiosa da criança e do adolescente. Os contrários a ADI afirmam que a “facultatividade” assegura quaisquer possíveis danos ou constrangimentos; fizeram questão também de afirmar o valor da religião como parte da sociedade, seja em sua formação ou por ser compartilhado pela maioria.

Procuramos até aqui dar uma visão geral sobre as três arenas que compõem este processo político. As próximas três sessões procurarão demonstrar como a ATEA e a LiSH denunciaram como um problema, a presença da religião no espaço público, isto é, fora de seu domínio próprio, o privado. Apontaremos a seguir suas estratégias argumentativas e a solução que procuraram dar à questão.

4.2 O Acordo Brasil-Santa Sé e o problema da isonomia

Descrevemos acima como o problema foi constituído a partir da sensibilidade de que o Acordo Brasil-Santa Sé não respeitava os princípios democráticos e decretava artigos que iriam de encontro com a Constituição Federal de 1988. O material⁷⁷ a ser analisado nesta sessão que visa descrever suas dinâmicas de mobilização, reúne posicionamentos de diversas instituições e atores seculares e religiosos. Cada um à sua maneira denunciou o Acordo como incompatível com um Estado Laico. O esforço dessa sessão será, não tanto analisar individualmente cada posição, mas sobretudo buscar as regularidades da denúncia. Assim, como já anunciado

⁷⁷ O material selecionado para essa primeira sessão deriva principalmente de uma seleção prévia realizada pelo Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ) e pode ser acessado por esse link: <http://www.edulaica.net.br/165/concordata/concordata-brasilvaticano/dimensao-politica/> (último acesso 19/05/18)

anteriormente, nosso objetivo será comparar os posicionamentos acima descritos com a denúncia apresentada neste estágio por uma das instituições ateístas aqui analisadas, a Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos.

O público formado em torno desse problema se organiza em torno do propósito de denunciar o Acordo Brasil-Santa Sé acusando-o de ferir “a Constituição Federal – artigo 19, ao alterar o regime jurídico da relação entre o Estado brasileiro e as religiões, *ao romper com o princípio da laicidade do Estado* e demais princípios conexos” (CARDIERI, Ligia, 2009, grifos meus), como afirma, em nota, Ligia Cardieri, secretária executiva da Plataforma DhESCA, uma das cinco instituições que assinarão a *amicus curiae* da ADI-4439. Uma série de estratégias serão acionadas para provar este ponto.

Cabe pontuar que a forma da denúncia acabou por limitar o escopo de atuação dos atores à arena dos três poderes. Embora tivessem como objetivo a mobilização de um público mais amplo, principalmente quando utilizaram meios de comunicação de massas como forma de publicização, não lançaram mão de tentativas de ocupação da rua, por exemplo, ou qualquer outra forma de ação para além dos meios políticos institucionais, como solução para a problemática. Durante os posicionamentos as autoridades políticas legislativas e executivas foram convocados a intervir e participar do jogo que garantiria “a pluralidade de religiões e crenças, sem aceitar interferência de nenhuma delas para estabelecer tratamento privilegiado” (CARDIERI, Ligia, 2009, grifos meus).

No processo de problematizarem o Acordo, questionaram sobretudo sua compatibilidade com a laicidade do Estado. No congresso, em seu voto em separado, o deputado Pastor Pedro Ribeiro (PMDB/CE), por exemplo, afirmou: “em termos práticos, a ratificação do Acordo poderá ser interpretada como *um enfraquecimento do caráter laico* do Estado brasileiro” (BRASIL, 2009c, grifos meus). O mesmo faz o deputado André Zacharow: “o Estado brasileiro *se pretende laico* e, como tal, não pode estabelecer acordo com igrejas de qualquer ordem” (BRASIL, 2009a, grifos meus), assim como os outros cinco deputados que votaram contra a ratificação do Acordo, dos 28 deputados que constituíam a Comissão de Relações Exteriores.

A denúncia também foi formulada nos editoriais da Folha de S. Paulo e outros jornais da seguinte maneira. “A Constituição veda alianças entre o poder público e confissões religiosas. Essa proibição, que *traduz o princípio da laicidade do Estado*, é suficiente para que os

congressistas recusem a Concordata com o Vaticano” (SEM privilégios, 2009), o que não ocorreu.

As notas publicadas por instituições religiosas também ressaltaram a ruptura com o princípio de laicidade. Tomo como exemplo o posicionamento do Ile Asé Igbín de Ouro - Sociedade Ketu, entidade membro da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, que escreve “a pactuação entre tais partes [Brasil e Vaticano] independente da redação, já *põem em questionamento o princípio da laicidade*, uma vez que as questões que estão em pauta, se referem a relação entre o Estado e a Igreja” (ILE ASÉ IGBIN DE OURO – SOCIEDADE KETU, 2009, grifos meus). As entidades não se contentaram apenas em apontar que o Acordo contrariava o princípio de laicidade, procuraram demonstrar em quais aspectos o princípio era atingido. Ao analisar todos os 33 documentos lançados, podemos constatar uma regularidade no entendimento dessa violação. Para demonstrar os efeitos danosos do Acordo e esclarecer de que modo o princípio da laicidade não fora respeitado, os atores articularam à denúncia as categorias “isonomia”, “liberdade religiosa” e “discriminação”. Através da articulação dessas categorias, os atores buscaram impedir o avanço dessa matéria.

Quando mencionaram a “isonomia”, os atores procuraram destacar a parcialidade do Estado no tratamento com as instituições religiosas, denunciando o modo como concede “privilégios” a apenas uma delas, a Igreja Católica. O Conselho Interdenominacional de Pastores do Brasil, em nota, afirmou que “a nossa nação não pode firmar aliança com qualquer credo religioso, ferindo o princípio da laicidade, inclusive com a quebra da isonomia nacional” (CIMEB, 2009). Aqui evidencia-se que a crítica ao Acordo concebe como uma ruptura com a laicidade, não o Acordo ele mesmo, mas sim sua unilateralidade, o fato de que suas prerrogativas não se estendem à outras religiões. O presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, reverendo Roberto Brasileiro Silva escreveu que o “ACORDO, portanto, é INCONSTITUCIONAL e não pode prosperar num Estado Democrático de Direito, pois fere a cláusula pétrea da Constituição da República no caput do Artigo 5º, ou seja, o princípio Constitucional da ISONOMIA” (SILVA, Roberto, 2009). O pastor Hilquias da Anunciação da Paim (2009), em nome da Convenção Batista Paranaense, falou em “privilégios” cedidos a uma “religião específica”; inclusive, o deputado Bispo Gê Tenuta fez uma ressalva em seu voto em separado:

“Contudo, caso haja consenso na aprovação desse Acordo, registro meu *voto com ressalva* para que se possa garantir *o princípio da isonomia* nas

relações do Estado brasileiro com as demais entidades religiosas não católicas, do que esta Comissão deverá assegurar e *garantir às mesmas as prerrogativas previstas no Acordo em comento*”. (BRASIL, 2009b, grifos meus).

Essa questão da “isonomia”, como vimos na sessão anterior, foi “solucionada” na forma do projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009 – Projeto da Lei Geral das Religiões, conduzido pelo Deputado Federal George Hilton, após forte pressão da Frente Parlamentar Evangélica. Mas também essa segunda articulação em torno do “acordão”, foi denunciada em algumas das notas de outros atores tais como os Conselhos Regionais e Federal de Serviço Sociais (CFESS e CRESS, 2009), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 2009), o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil (SILVA, Roberto, 2009) e o editorial de Evandro Ebóli, no jornal O Globo (ÉBOLI, E. 2009).

Mas prossigamos na análise de como a categoria “isonomia” se articula como estratégia para a denúncia.

Não foram somente as instituições religiosas que apontaram a ausência de tratamento igualitário no Acordo aprovado. O Conselho Nacional de Juventude (CONJUBE) sublinha a importância da “isonomia” como um dos princípios da laicidade e da neutralidade do Estado:

“Na democracia, os cidadãos têm o direito de expressar livremente suas opiniões e exercer livremente seus credos. E o que assegura tal liberdade é exatamente *a laicidade do Estado*. Somente um Estado não-religioso pode *garantir a liberdade de credo* do seu povo. Para isso, deve primar pela neutralidade, sem privilégio desta ou daquela religião, tratando todos os seus filhos com *isonomia*”. (CONJUBE, 2009, grifos meus)

Esta nota do CONJUBE demonstra como as categorias “isonomia”, “laicidade” e “liberdade de credo” são articuladas. A denúncia é formulada não apenas apontando como o Acordo fere a Constituição – em seu artigo 5º –, mas, também, enfatizando os riscos que a sociedade corre quando o Estado se associa a uma religião específica.

A questão da “liberdade religiosa” também foi associada à problemática pelos atores. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em assembleia deste período, aprovou uma moção afirmando que o Acordo estava “ferindo o princípio da laicidade do Estado brasileiro e demais princípios conexos, como a liberdade de consciência, de crença e de culto” (SBPC, 2009). Luiz Antônio Cunha, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Observatório da Laicidade do Estado, fez um apelo para que os deputados não

homologassem o Acordo em nome “da plena liberdade de crença e de culto – de todas as formas de crer e não-crer e de todos os cultos – em nosso país” (CUNHA, 2009).

A categoria “liberdade” é utilizada principalmente por aqueles que dão destaque ao modo como o Acordo incide sobre o ensino público. A nota do presidente nacional do Partido Popular Socialista (PPS), Roberto Freire, exemplifica bem como as categorias citadas se articulam na denúncia:

“o texto ora em exame não apenas contraria o *caráter laico* da nossa República, estatuído na Constituição Federal e na legislação que configura o nosso ordenamento jurídico, como fere a *liberdade religiosa* e o *tratamento equitativo* dos direitos e deveres das várias instituições religiosas legalmente existentes no país ao privilegiar a Igreja Católica em questões que envolvem a educação dos nossos jovens, além de lhe conceder indevidos benefícios fiscais” (FREIRE, R. 2009, grifos meus)

A nota da Associação dos Magistrado Brasileiros também faz a mesma articulação (AMB, 2009), assim como a da União Nacional dos Estudantes (UNE, 2009), a da Confederação Nacional, dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2009) e a do Conferência Nacional de Educação do Município de São Paulo (CONAE, 2009). A ruptura com a laicidade que o acordo promoveria afetaria não somente a relação que o Estado trava com as demais instituições religiosas como também incidiria sobre a liberdade religiosa dos alunos de escolas públicas. Como vimos, é em torno desse tema que a denúncia se desenvolverá dando origem às outras duas arenas, que serão analisadas em seguida. Os atores procurarão construir a denúncia demonstrando como o interesse da Igreja Católica seria incompatível com o interesse da sociedade brasileira no que diz respeito a educação pública.

Outro efeito articulado pelos atores foi com relação as minorias religiosas, principalmente as das matrizes afro-brasileiras. O CONJUBE, citando o artigo 11 do Acordo, constata:

“Ainda que o texto se refira ao “ensino religioso católico e de outras religiões”, não é difícil imaginar o que acontecerá: as demais religiões, as minorias religiosas — *especialmente as de matriz africana* —, as diversas faces do protestantismo e tantas outras manifestações da espiritualidade brasileira *ficarão completamente alijadas* do conteúdo escolar. O que, na prática, *alçará o catolicismo à condição de religião oficial* novamente, com o Estado financiando a *doutrinação católica* de milhões de crianças brasileiras” (CONJUBE, 2009, grifos meus)

A capacidade estrutural da Igreja Católica para cooptar o ensino público será matéria de denúncia durante todo o processo. Aqui, o CNTE defende que “religiões minoritárias, como os cultos de origem afro, não teriam estrutura para estarem presentes em todos os pontos do país” (CNTE, 2009). Essa incapacidade estrutural das instituições religiosas minoritárias de ofertar seus ensinamentos nas diversas escolas públicas por todo o país perpetuaria uma discriminação religiosa já presente nas “relações políticas entre setores que historicamente tratam de forma diferenciada e discriminadora as tradições religiosas de matrizes africanas”, segundo a Sociedade Ketu (ILE ASÉ IGBIN DE OURO – SOCIEDADE KETU, 2009). Veremos adiante que também nas arenas subsequentes, em que se faz a defesa do modelo confessional, essa suposta incapacidade será utilizada como argumento pois ele permitiria às religiões minoritárias utilizarem a capacidade estatal para ofertar seus ensinamentos.

Resumidamente, podemos, pois, entender que as denúncias acima apresentadas se articulam em torno de quatro principais sensibilidades para questionar o Acordo Brasil Santa-Sé. A primeira delas, é uma *sensibilidade secular* que olha com desconfianças as relações entre o Estado e a religião; a segunda, uma *sensibilidade religiosa*, que questiona a ausência de igualdade no tratamento do Estado com as instituições religiosas; a terceira, que se aproxima da secular, teme os efeitos sobre a escola pública, sendo uma *sensibilidade da educação*; e, por último, a *sensibilidade da minoria* que olha para as relações de poder e teme os efeitos sobre aqueles que não constituem uma maioria. Essas quatro sensibilidades abrangem os campos de experiências coletivas (CEFAÏ, 2017) de diferentes públicos e consegue formar um público mais amplo constituído por políticos, religiosos, educadores e militantes que resultará num processo político.

Se considerarmos que a forma da denúncia tal como aqui foi analisada foi capaz de revelar as sensibilidades que a mobilizam e se nossa caracterização do modo como elas constituem este momento da controvérsia estiver correta, seria lícito esperar que a articulação da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos se enquadrasse em alguma(s) delas. Com efeito, o modo como articulam sua denúncia revela, conforme veremos abaixo, a articulação de duas sensibilidades a “secular” e “de minoria”. “Secular”, pois, a associação exigirá um distanciamento completo do Estado e das religiões, e de “minoria”, se posicionando como prejudicada por um acordo firmado por uma maioria poderosa, assim como as religiões de matriz afro-brasileiras e os grupos LBGT’s.

Neste momento da controvérsia podemos constatar o esforço da associação para publicizar suas ações visando barrar o Acordo. Este esforço teve cada um dos seus passos registrado em seu *blog*⁷⁸, anunciando encontros, reuniões e alianças, e denunciando o Acordo e suas articulações, principalmente o “Acordão”. Sobre este último a associação faz dois pareceres. Um dos pareceres, como resultado do seu encontro com o presidente da Câmara, o deputado Michel Temer (PMDB)⁷⁹, denuncia que o Acordo foi votado com urgência após “a bancada evangélica [voltar] a apoiar a ideia de uma “lei geral das religiões”” (ATEA, 2009c); no outro, afirma a exclusão dos ateus: “o único grupo que não será contemplado com essa festival de privilégios é o de indivíduos sem religião” (ATEA, 2009b). Porém, para entendermos melhor como foi feita a denúncia da ATEA e quais sensibilidades ela contempla, escolhemos a audiência entre Daniel Sottomaior, seu presidente, e o deputado Bonifácio Andrada (PSDB), relator do Acordo para a Comissão de Relações Exteriores. O encontro ocorreu no dia 27 de maio de 2009, portanto, anterior à votação – e antes da publicação da maior parte do material utilizado nesta seção. A gravação foi disponibilizada no *blog* da ATEA e em seu canal no *Youtube*⁸⁰ (ATEA, 2009a). Por ter sido gravada, e observando as publicações do *blog* pode-se perceber que ela foi programada para servir de material promocional da campanha e para ser utilizada como promoção das ações da Associação, assim como prova para uma futura denúncia, caso o Acordo viesse a ser aprovado.

Durante a sessão, Sottomaior identificou sua posição, como sendo não somente a da Associação, mas, também, de todos os ateus e agnósticos. Sua qualidade de representante, de estar falando em nome de um público maior, foi exaltada em outros momentos da conversa, por exemplo, quando se declara representante de outras associações contrárias ao Acordo. Fica sugerido que esta foi uma das estratégias para pressionar o voto do relator. Na conversa Sottomaior diz “são poucas entidades que tive tempo de contatar, no pouco tempo, desde que sua assessoria me contatou, para marcar o encontro. Nesses cinco dias foram essas quatro entidades. Muitas outras, vão se manifestar da mesma maneira se tiverem oportunidade”. As associações que ele representa nesta conversa são: Associação Brasileira de Liberdade Religiosa e Cidadania, Superior Órgão de Umbanda do Estado de São Paulo, Associação

⁷⁸ Disponível em <<https://www.atea.org.br/blog/>>

⁷⁹ Neste encontro, ocorrido no dia 30 de junho de 2009, estavam também presentes os deputados Ivan Valente (PSOL), Dr. Rosinha (PT) e André Zacharow (PMDB), assim como a professora Dra. Roseli Fishmann e a socióloga Kauara Rodrigues. O convite a ATEA foi feito pelo deputado pastor Pedro Ribeiro. (ATEA, 2009c)

⁸⁰ A citações que se seguem, quando não indicadas, pertencem a uma transcrição manual feita pelo autor deste trabalho.

Brasileira de Templos de Umbanda e Candomblé e a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo.

A conversa se estrutura em um diálogo que consistiu na apresentação dos argumentos de Sottomaior sobre o desrespeito à laicidade do Estado implicado no Acordo e sobre o modo como ele promove a vulnerabilidade dos ateus. O deputado Andrada se defenderá afirmando constantemente que o “Estado é laico”. Ao mesmo tempo, afirmações do tipo “vou usar no meu relatório” ou “vou incluir o seu parecer” demonstram que o deputado procurava de algum modo compreender e acatar a natureza da demanda que a ATEA estaria trazendo até ele.

De início a conversa já delimita a estratégia que Sottomaior usará. Começa apresentando ao deputado uma notícia em que um bispo na Inglaterra culpa o ateísmo pela guerra e pela destruição e, em seguida, uma declaração com um teor parecido do arcebispo de São Paulo, Dom Claudio Hummes, para demonstrar que existe uma “perseguição” aos ateus e que ela seria perpetuada com a homologação de Acordo assinado. Mais à frente, também citará a pesquisa, já referida neste trabalho, do Fundação Perseu Abramo, utilizando como prova de que os ateus são “odiados”. Bonifácio Andrada respondeu afirmando não ser essa a postura do Estado brasileiro e que, se o Acordo não contempla os direitos dos ateus e agnósticos, estes poderiam se articular para escrever um novo documento que garantisse seus os direitos. “[...]é possível fazer uma lei para as garantias dos agnósticos” afirma o deputado, acrescentando que tampouco as demais religiões teriam ficado satisfeitas. Mas estas, segundo ele, estariam se articulando para também garantir algumas prerrogativas: “E os evangélicos estão tão preocupados que tão fazendo um projeto de lei repetindo para as outras confissões religiosas o que está no acordo”,

O deputado dá uma resposta semelhante quando confrontado pela afirmação “nós não queremos ensino religioso instituído nas escolas públicas”, de Sottomaior. Sua resposta foi: “Ela [a lei derivada do Acordo] vai permitir todos os religiosos. Todas as crenças. No caso de eu colocar lá a educação dos descrentes”, se referindo a possibilidade de incluir os agnósticos no seu parecer. Sottomaior respondeu dizendo que não se ensina o ateísmo, que o ateísmo “é a ausência de crenças”, e ante a insistência do deputado, ele conclui como uma resposta que sintetiza todos os seus argumentos:

“Não há como equiparar as garantias. Por exemplo, o acordo garante aos bispos o direito de pedido para que ministros do exterior venham para cá. Como nós vamos equiparar isso? Nós não queremos privilégios. Nós queremos *igualdade*. Se o Estado é laico significa que ele não pode dar benesses para ninguém. Nem distribuir, ‘agora abrimos as benesses para todo mundo’. Mesmo porque a gente sabe que o status em que iam

ficar todas as crenças e descrenças não é o mesmo que vai ficar o Vaticano. O Vaticano é o único que tem o poder de assinar um acordo internacional, todos os demais dependem da aprovação no congresso. Todos os demais, por exemplo, minorias religiosas, como os afro-brasileiros, como eles vão conseguir aprovar um projeto em favor deles? Como os ateus que nem conseguem eleger um representante, porque eles sofrem preconceito [aqui Sottomaior aponta para a matéria do bispo], como eles vão conseguir um projeto em favor deles? Mesmo que nós conseguíssemos, não é o que nós queremos. Se o Estado é laico, ele não favorece nenhuma religião e não favorece o ateísmo. Nós não queremos um Estado ateu. Nós queremos *igualdade*. E se o acordo fere a lei, precisamos parar com essa cultura de ‘ora lei’. Precisamos levar a lei a sério”. (grifos meus)

Sottomaior define laicidade como total neutralidade do Estado em oposição ao entendimento que o deputado do PSDB apresenta, um Estado que se relaciona com todas elas. Segundo Sottomaior, o deputado estaria atendendo aos interesses da Igreja Católica que diferenciaria laicidades, optando pela “laicidade sã”, isto é, aquela que inclui seus interesses nas políticas de Estado.

Em comparação com a outra denúncia podemos notar uma diferença na articulação da ideia de isonomia. Diferentemente do outro público, caracterizado acima, que mobiliza o conceito medindo as prerrogativas que o Estado oferece a determinados pertencimentos religiosos e buscando uma isonomia neste tratamento, a ATEA entende que a única possibilidade de igualdade está na existência de um corpo mínimo de leis que leve em consideração os “descrentes”, que assegure o afastamento do Estado com relação à religião e que garanta a liberdade religiosa: “Não quero acabar com as religiões. Não quero acabar com experientes os direitos deles [religiões afro-brasileiras]. Eles são os nossos parceiros, porque eles também entendem o valor da laicidade, porque eles também são perseguidos. [...] são parcerias na busca de cidadania”.

4.3 A audiência pública e a natureza do ensino religioso

Na arena anterior vimos que o principal eixo articulador das críticas ao Acordo Brasil-Santa Sé baseava-se na denúncia de que ele violava o princípio de isonomia do Estado no tratamento para com as instituições religiosas, e, dessa maneira, feria sua laicidade. Nessa articulação outras denúncias como “discriminação”, “liberdade religiosa” e “educação” foram mobilizadas

por públicos que também se preocupavam com a equidade do tratamento, embora possuísem uma sensibilidade que, como veremos a seguir, abarcava também outros problemas.

Passemos agora a olhar para a audiência pública realizada em 2015⁸¹. Nela, a problemática se afunila e os atores articulam-se em torno do problema da natureza do ensino religioso público. O debate foi formulado em torno da questão: qual modelo ele deve assumir o não-confessional ou o confessional? O público da audiência, constituído por instituições experientes no campo da educação, foram convocadas para posicionar-se de modo a colocar em operação o que definimos acima como uma *sensibilidade da educação*. Esta possibilidade de público, reunindo-se frente a esse problema – como o Acordo afetaria a educação – já havia surgido no momento da problematização e denúncia do Acordo e aqui ele ganha maior protagonismo. Assim, neste momento, o problema é construído em torno da definição do papel do ensino religioso, do lugar que ele ocupa na formação da sociedade brasileira, e como compatibiliza-lo com o Estado laico. A denúncia se estrutura em torno dos efeitos do ensino religioso confessional sobre a criança e o adolescente, problema que não havia sido expressado com clareza nas formulações da arena anterior. Assim, as categorias “discriminação” e “liberdade” passam a articular-se agora ao redor da questão da “vulnerabilidade” da criança e do adolescente.

Um dos tópicos em debate gira em torno da função social do ensino religioso nas escolas públicas. Carlos Deschamps, presidente do Conselho Nacional de Secretários da Educação, professor da Universidade de Blumenau e secretário de Educação do Estado de Santa Catarina, e a favor da ADI, assim a define:

“[...]é possibilitar o acesso ao consumo, ao conjunto dos conhecimentos religiosos, que integram o substrato das culturas, vedadas quaisquer formas de proselitismo. É importante disponibilizar, às *crianças e aos jovens*, esclarecimentos sobre o direito à diferença e em especial valorizar a *diversidade cultural religiosa* presente na sociedade [...]. Ao mesmo tempo [...] auxiliar os reeducados na construção de sentidos e convicções próprias em processos de respeito acolhida e convivência. a promoção do exercício da [...] *liberdade de pensamento consciência e religião* incluindo a liberdade de mudar de religião ou crença e de manifestar essa religião ou crença em público ou particular”. (grifos meus)

⁸¹ As citações entre aspas nesta seção foram retiradas da transmissão da audiência pública (ADI-4439, 2015). No texto, procuraremos sempre demonstrar a quais atores se referem cada citação. A transcrição destas foi realizada por nós.

Nesta fala de Deschamps, aparece sintetizada a articulação das categorias “crianças e jovens [adolescentes]”, “diversidade” e “liberdade” indicando que a função social do ensino religioso seria proporcionar meios para a criança e o adolescente lidem com a pluralidade religiosa. A argumentação, então, girará em torno da não concretização dessa função caso o modelo seja confessional.

Nessa mesma linha, o teólogo Gil Braz Aragão, representando o Comitê Nacional de Respeito a Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, argumenta que o ensino religioso numa escola laica se justifica

“[...] pelas necessidades de formação de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de discernir a dinâmica dos fatos religiosos, que permeiam a vida em âmbito pessoal, nacional e mundial, as diferentes crenças e expressões religiosos, bem como a ausência delas por convicções filosóficas, são aspectos da realidade que devem ser socializadas e abordados como questões socioculturais que contribuem na fundamentação das nossas ações”.

Essa sensibilidade positiva para o fato religioso na qual a pluralidade religiosa é percebida constituinte de nossa sociedade já aparecia nas argumentações anteriores contra o Acordo. Ela operava nos argumentos que demandavam “isonomia” por parte do Estado; aqui ela reaparece reformulada como uma missão da educação, destinada formar cidadãos capazes de lidar com a diversidade.

Sendo essa a missão da educação, sua natureza confessional seria incompatível com o ensino público. O confessional é tomado como sinônimo de doutrinário. Nesse caso o ensino confessional representaria um desrespeito ao caráter público da educação por um lado, e ao caráter pluralista de nossa Constituição, por outro. Essa visão de que o ensino confessional não permitiria o desenvolvimento de uma visão crítica que contemplasse a diversidade religiosa do país, se agrava, segundo as falas, quando a vulnerabilidade da criança e do adolescente passa a ser considerada. Principalmente, quando, segundo Daniel Sarmiento, em nome da Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e também, um dos formuladores da ADI, afirma que a prática do ensino religioso no país perpetua “o status quo de intolerância e de assimetria”.

A construção da criança e do adolescente como vulneráveis ao ensino religioso é ilustrada por essa passagem, também, da fala de Sarmiento:

os seres humanos, por serem humanos, naturalmente se preocupam com a visão que os seus pares têm de si, naturalmente, preferem ser valorizados pelos integrantes dos

grupos a que pertencem, e isso é ainda mais intenso com crianças e adolescentes, seres humanos em formação. Nesse cenário, a mera facultatividade do ensino religioso, em escola pública, está muito longe de assegurar a liberdade para crianças e adolescentes. Quando o ensino [é] ministrado em bases confessionais ou interconfessionais, crianças e adolescentes são, necessariamente, *expostos a visões dogmáticas*, a catequeses ou a defesa de posições comuns há diversas religiões, que no caso brasileiro irremediavelmente acabam convergindo para o credo cristão. Portanto, a mera possibilidade de que a criança e adolescente se ausentem, não participem da aula, não basta, não é suficiente em razão das enormes *pressões psicológicas e sociais* que recaem sobre essas crianças. (grifos meus)

Sarmiento acrescenta que, mesmo com previsão de facultatividade do ensino religioso, essas crianças correm o risco de serem taxadas como “anormais”, “malévolas” ou “demoníacas”. Devido a essa vulnerabilidade, o professor Virgílio Afonso da Silva Saúde, representando a AMICUS DH - Grupo de Atividade de Cultura e Extensão da Faculdade de Direito da USP, afirma que essa disciplina pode ser ofertada apenas para “classes mais avançadas, em todo caso, em nenhuma hipótese para crianças”.

Por ensino religioso não-confessional, os expositores, defendem uma disciplina que dê conta do fenômeno religioso como um fato social, ensinando seu aspecto histórico, sociológico e filosófico de forma que contemple a diversidade religiosa brasileira e não fique apenas restrita ao contexto cristão, como provavelmente ficaria caso fosse confessional.

Alguns expositores consideraram o ensino religioso responsabilidade da família não devendo ter espaço na escola pública, como foi o caso dos representantes dos batistas e dos espíritas. Já a Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, representada pelo pesquisador Salomão Barros Ximenes, afirma que há no Brasil uma confusão entre o privado e o público:

“ela demonstra [a pesquisa da Ação Educativa] que muitas vezes, e cada vez mais, o ensino religioso acaba servindo de espaço, de porta de entrada, pra violação a direitos e liberdades fundamentais. A abertura representada pelo ensino religioso nas escolas públicas reforça uma confusão, ainda generalizada, nos órgãos públicos e os servidores, entre concepções e crenças do âmbito privado e a ética pública, inclusive ao nosso trabalho, quase intransponíveis, a implementação de algumas diretrizes obrigatórias de direito à educação, como *ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, dos direitos humanos, da diversidade sexual e de gênero* nas escolas públicas brasileiras. (grifos meus)

Estas diretrizes apareceram também nas articulações voltadas para a denúncia das intolerâncias de agentes religiosos – potencialmente responsáveis pelas disciplinas do ensino religioso nas escolas – ou na forma de argumentos em defesa de grupos religiosos minoritários, tais como religiosos afro-brasileiros e grupos LGBT, considerados vulneráveis às práticas doutrinárias e persecutórias dos agentes majoritários.

A posição contrária à ADI é, nesta arena, pouco representativa – talvez pela imprecisão dos oradores – ficando bastante clara apenas nas falas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar Mista. As três defenderam a relação entre “ensino religioso” e “ensino de valores”. Como veremos a seguir, os argumentos que sustentam esta posição acusam os defensores da laicidade de “laicistas”, isto é, opositores da religião e ainda, dizem falar em nome da igualdade ao sugerir que a oferta do ensino religioso confessional nas escolas públicas atenderia a demanda de uma parcela da sociedade desprovida de recursos para financiar um ensino religioso numa instituição privada.

Antônio Carlos Biscaia, em nome da CNBB, dirá que o questionamento ao ensino religioso representa “a crise da humanidade, é uma *crise de princípios e de valores* éticos e morais [...] que provoca violência, criminalidade, em nosso país”. Sobre a proposta de um ensino não-confessional afirma que: “o ensino religioso não deve ser entendido como uma religião genérica, aconfessional, indefinida, tal religião não existe, seria pura abstração mental, sem correspondência na realidade da vida e da sociedade humana”. Esse argumento de que ao pretender definir o que é religião o Estado estaria abandonando sua neutralidade reaparecerá com maior força, como veremos adiante, durante o julgamento do STF.

O deputado Pastor Eurico (PSB), da Frente Parlamentar Mista, disse que “o Estado, ele realmente é laico, não tem religião oficial, mas não por ser laico vamos ignorar que o Estado, que o povo brasileiro, ele é na sua maioria religioso e principalmente cristão”. Ainda nesse sentido de defender o ensino confessional como uma característica do povo religioso, o deputado afirmou que “se fossemos perguntar às mães e aos pais, aos brasileiros, sobre a questão do ensino religioso, com certeza, todos vão defender, até porque o ensino religioso leva as pessoas a aprender mais sobre valores”.

Representando o deputado Marco Feliciano, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Frente Parlamentar Evangélica, o consultor da Câmara, Manoel Morais, também acusa os defensores da não-confessionalidade de “laicistas”: “às vezes a gente vê discursos tão inflamados do lado dessa tese (da laicidade)

quanto as alas mais fundamentalistas dos setores religiosos”. Segundo o Consultor, estes agiriam a partir de “crendices científicas”. Concordando com o deputado Eurico questiona a audiência ao perguntar se seria proselitismo a oferta do ensino de uma religião a aquele que demandou isto da escola. Acrescenta a esse raciocínio o argumento de que o ensino religioso confessional público atenderia às famílias que não teriam condições financeiras para recorrerem às instituições confessionais privadas. Por tanto, seria uma questão de inclusão, de garantir direitos de acesso num “país com extremas desigualdades”.

Passemos agora a uma análise mais detalhada dos modos como as partes defendem seus posicionamentos de modo a construir, nesta audiência, o problema da possibilidade do ensino ser confessional. Embora inúmeras passagens poderiam ser citadas nesta seção para demonstrar a recorrência de certos argumentos na fundamentação de algumas posições, em razão do espaço julgamos prudente apontar apenas algumas categorias estruturantes que se repetiram nas falas dos atores. Esperamos que elas deem conta de posicionar os que foram a favor da Ação Direta de Inconstitucionalidade e os que foram contra. Nosso objetivo aqui é criar um contraste para melhor compreender os posicionamentos dos ateus seu modo de construir a religião como problema a partir da forma denúncia.

Diversas falas mencionam os ateus. Eles aparecem listados em meio a diversas outras escolhas religiosas, como alvos de intolerância por sua descrença, e, também, como uma posição em relação a religião. Na audiência pública, os ateus foram representados pela Liga Humanista Secular do Brasil (LiHS). O advogado Thiago Gomes Viana, seu representante, diz falar “em nome de todos os ateus, céticos, agnósticos deste país defensores da laicidade”. Sua fala procura situar-se contextualmente, defender-se de críticas, advogar em razão da neutralidade do Estado, para então, posicionar-se a respeito da matéria em debate. Viana utilizou o adjetivo “sombrios” para descrever nosso tempo, pois seria a primeira vez que nosso “Estado laico esteve tão acossado pelo fundamentalismo religioso encrustado nas estruturas [de seu] poder”. O representante da LiHS acusa a “bancada fundamentalista” de “utilizar de deturpações e pânico morais para negar direitos básicos para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, comunidades e povos de terreiro, mulheres, indígenas e quilombolas”. Como se pode ver mobiliza os mesmos aliados de Sottomaior em sua audiência com o relator do Acordo e tem como alvo os mesmos religiosos fundamentalistas que se beneficiam de prerrogativas

“sob o pretexto de tradição. Como se nossa tradição não pudesse ser acusada de machismo, racismo e lgbtobia, não se importa em manter seus pequenos e grandes

privilégios como inscrição ‘deus seja louvado’ na cédula do real, crucifixos em tribunais, casas parlamentares ou repartições públicas, imunidade tributária desregulada, que não raro a lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e ocultação patrimonial, e até mesmo serem as únicas retratadas nas novelas, por que quando se aborda o espiritismo ou religiões de matriz afro, ou mesmo o ateísmo, como recentemente, as novelas passam a ser alvo de boicote”.

É assim que a Liga anuncia os adversários de seu posicionamento em “defesa de um Estado laico, pautado nos valores do humanismo, ceticismo e racionalismo” e o contexto de seu posicionamento contrário ao ensino religioso como um todo, que deveria ser “abolido”.

Como vimos nos capítulos 1 e 2, a “deslegitimação do religioso” faz parte da construção de um “campo de experiência coletiva” ateu. Viana ao fazer o mesmo movimento, não somente mobiliza a agenda do ativismo ateu, como também apresenta seus principais adversários: os políticos religiosos principalmente associados às instituições cristãs.

No discurso de Viana aparece, também, o que aparenta ser uma defesa contra críticas recorrentemente endereçadas ao ateísmo: “[a] defesa do Estado laico é de pronto taxada de laicismo ou mesmo de cristofobia [...] falamos em retirar os crucifixos e nos acusam de que o próximo passo vai ser demolir o Cristo Redentor, ou então a gente vai mudar o nome de todas as cidades que têm nome de santo”. Essas críticas realmente aparecem no debate. Tanto o “laicismo”, presente na fala de Manuel Morais (acima), como a chacota “mudar o nome de todas as cidades” aparecerão no voto do ministro Gilmar Mendes, durante o julgamento do Supremo Tribunal Federal. Parece-nos que este momento de posicionamento frente a um problema – concretizado pelo debate a respeito de sua constitucionalidade – também é utilizado para tornar pública uma série de outras denúncias, para apresentar uma *sensibilidade ateuista*, que os diferencie das outras posições seculares, procurando aquela ser mais “incisiva” ao denunciar o problema. Mais do que os demais posicionamentos, a fala de Viana é precisa em nomear adversários – fugindo dos genéricos “religiosos”, muito provavelmente, em razão de muitos dos seus aliados, tais como as minorias religiosas, também serem religiosos: “por uma questão didática a gente vai tomar o termo ‘laicismo’ como o comportamento sectário da laicidade, a laicidade levada ao extremo. E o ‘laicismo’ pretende excluir a religião da esfera pública, não é essa a posição da Liga Humanista Secular do Brasil, tampouco desta ação da PGR [Procuradoria Geral da República], nem de uma outra iniciativa pró-laicidade”.

A audiência pública não é um espaço para o debate, são poucas as interações entre as falas – as que ocorrem são remissões às falas dos outros servindo de apoio ou utilizados para

resumir tópicos. É mais uma apresentação de argumentos ao relator, sem que haja uma verdadeira interação entre os posicionamentos no momento da sessão. A ausência de interações, dado as regras que definem o formato da arena, as que acontecem se tornam importantes, pois demonstra que certas falas provocam a audiência de uma forma que a obriga a intervir, fugindo do *script* planejado. Ao nomear seus adversários como “a bancada do Congresso Nacional mais ausente inexpressiva e processada” e aqueles que propõem “projetos como bolsa estupro, contra gay, [e] dia do orgulho heterossexual”, Viana provoca uma resposta em intervenção que virá dezesseis falas após a sua:

“as palavras proferidas aqui [pelo] representante da Liga Humanista Secular do Brasil, [...] não no conteúdo geral de sua fala, que *respeitamos todos seus pontos*, mas me doeu ao ouvir [...] a forma como *ele atacou* desqualificando os parlamentares religiosos, chamando-nos de “bancada fundamentalista”. Inclusive os oradores aqui à tarde, foi muito bem especificado essa expressão, que em dado momento parece um pouco até desrespeitosa e pejorativa para com os representantes de eleitores do Brasil que estão na Câmara dos Deputados, Senado federal. E eu não vim para a Câmara dos Deputados por meia dúzia de votos não, fui o segundo deputado mais votado no Estado [de Pernambuco], com 233 mil 762 votos de evangélicos e não evangélicos. Nós defendemos princípios e valores, estamos para somar para com o bem da sociedade. Não é este o objetivo dessa audiência pública, ele disse aqui que nós somos a bancada mais inexpressiva, mais faltosa, mais processada e que negamos os direitos aos homossexuais. Por incrível que pareça não está aqui um homofóbico, respeito todas as pessoas, principalmente os homossexuais, mas [sempre] onde estamos tendo audiência, o assunto não tem nada a ver, aparece alguém para mim com esses ataques querendo promover os homossexuais, que nós respeitamos – cada um faz o que quer da sua vida não temos nada a ver com poder de cada pessoa. Esse tratamento desse senhor aqui hoje, me desculpe, já demonstra *de onde vem a maior intolerância*, não é dos evangélicos, se somos inexpressivos porque está a Liga Secular Humanista do Brasil tão preocupada com a bancada religiosa? Estou decepcionado com o que esse senhor fez aqui hoje” (grifos meus),

defende-se o pastor Eurico (PSB/PE), da Frente Parlamentar Mista. Ao qualificar a bancada evangélica de “fundamentalista”, Viana acaba por provocar um posicionamento de um parlamentar que se identifica com essa bancada. O deputado, ao defender-se, busca inverter a acusação. Logo no começo disse respeitar “todos os pontos” da fala de Viana, mas que este, ao atacar a bancada religiosa, não o estaria respeitando. Ao se posicionar como “vitima” desses ataques, qualifica os próprios acusadores de “fundamentalistas”, e consequentemente, seus perseguidores. Pelo formato da sessão, não há espaço para “tréplica” de Viana. Mas como

vimos nos capítulos anteriores – um e dois – a acusação de que os ateístas são “fundamentalistas” em seus posicionamentos é regular, em todas as arenas que apresentam a *sensibilidade ateísta* de maneira incisiva.

Sobre a matéria em debate, a LiHS afirma que “permitir ensino religioso confessional é vilipendiar os direitos e garantias fundamentais de nossas crianças e adolescentes”. Viana provoca a audiência ao perguntar diretamente aos “defensores do modelo confessional: “o satanismo e a religião da maconha, que foi recentemente criada, vão poder ser veiculados dentro das escolas para as nossas crianças e adolescentes?”. Essa provocação tem como finalidade expor a parcialidade do Acordo, de demonstrar que o que está em jogo na defesa da diversidade religiosa seria apenas a propagação de suas próprias religiões, do “proselitismo das religiões majoritárias”, do “proselitismo cristão”.

Viana adianta alguns exemplos para demonstrar a desigualdade na aceitação de outras profissões religiosas e como o ensino religioso estaria sendo abduzido pelas religiões cristãs: “a gente tem casos de alunos que preferem dizer que estão com leucemia a se assumir enquanto iniciados do candomblé”. E para demonstrar como os ateus sofreriam com a medida, cita sua própria experiência “enquanto Ateu de escola pública do interior do estado do Maranhão, não podendo assumir esta condição”, e o caso abordado no capítulo anterior “do aluno ateu [Ciel] que ao final da aula de geografia, a professora e a sala rezavam ‘deus livrai-nos do Ciel amém’”.

Por fim, Viana afirma que

“defender o princípio da laicidade do Estado, representa para nós da LiHS, em última análise, fazer de nossas escolas públicas o espaço de *acolhimento da diversidade religiosa* e cultural da qual nós brasileiros e brasileiras tanto nos orgulhamos, de resguardar nossas *crianças e adolescentes* de toda forma de *discriminação*, opressão, exploração, violência e crueldade especialmente os decorrentes de intolerância religiosa”. (grifos meus),

Esses exemplos demonstram como a gramática de uma arena define o conjunto de categorias que nela podem operar. Apesar de apresentarem uma *sensibilidade* própria do ateísmo, caracterizada pela defesa do banimento da religião da escola pública, a fala de Viana também põe em operação as expressões “criança e adolescentes”, “diversidade/liberdade religiosa” e “discriminação” na formulação de seus argumentos. Mas, assim como Sottomaior, não deixou de trazer as especificidades da *sensibilidade ateísta* ao tentar se produzir enquanto minoria.

4.4 O Supremo Tribunal Federal e o valor da religião

Vimos na seção anterior que a audiência pública enquanto a arena jurídica, com regras dadas e claras, produziu um público que foi provocado a coletivamente articular-se em torno de apenas duas possibilidades para o ensino religioso: o modelo confessional e o modelo não-confessional. Falaram em nome das “crianças e adolescentes”, da “liberdade religiosa” e contrários a “discriminação”, os que estavam a favor do segundo modelo; e em nome da “família” e de “valores”, os que defendiam o modelo confessional. Ao se posicionarem em uma das duas possibilidades, os atores, cada uma a sua maneira, apresentavam suas especificidades. Infelizmente, não pudemos explorar mais sistematicamente cada uma delas. Limitamo-nos apenas a enfocar, por contraste, a maneira como a Liga Humanista Secular do Brasil apresentou a *sensibilidade ateísta*.

Muitas dessas argumentações se repetiram frente ao Supremo Tribunal Federal⁸², a ser analisado nesta seção. No entanto, para evitar repetições, focalizaremos aqui os argumentos introduzidos pela *amicus curiae* dando mais destaque às suas formulações. Isto porque, é nesta arena que os contrários à Ação Direta de Inconstitucionalidade estão mais presentes em comparação com a arena anterior, e articulados sob uma mesma representação, a da Igreja Católica. Analisaremos como eles lidam com as denúncias dos apoiadores da ADI e, em seguida, mostraremos como a representação ateísta, desta vez feita pela Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos⁸³, se apresenta frente ao tribunal. Interessa-nos entender como o ateísmo é construído como uma posição nesta arena e como ela se relaciona com as demais. Para tanto, será preciso lançar um olhar mais atento sobre o modo como os ministros se posicionam e como cada um deles define a laicidade do Estado. No entanto, para não nos afastarmos demasiadamente de nosso objetivo, deixaremos a análise sistemática dessas falas dos Ministros para uma outra reflexão, apenas pontuaremos aqui as que servem a nosso propósito.

As instituições que compuseram a *amicus curiae* defendendo a ADI articularam as categorias da mesma forma que fizeram na arena anterior: buscando criticar a possibilidade de um ensino religioso confessional através da denúncia das mazelas que ele traria às crianças e

⁸² As citações entre aspas nesta seção foram retiradas da transmissão do julgamento no Supremo Tribunal Federal (ADI-4439a, 2017; ADI-4439b, 2017; ADI-4439c, 2017; ADI-4439d, 2017; ADI-4439e, 2017). No texto, procuraremos sempre demonstrar a quais atores se referem cada citação. A transcrição destas foi realizada por nós.

⁸³ A Liga Humanista Secular do Brasil também está presente na tribuna como *amicus curiae*, e pelo advogado Túlio Lima Vianna, mas esta em nenhum momento de sua fala se refere aos ateus, mas traz novamente a dualidade minorias e majorias religiosas, sendo estas últimas opressoras que se apropriarão do ensino religioso.

aos adolescentes. Mas gostaria de chamar a atenção à defesa de Daniel Sarmiento, representando a Clínica de Direitos Fundamentais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Após advogar em favor da neutralidade do Estado, afirmando que esta se dá através de um tratamento isonômico, Sarmiento fez uma pausa para fazer uma diferenciação entre laicidade e laicismo:

"É importante destacar que laicidade não se confunde com laicismo. Que o laicismo é o preconceito contra a pessoa religiosa. Mas o laicismo nada tem a ver com a neutralidade estatal. O Estado que endossa uma crença, e que ministra aulas explicando que aquela é a doutrina religiosa correta ou que ministra aulas a partir de denominadores comuns de determinadas religiões, ele abraça aquelas religiões, ele viola a laicidade. Isso é absolutamente diferente de um Estado, por exemplo, que proibisse que as crianças e adolescentes que manifestassem suas religiões, isso seria, ai sim, o laicismo".

A acusação de que os defensores da ADI seriam na verdade “laicistas”, isto é, inimigos da religião ganha um certo destaque nesta arena, aparecendo nas falas dos ministros Edson Fachin e Dias Toffoli, ambos contrários a ADI, mas, também, logo no início da sessão, na defesa da Advocacia Geral da União, pela advogada Grace Maria Fernandes Mendonça: “O legislador constituinte originário fez na prática, ele estabeleceu sim: estamos e vivemos num Estado laico. Porém essa laicidade não é para nós laicismo. Porém, essa laicidade significa que o Estado não estabeleceu *a relação de inimizade com a fé*” (grifos meus). Faço notar essa leitura da ações dos atores que dizem defender a laicidade, pois dá pistas sobre uma possível interpretação da posição da ATEA e da LiHS (na arena anterior): de que a defesa do ateísmo é interpretada como uma defesa avessa à religião, a proposição de uma sociedade atea.

Outras justificativa que vai nessa linha de defesa aparece na fala do advogado Fabrício Lopes Paulas, representante do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, ao citar o advogado Pedro Lessa, 1914,

“Estado leigo não quer dizer Estado ateu, o Estado leigo deve, ao contrário do Estado ateu, reconhecer a existência de todos os credos deixando-lhes abertos o campo da escola em vez de fecha-lo hostilmente como acontece com a neutralidade. Leigo não quer dizer contrário a todo e qualquer sentimento religioso, traduz ao revés empatia igual, tolerância completa em face de todas as religiões, dentro é claro dos limites da ordem moral pública. Estado leigo é o que não tem religião oficial e não impõe, por tanto, determinado ensino religioso em suas escolas”.

É como se houvesse a necessidade de explicar que a ação contrária à promoção de um ensino religioso aos moldes confessionais, não significa uma ação contrária à religião, aos valores

religiosos, ou às instituições religiosas. Não à toa, os defensores sempre trazem em suas falas a prerrogativa de estarem defendendo a liberdade religiosa.

Talvez pela matéria em discussão derivar do Acordo Brasil-Santa Sé, as instituições contrárias ao prosseguimento da ADI são todas representações católicas. Elas defenderam a possibilidade de o ensino religioso ser confessional, pois ele atenderia todas as confissões religiosas. Segundo o advogado Fernando Neves da Silvas, representando a CNBB, o ensino confessional serviria para um aprofundamento da fé. Uma fé, segundo ele, já escolhida pelo aluno. O advogado Hugo José Sarubbi Cysneiro de Oliveira, da ANEC, falou sobre as consequências do prosseguimento da ADI

"estender um direito já previsto na constituição, ressaltar elementos que se complementam com a mensagem central que é o da pluralidade de confissão, da diversidade cultural religiosa do Brasil e não o contrário. Essa ação [ADI-4439], portanto, patrocina um futuro cego e inconsequente, porque se ela for bem-sucedida, eu garanto a vossas excelências, as senhoras e senhores, *quem mais sofrerão serão as confissões minoritárias*. É público e notório que sim, as confissões cristãs, a católica em especial, já dispõe de outros equipamentos e outros espaços onde podem exercer seu protagonismo. As confissões minoritárias nem isso têm. E retirar a única chance de se fazerem presentes para a sociedade, que é o espaço público, isso me parece um ato de irresponsabilidade. Aqui há *um ataque a liberdade religiosa*. O codão aqui atinge aqueles que mais precisam." (grifos meus)

Ambos advogados defenderam que o artigo 11 do Acordo beneficia a sociedade brasileira como um todo, por proteger a liberdade religiosa, criando forma de acesso para os que professam determinada religião, mas que não possuem meios para se aprofundarem em sua fé.

Os quatro advogados sustentam que a ação significa uma interferência do Estado na religião. O representante da CNBB diversas vezes em seu discurso afirma que o ensino religioso não pode ser não-confessional pois isso representaria uma intervenção estatal: "O conteúdo não pode ser definido pelo estado. Pois é uma interferência do Estado na religião, fere a liberdade religiosa". O da ANEC acusará o ministério público de se virar contra o ensino religioso "por preconceito. Quando deveria defender interesses coletivos, a moralidade, prega algo diametralmente oposto". O mesmo advogado diz que "as famílias irão perguntar o porquê e receberão como resposta que o Supremo se acha mais legítimo do que as próprias famílias para dizer como elas devem ou não educar suas crianças", exaltando assim o interesse coletivo no ensino religioso ao mesmo tempo que denuncia uma intervenção do Supremo.

O advogado da Ujucarj e da Ujucasp e da Associação dos Juristas Católicas do Rio Grande do Sul, Paulo Henrique Cremonese, argumentou que essa discussão não compete à esfera jurídica, mas sim, ao executivo e ao legislativo. Sobre a interferência na definição do ensino religião ele afirma: “[se o ensino for história das religiões] chega amanhã, no ensino não-confessional, e dizer que Jesus Cristo era um vigarista, um impostor, que a história dele não vale nada. É o que pode, e está sujeito, se o professor for um ateu, um agnóstico, ou um leigo”, afirmou o advogado da Conferência dos Religiosos do Brasil, João Agripino de Vasconcelos Maia, sobre o risco da ADI. Estes dois últimos também afirmaram que a legitimidade do ensino confessional reside no fato da maioria dos brasileiros serem religiosos.

A argumentação das entidades defensoras da ADI provocou, também, os advogados a se defenderem da acusação de que o ensino religioso difunde a discriminação. A CNBB disse que “a religião não prega a discriminação” e em sua fala trouxe o Papa Francisco como exemplo, “ele tem procurado a todos para conversar”. A ANEC afirmou que “o ensino religioso não formará criminosos, preconceituosos” e, assim como ocorreu na acusação de “laicismo”, seu advogado julgou o posicionamento dos pró-ADI:

“Eu estava ali reparando, e pensando, que as duas teses em si poderiam ser conciliatórias. [...] o problema é que *claramente a nossa visão abraça a outra, mas a visão deles não*. E a pergunta que se faz aqui é: onde está, então, afinal a intolerância? Aliás, não conheço nenhum representante religioso que vem a público dizer que um ateu, um agnóstico, ou aquele que defende a exclusão do ensino religioso seja um desonesto ou criminoso em *genesis*, como foi defendido aqui, nesta tribuna”.

A acusação de que a outra parte é “intolerante”, “fundamentalista” e “discriminatória” aparece dos dois lados, mas a habilidade daqueles que defendem o ensino religioso confessional em “virar o jogo”, de acusar utilizando a acusação que incide sobre eles, colocando-se como vítimas, como um lado que “abraça o outro”, é bastante notável. Acionam a “família”, a “liberdade religiosa” e os “valores da nação” para acusarem os que se dizem defensores da laicidade de “laicismo” de possuírem uma ideologia que os faz intolerantes para com a religião.

A Associação brasileira de Ateus e Agnóstico é representada neste pregão pela advogada Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro. Sua fala é bastante calorosa se comparada a todas as demais, e parece reconhecer isso ao pedir licença a todo momento – *Data máxima vênica* – durante sua fala. O tom de sua voz se sobressai, refletindo o caráter de denúncia que a advogada traz logo no início de sua fala:

“Estamos aqui presentes nessa tribuna para *dar a voz* a um grupo verdadeiramente *vulnerável, minoritário numericamente, sem nenhum poder de influência* na tomada de decisão do Estado, e porque não dizer, senhor ministro relator, num grupo *esquecido* sequer mencionado por muita das sustentações orais que me sucederam. Refiro-me aos ateus e agnósticos, e peço licença para trazer a vossas excelências *um número assustador*”. (grifos meus)

A advogada caracteriza os ateus e agnósticos como “vulneráveis”, uma “minoridade sem voz”, mas que ao contrário das outras minorias, que possuem uma maior visibilidade – como a dos seus aliados, afros e LGBT –, os ateus constituem uma minoria “esquecida”. Esquecida, talvez, das políticas públicas que as desconsiderem. Esquecimento que se reflete nos números da tão citada pesquisa da Perseu Abramo, que a advogada apresenta em conjunto com a pesquisa Sensus, que afirma que apenas 13% da população brasileira votaria em um ateu.

“[...] é por isso que estamos aqui para conferir ao modelo legal uma interpretação que seja compatível com a igual dignidade e com igual respeito que deve merecer todo cidadão dessa república, e mais, uma interpretação superadora desta triste realidade de ódio presenciada na sociedade brasileira”.

continua Bucchianeri. E com esta última citação, a representante da ATEA propõe algo que vai além da matéria em julgamento ao denunciar que no art. 33 da LDB, em seu *caput*⁸⁴, os ateus não teriam cidadania plena, uma vez que, segundo ela o ensino religioso “é parte integrante da formação básica do cidadão”. Na interpretação de Bucchianeri, estaria escrito explicitamente na lei que “uma pessoa que não tem formação religiosa é um *cidadão de segunda categoria*. E depois, nós não entendemos porque que 42% dos brasileiros sentem aversão a ateus⁸⁵” (grifos meus).

A estratégia da ATEA, nesta fala, foi, não de nomear adversários, como foi o caso da LiHS, mas de tentar sensibilizar a audiência para a vulnerabilidade dos ateus frente a um Estado, que, segundo ela, relaciona formação religiosa e cidadania.

Vale notar a reação da audiência – *amicus curiae* e ministros – à fala da advogada da ATEA. O advogado Paulo Henrique Cremoneze:

⁸⁴ Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997) (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)

⁸⁵ Ver nota 52.

Logo, se os ateus reclamam dessa norma do artigo 33 da lei de diretrizes e bases ou do acordo internacional, eles também devem reclamar de toda a constituição. Porque o fundamento de validade de toda a constituição brasileira é a proteção divina, então nenhuma norma pra eles é válida e eficaz o que se mostra *o conteúdo ideológico* da pretensão aqui exposta" (grifos meus)

E o ministro Luís Roberto Barroso, após seu voto como relator, cita diretamente Bucchianeri e diz:

“Eu apenas não estou acolhendo um pedido específico feito, pela ilustre advogada, no tocante a locução ‘parte integrante da formação básica do cidadão’, no artigo 33, ‘o ensino religioso é parte integrante da formação básica do cidadão’, *porque eu estou de acordo com a frase*. Eu acho que o cidadão pode, aliás, tem todo o direito de não ter qualquer religião, mas acho que faz parte da formação própria de uma pessoa ter conhecimento da religiosidade e das religiões que existem.” (grifos meus)

Em sua fala, o ministro trará sua experiência de vida e seu contato com outras confissões religiosas – catolicismo, judaísmo, presbiterianismo e islamismo – para fundamentar o argumento de que “o que traz intolerância é o desconhecimento”. Em ambos os casos, em graus diferentes, a posição da ATEA é lida como, no mínimo, inflexível. Ao defender que não exista ensino religioso nas escolas públicas, na visão de Barroso, a associação estaria privando os alunos de conhecimentos que evitariam que se tornassem intolerantes. Já para o advogado Cremoneze, a defesa de Bucchianeri deriva de um “conteúdo ideológico” que remete ao debate “laicidade *versus* laicismo”.

A religião é vista como inofensiva, um valor compartilhado com todos na sociedade brasileira. Não haveria porque preocupar-se com sua presença no espaço público, pois ela foi constituída como “amiga”; os contrários a ela, são percebidos como intolerantes. Não há manifestações do lado religioso contrários à laicidade ou aos não-crentes, tornando toda ação que se nomeia contrária a alguma coisa religiosa – cristã, principalmente – como intolerante ou absurda. A fala do ministro Gilmar Mendes vai por esse caminho, tornando a demanda da ADI um absurdo, através da chacota:

“Será que precisaremos [...] em algum momento chegar ao ponto de discutir a retirada da estátua do Cristo Redentor do Morro do Corcovado, por simbolizar a influência cristã em nosso país? Ou a extinção do feriado nacional de Nossa Senhor de Aparecida? A alteração do nome dos estados, São Paulo passaria a chamar Paulo, Santa Catarina passaria a chamar Catarina, Espírito Santo poderia se pensar no “espírito do porco” ou qualquer outra coisa”.

O mesmo ministro justificará seu voto contrário a ADI exaltando o valor da religião para a formação de diversas sociedades:

“A questão do Estado de direito brasileiro e herança cultural cristã, registro meu voto que a história do Estado brasileiro está fortemente marcada pela presença cristã, assim como praticamente toda a civilização ocidental. Entre nós, a herança religiosa cristã é fato presente e marcante na sociedade. Essa presença, que se reflete, inclusive, nos feriados nacionais, pode se revelar em fontes nacionais e emocionais de consenso que necessita o Estado constitucional...”

Interessante que a chacota de Gilmar Mendes provocou o ministro Barroso a se pronunciar. Sobre ela, ele diz:

“a discussão aqui não é a retirada de crucifixos, essa matéria até já foi objeto de discussão perante o conselho nacional de justiça [...] a matéria aqui é o ensino ser confessional ou não confessional. Sobre a questão do crucifixo [outras Côrtes], utilizaram o argumento, que aqui não está em discussão, de que essa é uma manifestação cultural. [...] a *não confessionalidade não é um desapareço à religião*, é um respeito ao pluralismo para que cada um possa conduzir a sua vida de acordo com a sua crença, sem a ingerência do Estado. Portanto, apenas para deixar enfatizado o que está em discussão aqui não são símbolos religiosos em espaços públicos, [...] a discussão aqui é se o espaço público pode ser apropriado privadamente por uma religião para doutrinar crianças. E eu penso que não”

Parece-nos que é aqui que esbarra a denúncia articulada pelo propositores da ADI: na estabilidade da religião – e reafirmamos mais uma vez, a religião cristã – como um valor, ora estruturador benéfico às relações sociais, ora como uma herança positiva a ser preservada. Há uma estabilidade, em ambos os lados, do valor da religião para a sociedade.

4.5 As maiorias religiosas e o ateu

Esse capítulo teve como objetivo demonstrar como a *sensibilidade ateuista* aparece em contraposição a um processo político que envolve diversos públicos. O ensino religioso público enquanto processo político mobiliza diferentes públicos que, a partir de suas perspectivas pessoais e institucionais, se sensibilizam e constroem sua denúncia para definir problemas de acordo com seus julgamentos morais, legais e políticos. O ateísmo, apresentado pela ATEA e pela LiHS, também demonstra possuir uma sensibilidade própria ao problema.

Durante as diversas arenas aqui analisadas, vimos a tentativa de construção do posicionamento do ateísmo na sociedade brasileira como uma posição de vulnerabilidade frente a uma maioria religiosa. Desta forma, constroem seus interesses coletivamente ao aliar-se a minorias, que assim como o ateísmo, sofreriam com o avanço da religião nas instituições políticas. Para isso, se aproximam de outras minorias, religiosas (afro-brasileiras) e leigas (LGBT), que possuem uma sensibilidade parecida com relação a esse problema.

O problema é construído em torno da presença de uma maioria, identificada como “cristã”, “católica”, “bancada evangélica”, “religiosa”, no espaço público, institucional e político, que oprime uma minoria através da imposição de seus valores, tidos como possuidores de uma natureza discriminatória. O movimento ateu denuncia o posicionamento público de agentes religiosos, representantes de confissões majoritárias, frente a este problema argumentando que eles contribuem para a construção de um consenso social intolerante a respeito do ateu, acionando como prova pesquisas de opinião e casos de discriminação. A solução proposta é restringir esses valores à esfera do privado, retirá-los das instituições públicas e de sua constituição, garantindo uma isonomia entre aqueles que creem e os que não.

Mas tal *sensibilidade* ao apresentar-se na arena jurídica é lida como “fundamentalista”. Uma posição que se engaja através de uma ideologia que põe a religião como inimiga. Ao ser entendida como uma atitude radical, seus adversários se constroem como vítimas de pensamentos radicais que não aceitam que a sociedade é majoritariamente religiosa. Assim, uma minoria que estaria tentando impor sua ideologia sobre uma maioria. É interessante observar que exatamente o mesmo argumento da discriminação fora mobilizado pelos representantes do ateísmo, demonstrando que um consenso compartilhado atravessa todos os atores e públicos com relação ao valor negativo da discriminação e do radicalismo. Ainda assim, as posições ateístas ficam fragilizadas frente à estabilidade e ao consenso em torno do “valor religião” compartilhado pela maior parte das posições.

Como veremos na conclusão, ao compararmos a forma como a *sensibilidade ateuista* apresenta e confronta seus adversários em diferentes arenas, a questão do valor da religião – como legitimadora e produtora de moralidades – sempre é seu maior obstáculo.

Considerações finais

Tivemos como principal objetivo deste trabalho dar inteligibilidade às práticas ateístas no Brasil, a partir da análise de suas formulações contra o que consideram ser a religião. Como fio metodológico, acionamos as ferramentas propostas por Daniel Cefaï (2008 e 2017), para investigarmos a tentativa de formulação da religião enquanto um problema público. Embora para o autor esse procedimento permitiria acessar as dinâmicas coletivas, preferimos neste trabalho, descrever por meio dessa abordagem o que aqui denominamos de *sensibilidade ateísta*: a religião enquanto problema formulada através de um público que compartilha julgamentos e valores, acionando-os em suas denúncias e justificativas.

Demonstramos uma continuidade na forma de problematizar a religião ao longo deste trabalho, comparando diversas arenas. A partir da apresentação dos principais referenciais dessa sensibilidade – autores ateístas militantes que propuseram explicações e interpretações ao problema –, descrevemos como atores ateísta brasileiros denunciam as contradições de religiosos e das escrituras, criticando fatos da política brasileira, gastos públicos, o enriquecimento de religiosos e a ineficácia da religião para resolver problemas materiais. A ideia de “feitiço” é recorrentemente mobilizada para explicar a eficácia da religião em se manter imune às críticas; essa percepção revela-se verdadeira para os próprios atores quando a “blindagem” da religião faz com que os julgamentos a seu respeito passem, por exemplo, a serem interpretados como fundamentalistas. Vimos como essa reação motivou o surgimento de um público que se engaja em propagar a crítica ateísta, denunciando a religião e exaltando o ateísmo.

A audiência da crítica ateísta passa, então, a partir dela, a interpretar a suas próprias vivências religiosas, criando uma narrativa de libertação da opressão de uma sociedade percebida como religiosa. Por meio da análise de uma série de depoimentos verificamos que, buscando sensibilizar o seu público e legitimar sua ruptura com um passado religioso, os testemunhos mobilizam uma série de categorias críticas que circulam no circuito ateísta internacional. O passado é descrito nesses discursos como opressor, pois restringiria liberdades individuais ao impor obrigações incompatíveis a elas.

Tendo como cenário a família e a escola, a infância é descrita como vulnerável a proposições doutrinárias enganosas, que apenas gerariam medo e frustração. A ruptura é anunciada como resultado de uma série de ações individuais: “pensar”, “questionar”, “duvidar” “estudar”, “ler”, “pesquisar”, “raciocinar”, “conhecer” e “refletir”. Estas categorias de ação são

mobilizadas para denunciar as contradições religiosas experienciadas, propiciando a emergência de uma postura que reivindica a autonomia individual. Nas narrativas, aparecem inúmeros elementos que nos permite dizer que tanto o ateísmo quanto o agnosticismo são narrados menos como um novo pertencimento ou cosmovisão e mais enquanto viabilizadores e legitimadores de uma ruptura. O que nos possibilitou demonstrar a existência de um “efeito pedagógico” na recorrência dos mesmos elementos narrativos e argumentativos apropriados por ateus, que passam a interpretar seu passado e suas vivências presentes a partir dos fundamentos da crítica ateísta. Este efeito constituiria o que aqui denominamos como uma *sensibilidade ateísta* que identificamos nessa dinâmica coletiva.

Verificamos a existência de um caráter de revolta nas formulações da crítica ateísta, deixando-a reativa a tudo aquilo que é percebido como uma “invasão” do religioso. Se este é opressor dos ateus, é necessário extirpá-lo do espaço comum. Desta maneira, a Associação brasileira de Ateus e Agnósticos apresenta-se à sociedade brasileira de maneira beligerante, combatendo por meio de um “ativismo jurídico” diversas expressões materiais da religião no espaço público brasileiro.

O “ativismo jurídico” da associação é justificado mediante a percepção de que os ateus constituiriam um grupo minoritário oprimido por uma maioria religiosa. Como vimos esta justificativa guia as aparições públicas de seu presidente, Daniel Sottomaior, que constrói sua denúncia utilizando-se da ironia e da agressividade frente a adversários e proposições de religiosos que respondem com igual belicosidade. Em diferentes contextos, é possível identificar tanto elementos da crítica ateísta quanto elementos derivados de uma *expertise* adquirida pela ATEA e seus membros. Ao posicionar-se como minoria, foi possível aliar-se a outros dois grupos políticos interessados na luta pela laicidade do Estado: as associações de religiões afro-brasileiras e a LGBT.

A luta pela laicidade é interpretada como a única maneira de garantir os direitos dessas minorias, uma vez que os outros Poderes políticos estariam aparelhados por agentes e instituições religiosos. Interessados em combater os “privilégios” advindos dessa boa disposição para com os religiosos, a associação de ateus engaja-se em inúmeras causas, desde a retirada de crucifixos até a contestação de gastos públicos, além de representar ateus em denúncias de discriminação, principalmente em ambiente escolar público.

A análise de três arenas distintas da controvérsia a respeito do ensino religioso nas escolas públicas possibilitou, por meio da comparação, aferir as diferenças entre uma

sensibilidade secular e uma sensibilidade secular ateuísta. Apesar da continuidade de algumas estruturas argumentativas ateuístas ao longo do processo, observamos que estas foram mediadas pela justificativa de que seu posicionamento, lido muitas vezes como “fundamentalista”, pauta-se na luta pela isonomia, garantindo assim, não somente a não discriminação dos ateus como, também, a liberdade religiosa de outras minorias.

A análise do material apresentado indica que o “valor religião” é operacionalizado toda vez que a *sensibilidade ateuísta* é apresentada a uma outra em público. Ao compararmos as narrativas pessoais dos ateus, que denunciam as dificuldades de se revelarem enquanto tal para suas famílias e amigos, com as reações de agentes religiosos e do Estado aos posicionamentos das associações ATEA e LiSH, podemos constatar que o principal obstáculo para a *sensibilidade ateuísta* é a estabilidade da religião na qualidade de um valor comum. O estranhamento desse público a tal sensibilidade não derivaria da negação da ciência ou da laicidade – defendidas pelos ateuístas –, mas da suposta incompatibilidade entre valores morais e a negação da existência de deus. Como se esta crença fornecesse o único parâmetro moral reconhecível. Tanto no nível das instâncias jurídicas estatais quanto nas relações cotidianas, à religião é atribuída virtudes axiais para o viver em sociedade. Em contrapartida, o ateísmo é lido como uma ameaça à integridade da pessoa e da sociedade, por não fornecer a elas uma base moral, conseqüentemente, o posicionamento ateuísta no espaço público é lido como intolerante.

Referências Bibliográficas

ABA – Associação Brasileira de Antropologia. Em favor do Estado Laico. 3 set. 2009. Disponível em < <http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/aba.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

ABLIRC – Associação brasileira de Liberdade Religiosa e Cidadania. IV Fórum Paulista de liberdade religiosa e cidadania. Fala de Daniel Sottomaior: jun. 2007.

ADI-4439. Audiência pública - Ensino religioso nas escolas públicas, Brasília: TV Justiça, 15 de julho de 2015. Programa de TV.

ADI-4439a. Pleno - Partes apresentam argumentos no julgamento de ADI sobre ensino religioso, Brasília: TV Justiça, 30 de agosto de 2017. Programa de TV.

ADI-4439b. Pleno - Relator profere voto em ação sobre ensino religioso nas escolas públicas, Brasília: TV Justiça, 30 de agosto de 2017. Programa de TV.

ADI-4439c. Pleno - Suspenso julgamento sobre ensino religioso nas escolas públicas, Brasília: TV Justiça, 31 de agosto de 2017. Programa de TV.

ADI-4439d. Pleno - Suspenso julgamento sobre ensino religioso nas escolas públicas, Brasília: TV Justiça, 21 de setembro de 2017. Programa de TV.

ADI-4439e. Pleno - Concluído julgamento sobre ensino religioso nas escolas públicas, Brasília: TV Justiça, 27 de setembro de 2017. Programa de TV.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211–236, maio 2017. Disponível em: <<http://pubs.aeaweb.org/doi/10.1257/jep.31.2.211>>. Acesso em: 20 set. 2018.

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. Nota pública. 14 ago. 2009. Disponível em < <http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/amb.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

ATEA - Associação brasileira de Ateus e Agnósticos. <<https://www.atea.org.br>>. Acesso em 18 de jul. 2018.

ATEA - Associação brasileira de Ateus e Agnósticos. Estatuto social da associação brasileira de ateus e agnósticos. Disponível em: <<https://www.atea.org.br/estatuto/>> Acesso em 18 jul. 2018.

ATEA - Associação brasileira de Ateus e Agnósticos. Discurso do presidente da ATEA na 21ª Parada do Orgulho LGBT de SÃO PAULO. Transcrição. jun. 2017. Disponível em: <<https://www.atea.org.br/ativismo/atea-discursa-na-associacao-da-parada-do-orgulho-lgbt-de-sao-paulo-apoglb-t-sp/>> Acesso em 18 jul. 2018.

ATEA – Associação brasileira de Ateus e Agnósticos. ATEA envia carta à PGR sobre ateísmo. 2010. Disponível em <<https://www.atea.org.br/dia-a-dia/atea-envia-carta-a-pgr-sobre-ateismo/>>. Acesso em 18 jul. 2018.

ATEA – Associação brasileira de Ateus e Agnósticos. Audiência Atea com a Relatoria da Concordata Brasil-Vaticano. *Youtube*. 27 mai. 2009a. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=2WaQssgAbkE>>. Acesso em 18 jul. 2018.

ATEA – Associação brasileira de Ateus e Agnósticos. A concordata, ou piorando o péssimo. 10 jun. 2009b. Disponível em <<https://www.atea.org.br/dia-a-dia/a-concordata-ou-piorando-o-pessimo/>>. Acesso em 18 jul. 2018.

ATEA – Associação brasileira de Ateus e Agnósticos. Atea vai novamente ao Congresso. 4 jul. 2009c. Disponível em <<https://www.atea.org.br/dia-a-dia/atea-vai-novamente-ao-congresso/>>. Acesso em 18 jul. 2018.

ASAD, Talal. A construção da religião como uma categoria antropológica. *Cadernos de Campo* (São Paulo, 1991), v. 19, n. 19, p. 263, 30 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/44990>>. Acesso em: 24 set. 2018.

BARBOSA, W. V. ; ANDRADE, R. S. . Ciência moderna, religião e os novos ateístas. *Atualidade Teológica* (PUCRJ), v. XVII, p. 2013-155, 2013.

BARTHE, Yannick *et al.* Sociologia pragmática: guia do usuário. *Sociologias*, v. 18, n. 41, p. 84–129, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000100084&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 21 jun. 2018.

BRASIL. Voto em separado do deputado André Zacharow. Comissão de relações exteriores e de defesa nacional. Mensagem nº 134, de 2009a

BRASIL. Voto em separado do deputado bispo Gê Tenuta. Comissão de relações exteriores e de defesa nacional. Mensagem nº 134, de 2009b

BRASIL. Voto em separado do deputado pastor Pedro Ribeiro. Comissão de relações exteriores e de defesa nacional. Mensagem nº 134, de 2009c

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Decreto nº 7107, de 11 de fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Ação direta de inconstitucionalidade nº 4439/DF – Distrito Federal. Relator: ministro Luís Roberto Barroso. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 2 outubro 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp> >

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Regimento interno: [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 265 p. 2017. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_integral.pdf

BRASIL URGENTE. Rede bandeirantes, São Paulo, 27 jul. 2010. Programa de televisão.

BULLIVANT, S. ; RUSE, M. The oxford handbook of Atheism. Mass. Oxford University Press. 2013

BULLIVANT, Stephen. Not so indifferent after all? Self-conscious atheism and the secularisation thesis. *Approaching Religion*, v. 2, n. 1, p. 100–106, 8 jun. 2012. Disponível em: <<https://journal.fi/ar/article/view/67496>>.

CARDIERI, Ligia. Apelo da Plataforma Dhesca BR – Contra a Concordata entre Governo Brasileiro e Vaticano. Brasília, 5 ago. 2009. Disponível em <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/cfemea.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

CARVER, T ; Conflationary Consequences in Contemporary Atheisms. Religion Factor, 2015. Disponível em: <https://religionfactor.net/2015/11/26/conflationary-consequences-in-contemporary-atheisms/> (Último acesso 01/05/2018)

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas. *Novos Estudos - CEBRAP*, v.

36, n. 01, p. 187–214, mar. 2017. Disponível em:

<<http://novosestudos.uol.com.br/produto/107/#58e77cf8e9f8c>>.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11–48, 1 abr. 2008. Disponível em:

<<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7163>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social e CRESS – Conselhos regionais de Serviço Social. Moção de repúdio. Campo Grande, set. 2009. Disponível em <[http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/cfess\(1\).pdf](http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/cfess(1).pdf)>. Acesso em 18 jul. 2018.

CHATEAURAYNAUD, Francis. Das disputas comuns à violência política: a análise das controvérsias e a sociologia dos conflitos. *Enfoques*, v. 11, n. 1, p. 201–218, 2012. Disponível em: <<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/147>>. Acesso em: 30 jul. 2018

CIMEB - Conselho Interdenominacional de Pastores do Brasil. Manifesto a nação: governo brasileiro faz acordo com igreja católica em detrimento de todos os outros credos religiosos. 25 ago. 2009. Disponível em <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/cimeb.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

CIMINO, R. ; SMITH, C. . *Secular Humanism and Atheism beyond Progressive Secularism*. *Sociology of Religion*, 68:4, p. 407-424, 2007.

CNTE – Confederação Nacional, dos Trabalhadores em Educação. Trabalhadores em educação contra a concordata. 31 ago. 2009. Disponível em <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/cnte.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

CONAE - Conferência Nacional de Educação do Município de São Paulo. Moção de Apoio à laicidade do ensino público e pela rejeição da Concordata entre Brasil e Vaticano no Congresso Nacional. São Paulo, ago. 2009. Disponível em <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/conae.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude. Acordo Brasil x Vaticano é retrocesso para a juventude e para todo o povo brasileiro. Brasília, 2 jun. 2009. Disponível em <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/conjuve.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

CONNOLLY, William. Ethos of pluralization. 1ª ed. Miniapolis: University of Minnesota Press, 1995

CONTE-SPONVILLE, André. O Espírito do Ateísmo. Tradução Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

COSTA, Camilla. Com ajuda da web, ateus ganham força no Brasil. **BBC Brasil**, São Paulo, 25 fev. 2013.

CUNHA, Luiz A. Brasil: país laico ou concordatário?. Observatório da Laicidade do Estado. UFRJ, Rio de Janeiro. 26 jun. 2009a. Disponível em <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/textoconcordataole.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. A educação na concordata Brasil-Vaticano. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 106, p. 263–280, abr. 2009b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100013&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 maio 2018.

DAVIE, Grace. Belief and unbelief: two sides of a coin. *Approaching Religion*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 3-7, june 2012. ISSN 1799-3121.

DEPOIMENTO 1. Como me tornei ateu naturalmente. ATEA, jul. 2015. Disponível em: <<https://www.atea.org.br/depoimentos/como-me-tornei-ateu-naturalmente/>>. Acesso em 18 jul. 2018.

DEPOIMENTO 2. A dificuldade de ser ateu entre crentes. ATEA, out. 2015. Disponível em: <<https://www.atea.org.br/depoimentos/dificuldade-de-ser-ateu-entre-crentes/>> Acesso em 18 jul. 2018.

DEPOIMENTO 3. Depoimento de Augusto Alcure. ATEA, set. 2013. Disponível em: <<https://www.atea.org.br/depoimentos/depoimento-de-augusto-alcure/>> Acesso em 18 jul. 2018.

DEPOIMENTO 4. Depoimento de Bruna. ATEA, set. 2013. Disponível em: <<http://www.atea.org.br/depoimentos/depoimento-de-bruna/>> Acesso em 18 jul. 2018.

DEPOIMENTO 5. Como eu me tornei ateu. ATEA, out. 2015 Disponível em: <<https://www.atea.org.br/depoimentos/como-eu-me-tornei-ateu/>> Acesso em 18 jul. 2018.

- DEPOIMENTO 6. Depoimento. ATEA. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/depoimento/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 7. Depoimento de A.B. ATEA, jun. 2012. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/ab/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 8. De quase seminarista à ateu. ATEA, out. 2015. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/de-quase-seminarista-ateu/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 9. Como me descobri ateu. ATEA, set. 2015. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/como-me-descobri-ateu/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 10. Depoimento de Eliel Freitas. ATEA, jun. 2012. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/elielfreitas/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 11. Saindo do armário. ATEA, out. 2016. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/saindo-do-armario/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 12. Depoimento anônimo. ATEA, jul. 2012. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/anonimo1/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 13. Como me tornei ateu. ATEA, set. 2015. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/como-me-tornei-ateu/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 14. Depoimento de F.J. ATEA, set. 2013. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/depoimento-de-f-j/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 15. Ateia com muito orgulho. ATEA, out. 2016. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/ateia-com-muito-orgulho/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 16. Depoimento de Danimar de Nardi. ATEA, jun. 2012. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/danimar/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 18. Sobre o livre pensamento. ATEA, out. 2016. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/sobre-livre-pensamento/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 19. Depoimento de Igor P. A. Falcão. ATEA, jun. 2012. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/igor/>> Acesso em 18 jul. 2018.
- DEPOIMENTO 20. Depoimento de D.J.. ATEA, jun. 2012. Disponível em:
<<https://www.atea.org.br/depoimentos/dj/>> Acesso em 18 jul. 2018.

DEPOIMENTO 21. Depoimento de Enac Silva. ATEA. set. 2017. Disponível em: <<https://www.atea.org.br/depoimentos/depoimento-de-enac-silva/>>

DEPOIMENTO 22. Depoimento de Laura Moura Souza. ATEA. set. 2013. Disponível em: <<https://www.atea.org.br/depoimentos/depoimento-de-lara-moura-souza/>>

DO VALLE BARBOSA, Wilmar; DE SEIXAS ANDRADE, Roney. CIÊNCIA MODERNA, RELIGIÃO E OS NOVOS ATEÍSTAS. *ATUALIDADE TEOLÓGICA*, v. 43, n. 1, 21 mar. 2014. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=22644@1>.

DAWKINS, Richard. The god delusion. Ed. 1. Londres: Bantam press, 2006.

DENNET, Daniel. Breaking the spell: religion as a natural phenomenon. Ed. 1. Nova Iorque: the Penguin Group, 2006.

DULLO, Eduardo; QUINTANILHA, Rafael. a Sensibilidade Secular Da Política Brasileira. *Debates do NER*, v. 1, n. 27, p. 173, 6 jun. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/56478>>.

ÉBOLI, Evandro. Uma ameaça ao Estado Laico. O Globo, Rio de Janeiro, p.12, 28 ago. 2009.

ECO, Umberto & MARTINI, Carlo Maria. Em que creem os que não creem?. Tradução: Eliana Aguiar. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016 [2000].

ENTREVISTA SILAS MALAFAIA. **De Frente com Gabi**. São Paulo: SBT, 4 de fevereiro de 2013a. Programa de TV.

ENTREVISTA SILAS MALAFAIA. **Programa do Ratinho**. São Paulo: SBT, 31 de maio de 2013b. Programa de TV.

EUGENIO. Polícia apreende meio milhão de reais em Frederico Westphalen. Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2 set. de 2011. Disponível em <<http://www.pc.rs.gov.br/conteudo/12602/policia-apreende-meio-milhao-de-reais-em-frederico-westphalen->> Acesso em set. 2018.

ESTADO LAICO. **Na moral**. São Paulo: Globo, 1 ago. 2013. Programa de televisão

FISCHMANN, Roseli. A proposta de concordata com a Santa Sé e o debate na Câmara Federal. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 107, p. 563–583, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

73302009000200013&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 maio 2018.

FREIRE, Roberto. O PPS e o Acordo entre o Brasil e o Vaticano. 25 ago. 2009. Disponível em <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/pps.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

FROESE, P. Forced Secularization in Soviet Russia: Why an Atheistic Monopoly Failed. *Journal for the Scientific Study of Religion*, Vol. 43, No. 1 (Mar., 2004), pp. 35-50.

GALLO, Ricardo. Aluno ateu diz ser perseguido por não rezar na sala de aula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2012. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/35004-aluno-ateu-diz-ser-perseguido-por-nao-rezar-na-sala-de-aula.shtml>> Acesso em: 20 set. 2018.

GIUMBELLI, Emerson. O Acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre Estado, sociedade e religião. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, v. 13, n. 14, p. 119–143, 10 out. 2011. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaisReligiao/article/view/19321>>. Acesso em: 10 maio 2018.

GORDON, Flávio. *A Cidade dos Brights: Religião, Política e Ciência no Movimento Neo-Ateísta*. 2010. 411 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<https://drive.google.com/open?id=0B_EAxDDu_W5eZzJ5ZUpOWTk2eEE>.

HARRIS, Sam. *The end of faith: religion, terror, and the future of reason*. Ed. 1. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, Inc., 2004.

HITCHENS, Christopher. *God is not great: how religion poisons everything*. Ed. 1. Nova Iorque: Newyorkboston, 2007.

HYMAN, Gavin. Dialectics or politics? Atheism and the return to religion. *Approaching Religion*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 66-74, june 2012. ISSN 1799-3121.

ILE ASÉ IGBIN DE OURO – SOCIEDADE KETU. Sem título. São Paulo, 10 jun. 2009. Disponível em <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/Ketu.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

LAITILA, Teuvo. The Russian Orthodox Church and atheism. *Approaching Religion*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 52-57, june 2012. ISSN 1799-3121.

LICHTERMAN, Paul. *Elusive togetherness: church groups trying to bridge America's*

divisions. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 2005.

LÜCHAU, Peter 2010. 'Atheism and Secularity: The Scandinavian Paradox.' In: Phil Zuckerman (ed.), *Atheism and Secularity*, vol. 2. 177–96. Santa Barbara, CA: Praeger.

MACEDO, Fausto. Procurador insiste na retirada de símbolos religiosos de repartições públicas. **Estadão**. São Paulo, 31 jan. 2013. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,procurador-insiste-na-retirada-de-simbolos-religiosos-de-reparticoes-publicas,991391>>

MAHLAMÄKI, Tiina. Religion and atheism from a gender perspective. *Approaching Religion*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 58–65, june 2012. ISSN 1799-3121

MARCHI, Regina. With Facebook, Blogs, and Fake News, Teens Reject Journalistic "Objectivity". *Journal of Communication Inquiry*, v. 36, n. 3, p. 246–262, 3 jul. 2012. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0196859912458700>>.

MARINATTO, Luã. Pastor Marcos é preso, acusado de estupro. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mai. 2013. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/pastor-marcos-preso-acusado-de-estupro-8326379>> Acesso em jul. 2018.

MARTINSON, Mattias. Atheism as culture and condition: Nietzschean reflections on the contemporary invisibility of profound godlessness. *Approaching Religion*, v. 2, n. 1, p. 75–86, 8 jun. 2012. Disponível em: <<https://journal.fi/ar/article/view/67494>>. Acesso em: 14 set. 2018.

MCANULLA, Stuart. Radical atheism and religious power: new atheist politics. *Approaching Religion*, v. 2, n. 1, p. 87–99, 8 jun. 2012. Disponível em: <<https://journal.fi/ar/article/view/67495>>. Acesso em: 14 set. 2018.

MINOIS, Georges. História do Ateísmo. Ed. 1, São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MONDZAIN, Marie-José. L'image peut-elle tuer? Le tempes d'une question. Ed.1, Paris: Bayard, Coll. 2002.

MONTERO, Paula. Talal Asad: para uma crítica da teoria do símbolo na antropologia religiosa de Clifford Geertz. *Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)*, v. 19, n. 19, p. 259, 30 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/44989>>.

MONTERO, Paula; DULLO, Eduardo. Ateísmo no Brasil: da invisibilidade à crença fundamentalista. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 100, p. 57–79, nov. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000300057&lng=pt&tlng=pt>.

PAIM, Hilquias A. Manifesto dos Batistas paranaenses ao acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé. Ponte Grossa, 12 jul. 2009. Disponível em <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/batistas.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

PIVA, Paulo Jonas de Lima. Ateísmo e revolta: os manuscritos do padre Jean Meslier. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2006. v. 1. 256p

QUACK, J.; Atheism and Nonreligion: Theory and Comparison beyond the North-Atlantic World. Religion Factor, 2015.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. O acordo entre o governo brasileiro e a Santa Sé e a Lei Geral das Religiões: Estado, religião e política em debate. *Debates do NER*, v. 2, n. 18, p. 193–212, 20 dez. 2010. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/17640>>. Acesso em: 10 maio 2018.

RIBEIRO, Anna. Mulher morta após boato em rede social é enterrada em Guarujá, SP. **Globo.com**, Santos, 6 mai. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-morta-apos-boato-em-rede-social-e-enterrada-nao-vou-aguentar.html> Acesso em jul. 2018.

RIBEIRO, Éfrem. Orações obrigatórias afetam ateus e minorias religiosas na rede pública. **O Globo**, Minas Gerais e Rio de Janeiro, 23 mar. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/oracoes-obrigatorias-afetam-ateus-minorias-religiosas-na-rede-publica-7928328>>

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Moção aprovada na assembleia geral do XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Rio de Janeiro, 30 jul. 2009. Disponível em <<http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/sbpc.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

SEM privilégios. Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 ago. 2009. Opinião. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1408200901.htm>>. Acesso em 18 jul. 2018.

SHAO, Chengcheng *et al.* *The spread of fake news by social bots*. . [S.l: s.n.], [S.d.].

Disponível em: <<https://andyblackassociates.co.uk/wp-content/uploads/2015/06/fakenewsbots.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SILVA, Roberto B. Manifesto da Igreja Presbiteriana do Brasil sobre o acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, e a “Lei Geral das Religiões” (Projeto de Lei n.º 5.598/2009 e o PLS 160/2009). Brasília, out. 2009. Disponível em <http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/catedral_presbiteriana.pdf>. Acesso em 18 jul. 2018

SOTTOMAIOR, Daniel. Superar o desconhecimento e a nossa tendência à ilusão. **Uol notícias**, São Paulo, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/como-mudamos-o-mundo---ateus.htm#superar-o-desconhecimento-e-a-nossa-tendencia-a-ilusao>>

SOTTOMAIOR, Daniel. O Estado laico. *coleção O que saber*, São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, 2014.

TIAGO, Anna. Religiões afro são alvos mais comuns de intolerância no Brasil. **NE10**. Recife, 16 nov. 2015. Disponível em: <<https://noticias.ne10.uol.com.br/10horas/noticia/2015/11/16/religioes-afro-sao-alvos-mais-comuns-de-intolerancia-no-brasil-581012.php>>

TUFFANI, Maurício. Céticos: os inquisidores da razão. **Revista Galileu**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 116, p.50-57, mar. 2001.

UNE – União Nacional dos Estudantes. Acordo entre Brasil e Vaticano, o Estado laico em questão. Jul. 2009. Disponível em < <http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/une.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

ZUCKERMAN, Phil. Contrasting irreligious orientation: atheism and secularity in the USA and Scandinavia. *Approaching Religion*, v. 2, n. 1, p. 8–20, 8 jun. 2012. Disponível em: <<https://journal.fi/ar/article/view/67488>>. Acesso em: 14 set. 2018.

ZYLBERSZTAJN, Joana. *O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988*. 2012. 248 f. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-111708/>>.

ANEXOS

ANEXO 1

COMO ME TORNEI ATEU NATURALMENTE

Olá ATEA, meu nome é Giovanni, eu tenho 18 anos e após me associar à ATEA decidi contar a minha história de vida de como me tornei de cristão de nascimento para Ateu de forma natural e espontânea. Essa história é GRANDE, então tome seu tempo para ler.

Eu nasci em uma família inteiramente Adventista do sétimo dia por parte de pai e mãe. Pra facilitar a vida de quem não conhece, vai aqui um resumo grosseiro do que é um adventista: Judeus que acreditam em Jesus e no novo testamento. Desde que eu entendo a língua portuguesa, eu ouço de Jesus, da bíblia, de Deus, de religião, de orar, de músicas cristãs e etc, e desde que eu nasci, fui todo sábado à igreja, e como Adventistas guardam o sábado, nesse dia eu nunca pude fazer nada que não fosse relacionado à igreja. Isso mesmo, minha infância inteira, nos sábados (TODOS ELES) eu não podia fazer coisas como ouvir músicas que não fossem de evangélicas, ler nada que não fosse a bíblia, assistir coisas que não fosse da igreja e o que mais me irritava na infância, não podia jogar videogame nesse dia. Além dessas limitações do dia do sábado que sempre consumiam metade do meu final de semana, tornando o sábado um dia extremamente desagradável, diversas mídias que eram muito populares entre meus amigos eram excluídas da minha vida e eu simplesmente tive isso cortado da minha infância. Alguns desses exemplos são: Dragon Ball, Pokémon e tudo que vem da animação japonesa, Rei Leão e tudo que vem da Disney, Power Rangers entre outras coisas, porque a igreja divulgava que esse tipo de coisa provinha do demônio e que se eu assistisse eu iria “pular da janela ou matar meus pais”. Todos os dias quando eu ia me alimentar ou dormir, meus pais oravam comigo, e todas as manhãs eram feitas meditações matinais lendo livros religiosos. Essa foi minha vida até aproximadamente 11 anos de idade.

Até esse ponto, não existia outra realidade para mim, afinal, eu ouvi isso desde que nasci, não existia outro mundo se não o que meus pais e minha igreja me contaram. E o que são crianças

se não caixas vazias, prontas para serem preenchidas com a primeira coisa que for colocada dentro? Porém eu não fazia nenhuma dessas coisas por conta própria, eu só seguia scripts e não pensava sobre o assunto.

Até um dia em que eu despertei e pensei: “Nossa, Deus existe, eu sou cristão e quero ir para o céu”. Basicamente foi o momento em que eu comecei à racionalizar sobre o assunto. E então eu peguei a Bíblia e todo o conhecimento religioso que eu já tinha adquirido e comecei a estudar e a pensar sobre isso. Foi nesse ponto em que eu comecei a ficar com medo. Isso mesmo, medo. Porque desde que eu nasci, eu ouvi que existe um Deus no céu que me ama. Esse Deus que colocou uma série enorme de regras que são difíceis de se seguir, porque muitas delas são chatas e castradoras da nossa felicidade que cortam nossas asas como seres humanos. Como por exemplo as do sábado. E, mesmo criança, quando eu nem sabia o que era a minha religião direito, eu quebrava as leis do sábado, simplesmente porque elas eram insuportáveis. E aí eu comecei a pensar: “esse Deus que me ama e tem um milhão de regras insuportáveis, de acordo com a bíblia, se eu não seguir essas regras, eu vou ser condenado ao sofrimento eterno.” Parece simples, não? Só seguir as regras. Mas não era. É dito diversas vezes na Bíblia que só quem ama a Deus sinceramente que vai pro céu. E aí eu comecei a ficar com medo, porque no fundo, apesar de tudo, eu sabia que eu ia pro inferno, porque na minha cabeça era INCONCEBÍVEL eu amar um ser invisível e mudo. E seguir as regras não porque eu quero me salvar e sim porque eu amo ele parecia um absurdo. E eu vivi alguns anos da minha infância com medo sempre que pensava nessas coisas, e isso me incomodava muito. Até que eu cheguei à uma conclusão: “Se eu não consigo amar de verdade um Deus mudo e invisível, basta eu conseguir ver e ouvir ele.” E aí eu comecei à me dedicar muito à igreja e à orar bastante, procurando ver, ouvir ou sentir algo da presença de Deus. Esse foi o primeiro estágio da minha libertação da igreja. Eu estava BUSCANDO ver Deus. E aí que começaram uma série de decepções.

Com 11 anos, em um acampamento do clube de Desbravadores (um clube semelhante aos escoteiros, porém adventista), eu estava passando frio de noite na barraca no meio do mato e inocentemente eu comecei a orar pedindo para que eu conseguisse dormir ou que meu frio passasse. Mas nada aconteceu. Por aproximadamente 6 horas orando em silêncio no meu pensamento. Até que amanheceu, e eu fiquei o dia todo pensando “porque nada aconteceu?”

Com 12 anos, eu me batizei na mesma igreja que sempre fui, e no dia do batismo eu estava extremamente animado, porque eu sentia que algo iria acontecer e minha vida iria mudar. Mas

no momento em que eu fui submergido nas águas, nada senti. E eu fiquei os próximos dias pensando “porque eu não senti?”

No mesmo ano, em um outro acampamento um pastor falou em uma palestra que se nós queremos sentir a presença de Deus, nós deveríamos pedir um sinal, que ele certamente ia enviar. E falou alguns textos da bíblia que isso era provado. E então eu fiquei aproximadamente 6 meses orando por um sinal, e nem era algo específico, eu só queria algo que eu fosse entender exatamente que vinha dele, seja o que for e que não pudesse ser confundido com uma coincidência. E adivinha? Nada aconteceu. A partir desse ponto, com 13 anos, uma semente de descrença estava plantada na minha cabeça. Aí que eu passei para o que eu considero o segundo estágio do meu futuro Ateísmo. “Deus nos abandonou.”

Eu pensava comigo mesmo: “tem tanta coisa na bíblia que faz sentido, não tem como ser tudo mentira! eu cresci com isso, mas se ele não responde, então ele certamente me abandonou, e abandonou a humanidade.” E isso continuou na minha cabeça até eu entrar no 9º ano do ensino fundamental, com 14 anos de idade. Nesse ano meus pais se separaram, e como um bom adolescente, eu entrei na minha fase revoltada. E aí eu me tornei aquele tipo de “Ateusinho revoltado” que o diz que não acredita em Deus porque odeia ele, e não porque sabe de sua inexistência. Esse clássico tipo de revolta religiosa que leva muitas pessoas à dizerem que são ateus e mais tarde quando superam aquela angustia interior, dizem que foram “convertidos de novo”. É o que eu chamo de Pseudo-ateu revoltado. E nessa fase que eu ficava debochando da igreja e de Deus, ouvindo bandas de Metal que se consideravam satanistas e esse tipo de coisa. Mas no fundo, eu sempre ficava com a consciência pesada, sentindo que eu estava fazendo algo errado e que algum tipo de Deus estava vendo tudo isso e me julgando, e que eu ainda podia me arrepender e voltar atrás. Aí aconteceu que eu, realmente, de tempos em tempos, voltava atrás, conversava com um pastor ou teólogo e explicava tudo o que eu pensava e sentia e pedia conselhos. E sempre era a mesma história. “Faz isso, isso e aquilo que você certamente vai sentir a presença de Deus”. E isso se repetiu umas 4 vezes em que eu fazia os procedimentos de orações e meditações durante alguns meses e nada acontecia, e nada eu sentia. Até que eu fiz 15 anos e fui para o internato. E aí após tantas decepções incontestáveis, eu passei a ser agnóstico. O terceiro estágio do meu ateísmo.

Vou tentar explicar aqui porque eu me tornei anteriormente “Pseudo-ateu revoltado” e agora agnóstico e não Ateu de uma vez por todas: porque a minha cultura e meio religioso privou a minha vida inteira de conhecimentos básicos científicos que eu precisava para entender a

inexistência de deuses e coisas básicas como a Evolução. Desde pequeno foi colocado na minha cabeça dia e noite vídeos, livros e textos criacionistas com argumentos furados falando mal do evolucionismo, mas eu era só uma criança, como poderia entender aquilo? Na minha cabeça, mesmo não acreditando em Deus, eu não acreditava na ciência. E então como Agnóstico, eu comecei a afirmar: “Não se pode provar a existência de Deus, nem a sua inexistência. Talvez exista, talvez não exista. Me importa? Não. Eu vivo sem me preocupar com isso.”

Só que tinha um pequeno problema. Eu tinha constantemente crises existenciais que me deixavam deprimido e muito mal. E hoje eu consigo ver o motivo disso. É porque eu nasci e cresci com a vida tendo um significado, e eu tinha acabado de abandonar esse significado e sentido e aceitado que ele não era verdadeiro. Eu me sentia no vazio. E eu fui levando isso comigo nos 15, 16 até que eu fiz 17 anos ano passado. Nesse ponto da minha vida, eu já era um agnóstico forte, porque não existia nem resquício de consciência pesada ou vontade de voltar atrás. E foi aí que minha vida mudou.

Um dia do ano passado, eu liguei a minha TV e coloquei na Netflix. Eu vi uma série documentário em exibição: COSMOS, de Neil deGrasse Tyson. Interessado no assunto, eu cliquei e comecei assistir. Eu sempre falava “A Evolução é tão improvável quanto a criação, o ser humano nunca vai saber de onde veio e isso não interessa”. E eu dizia esse tipo de coisa, porque minha mente estava cheia desde a infância com as ideias idiotas e falaciosas pseudocientíficas criacionistas criadas pela religião para entupir nossos cérebros e nos privar da realidade. E quando eu vi esse documentário meus olhos se abriram e eu comecei à estudar, pesquisar e procurar mais, ver outros documentários, ler textos e artigos científicos, ouvir vlogs e ler blogs sobre o assunto, ler livros e me aprofundar. E eu entendi como funcionava o nosso universo, como nós evoluímos de um ser unicelular, quais as evidências palpáveis que nós temos hoje para ter certeza disso, como nosso universo surgiu e como nós sabemos disso. Meus olhos se abriram para outra realidade que eu nunca havia experimentado antes e meu universo ficou colorido. Eu entendi que eu era fruto de uma supernova, que causa uma gigante destruição, mas que eu era extremamente privilegiado de ter me desenvolvido e existido mesmo assim. Eu percebi que posso tocar essas estrelas no céu há milhões de anos luz de distância, porque os fótons que saem dela atravessam todo o vácuo e tocam meus olhos. Eu descobri que eu era parte das estrelas, e a mesma matéria que criou todas elas com 13,7 bilhões de anos era a matéria dos átomos que compunham meu corpo me faziam um ser vivo pensante. Eu vi como o método científico que foi cautelosamente desenvolvido com o passar dos séculos com erros e aprimoramentos nos levou até onde estamos, e que tudo que temos e conseguimos provêm dessa

ciência. E como os maiores cientistas fizeram suas maiores descobertas. A partir desse momento, todas as minhas crises existenciais foram embora. Eu me senti vivo. Eu me senti parte do universo. Eu fiquei mais feliz e em paz comigo mesmo do que nunca com a igreja. Eu notei que viver com Deus e a criação como seu sentido de vida, era algo pequeno, banal e pífio comparado à realidade de nossas origens. Aos poucos eu fui me livrando do MAL que a religião faz conosco. E então eu virei Ateu. Os dos maiores maus que a igreja me fez desde pequeno, que prejudicou gravemente minha mente e desenvolvimento talvez até social, é que a igreja fica falando no seu ouvido dia e noite que o mundo é um lugar cruel, que o mundo é perigoso e ruim, que a violência só tem crescendo, que esse é o pior momento da humanidade e que vai piorar muito mais, que o amor se esfriou, que o mal hoje em dia domina tudo, que estamos todos rumando a destruição... E que a única salvação é Deus. Hoje eu entendo porque a Igreja fez e faz isso. É porque o mundo, é um lugar lindo e maravilhoso, e visto que a igreja quer que você siga regras e normas para “ir pro céu”, eles precisam falar que o mundo é um lugar ruim e que o céu é melhor, eles precisam cagar na nossa realidade do planeta em que vivemos e fazer uma verdadeira lavagem cerebral nas nossas cabeças para que nós odiemos o nossa própria casa para as pessoas terem essa convicção e se dedicarem a ir para um paraíso inexistente. E esse tipo de pensamento negativo, FAZ MAL pro psicológico das pessoas. Hoje eu me sinto mais feliz, mais leve, mais tranquilo e em paz do que nunca em minha vida, depois que abandonei 100% a religião e a espiritualidade. Parte dessa ideia errada de que o mundo é um lugar ruim é espalhado pela mídia dos jornais e internet. Nós ainda nos impressionamos com violência porque a fartura de câmeras e redes sociais permitem que as pessoas registrem e compartilhem qualquer evento violento em quase qualquer lugar. Para que então programas de TV sensacionalizem depois. E isso transmite uma sensação de que estamos em tempos mais perigosos. Mas para que você que está lendo isso e ainda pensa que o mundo é um lugar ruim possa compreender melhor como o mundo é um lugar bom, está melhorando e como já foi muito pior, recomendo que leiam os livros “Os anjos bons da nossa natureza” de Steven Pinker e “O Otimista Racional” de Matt Ridley.

Se existe algo que se chama “Alma” e que deve ser salva, a ciência a salvou da Religião.